

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

GERALDO JOSÉ DA SILVA

A CONSTRUÇÃO DO TEXTO POLÊMICO NA MÍDIA ELETRÔNICA: O  
SISTEMA DE COTAS EM QUESTÃO

MARINGÁ - PR  
2006

GERALDO JOSÉ DA SILVA

A CONSTRUÇÃO DO TEXTO POLÊMICO NA MÍDIA ELETRÔNICA: O  
SISTEMA DE COTAS EM QUESTÃO

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Orientador: Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo

MARINGÁ  
2006

GERALDO JOSÉ DA SILVA

A CONSTRUÇÃO DO TEXTO POLÊMICO NA MÍDIA ELETRÔNICA: O  
SISTEMA DE COTAS EM QUESTÃO

Dissertação apresentada à Universidade Estadual  
de Maringá, como requisito parcial para a obtenção  
do grau de Mestre em Letras, área de  
concentração: Estudos Lingüísticos.

Aprovado em

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo  
Presidente da Banca- Orientador (UEM)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Inês Pagliarini Cox  
Membro Convidado (UFMT)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Célia Cortez Passetti  
Membro do Corpo Docente (UEM)

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e luz na caminhada;

Aos meus pais *"in memoriam"* pelo amor imensurável e incentivo na luta pela vida;

À minha família pelo apoio e compreensão na minha ausência;

Ao Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo pela profícua orientação;

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Inês Pagliarini Cox e à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Célia Cortez Passetti pela leitura contributiva de nosso trabalho;

Aos docentes e discentes do PLE/UEM turma 2004/2005;

Aos amigos Amarildo, Jane, Éderson, Paulo Gaiotto, Vera Lúcia, pela amizade fraterna;

Ao casal Paulo Cezar e Nivia pelo apoio e amizade fraterna;

Ao amigo Raymundo José da Silva pelo encorajamento e amizade fraterna;

A Maria Odete pelo apoio e cuidados de uma mãe.

A Regina Farias de Souza pelo apoio e incentivo.

*“Caminhos não há, mas os pés na grama os inventarão”*

(Ferreira Gullar)

## RESUMO

Neste trabalho de investigação lingüística analisamos a construção do texto polêmico na mídia eletrônica, tendo como portador a *Folha de S.Paulo On-line*. Mostramos como esse veículo midiático constrói e projeta a notícia *on-line* sobre a implantação do sistema de cotas nas Instituições de Ensino Superior (IES). Verificamos também como os jornalistas manipulam os recursos lingüístico-discursivos para exporem os pontos de vista contrários e favoráveis às cotas num mesmo texto, tentando manterem-se fiéis aos princípios da objetividade e imparcialidade jornalísticas. Para a delimitação do *corpus* de análise, realizamos primeiramente um levantamento das ocorrências textuais que tratam da questão das cotas nas IES públicas brasileiras, no período de janeiro de 2001 a setembro de 2005. Do total de duzentos e sessenta e três textos veiculados na *Folha de S.Paulo On-line*, nesse período, nosso *corpus* constitui-se de trinta e cinco textos em que posicionamentos favoráveis e contrários se presentificam numa única materialidade lingüística, registrando, assim, a polêmica manifestada textualmente. A perspectiva teórica adotada baliza-se principalmente na Lingüística Textual e considera a ótica interacionista de Bakhtin e os estudos do discurso relatado de Authier-Revuz e Maingueneau. No tocante à estrutura textual, elegemos Van Dijk para subsidiar as análises centradas nos aspectos super, macro e microestruturais. A partir de nossa base teórica, operamos com a tipologia textual, a coerência global e local, demonstrando como o jornalista utiliza recursos como a estrutura dos parágrafos, os operadores argumentativos, o discurso direto e o indireto, as aspas, entre outros, para a construção do texto polêmico *on-line*. Os resultados de nossa pesquisa revelam não só que os aspectos macro e microestruturais do texto informativo contribuem, sobremaneira, para a tessitura do texto polêmico *on-line* como também que a premissa da objetividade total no texto jornalístico é uma meta inatingível.

Palavras-chave: Polêmica. Produção textual. Sistema de cotas. Mídia eletrônica. *Folha de S. Paulo On-line*.

## ABSTRACT

In this work of linguistic investigation we analyze the construction of the controversial text in the electronic media, having as carrying the Folha de S.Paulo On-line journal. We show as this media vehicle constructs and projects the notice on-line on the implantation of the system of quotas in the Superior Teaching Institutions. We also verify as the journalists manipulate the discursive linguistic resources to display the points of view contrary and favorable to the quotas in one same text, trying to remain fiduciary to the principles of the journalistic on being objective and impartial. For the delimitation of the analysis corpus we first carry through a survey of the literal occurrences that deal with the question of the quotas in the Brazilian public IES, in the period of January of 2001 until September of 2005. Of the total of two hundred and sixty and three texts propagated in the Folha de S.Paulo On-line, in this period, our corpus consists of thirty and five texts in which favorable and contrary positionings are present in an only linguistic materiality, registering, thus, the textual revealed controversy. The adopted theoretical perspective is marked out mainly in the Literal Linguistics and considers the interactionist optics of Bakhtin and the studies of the told speech of Authier-Revuz and Maingueneau. In the moving one to the literal structure, we choose Van Dijk to subsidize the analyses centered in the super, macro and microstructural aspects. From our theoretical base, we operate with the literal tipology, the global and local coherence, demonstrating as the journalist uses resources as the structure of the paragraphs, argumentative operators, the direct speech and the indirect one, the quotations marks, among others, for the construction of the controversial text on-line. The results of our research not only disclose that the microstructural and macro aspects of the informative text contribute, excessively, for the making of the controversial text on-line as also that the premise of the total objectivity in the text journalistic is an untouchable goal.

**Key-words;** Controversy. Literal production. System of quotas. Electronic media. *Folha de S. Paulo On-line.*

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Universidades que adotam o sistema de cotas – 2004.....	29
Tabela 2: Número de ocorrências de textos que abordam o tema ações afirmativas/cotas.....	38
Gráfico 1: Número de ocorrências de textos que abordam o tema ações afirmativas/cotas Projeção da notícia na <i>Folha de S. Paulo On-line</i> de Janeiro/2001 a setembro/2005.....	82
Gráfico 2: Abordagem de cunho geral e/ou neutro de 2001 a 2005.....	84
Gráfico 3 – Abordagem com ênfase no posicionamento favorável às cotas.....	87
Gráfico 4 – Abordagem com ênfase no posicionamento contrário às cotas.....	89
Gráfico 5 – Abordagem com ênfase nos posicionamentos favoráveis e contrários concomitantemente nos textos.....	92
Gráfico 6 – Posicionamento sobre cotas na <i>Folha de São Paulo On-line</i> de Janeiro de 2001 a Setembro de 2005.....	94

## LISTA DE SIGLAS

AGU – Advocacia Geral da União  
ALERJ – Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro  
ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
ANPED – Associação Nacional de Profissionais da Educação  
BA – Bolsa Analfabeto  
CEERT – Centro de Estudos de trabalho e desigualdades  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CUT – Central Única dos trabalhadores  
GTEDEO - Grupo de trabalho para eliminação da discriminação no emprego e na ocupação  
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial  
IES – Instituição de Ensino Superior  
MEC – Ministério da Educação  
MRFSP – Manual de Redação da *Folha de S. Paulo*  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ONGs – Organizações não-governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PDT/RJ – Partido democrático trabalhista  
PNDH – Programa Nacional dos Direitos Humanos  
PNPIR – Política Nacional de Promoção da igualdade Racial  
PP/PE – Partido Popular - Pernambuco  
PROUNI – Programa Universidade para todos  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PT/BA – Partido dos trabalhadores (Bahia)  
PT/RJ – Partido dos trabalhadores (Rio de Janeiro)  
PT/SP – Partido dos trabalhadores (São Paulo)  
PUC-Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
SADE – Sistema de acompanhamento do desempenho dos estudantes do ensino médio  
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
Ubes – União brasileira dos estudantes secundaristas  
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFBA – Universidade Federal da Bahia  
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina  
UnB – Universidade de Brasília  
Uneb – Universidade Estadual da Bahia  
UNEF – Universidade Estadual do Norte Fluminense  
UNESP – Universidade Estadual Paulista  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas  
Unifesp – Universidade Federal de São Paulo  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÊMICA E MÍDIA.....</b>	<b>16</b>
1.1 Considerações iniciais.....	16
1.2 Ações afirmativas e o sistema de cotas: preliminares.....	17
1.3 Sistema de cotas no ensino superior público brasileiro.....	27
1.4 Sistema de cotas: uma abordagem em torno da questão de direito.....	30
1.5 Ações afirmativas e cotas: considerações acerca da sua repercussão na mídia.....	35
<b>CAPÍTULO II - LINGUAGEM JORNALÍSTICA E A MÍDIA ELETRÔNICA.....</b>	<b>39</b>
2.1 Considerações iniciais.....	39
2.2 Linguagem jornalística – características gerais.....	39
2.3 O jornalismo <i>on-line</i> na <i>Folha de S. Paulo</i> .....	42
2.4 Linguagem e produção textual: uma perspectiva interacionista.....	46
2.5 O texto e sua estrutura.....	53
2.5.1 Superestrutura.....	54
2.5.2 Macroestrutura.....	59
2.5.3 Microestrutura.....	65
2.6 Texto e enunciação: ideologia e polemicidade.....	72
<b>CAPÍTULO III A POLÊMICA SOBRE AS COTAS EM IES PÚBLICAS NOS TEXTOS DO CORPUS: UMA ANÁLISE LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA.....</b>	<b>78</b>
3.1 Considerações iniciais.....	78
3.2 A projeção da notícia na mídia eletrônica no período de janeiro/2001 a setembro/2005: o sistema de cotas em questão.....	78
3.3 Análise lingüístico-discursiva do corpus .....	95
3.3.1 Aspectos superestruturais.....	96
3.3.2 Aspectos macroestruturais.....	99
3.3.3 Aspectos microestruturais.....	110
3.3.4 Análise global de um exemplar dos textos do tipo “reportagem”.....	117
3.3.5 Análise global de um exemplar dos textos do tipo “nota”.....	121
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>126</b>
<b>5 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>131</b>
<b>6 ANEXOS.....</b>	<b>135</b>

## INTRODUÇÃO

A trajetória histórica do homem na sociedade é marcada por fatos que refletem sua visão de mundo. Com isso, ficam evidentes seus posicionamentos frente a questões de ordem sócio-política e cultural. Assim, o homem tece sua história e contribui com os seus, procurando fazer valer seus direitos e observando seus deveres, uma vez que viver em sociedade tem suas implicações visando a harmonia. Quando direitos fundamentais do homem são infringidos como o direito à vida, à educação, à cultura, à saúde, este mesmo homem se mobiliza no resgate destes direitos. Dessa forma, seu instrumento maior, a palavra, é a arma de que dispõe para se fazer ouvir e para fazer com que sejam reestabelecidos valores e direitos que lhe são fundamentais.

Como se vê, viver em sociedade tem suas exigências e, por vezes, a arena de conflito se instala na relação social do cidadão com seus semelhantes. Como o homem constrói e registra sua história no tempo e no espaço, os fatos constituintes desta história são marcados pela manifestação de seu posicionamento na sociedade em que está inserido. Assumindo papel de interpretadora dessa realidade, a imprensa trabalha reinterpretando os fatos e os repassa à sociedade. Para tanto, busca, por princípio, a imparcialidade e a objetividade ao relatar os fatos.

A questão da implementação do sistema de cotas nas universidades públicas no Brasil assumiu relevância nacional, e passou a fazer parte da pauta da vida política, social e cultural brasileira. Como seu teor envolve direitos adquiridos e universais do homem, a discussão torna-se vultosa e merecedora de atenção e estudo, pois o que se quer é que valores e direitos dos cidadãos sejam respeitados. Atrelada à questão das cotas, a problemática do racismo e do preconceito também

ganha espaço na pauta da vida política do país. A reserva de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas para negros, pardos, índios e alunos do ensino médio público como uma política de ações afirmativas em nível nacional é motivo de muita controvérsia.

As manifestações de apoio e de contrariedade a essa política tomam dimensão nacional e a imprensa acompanha os fatos, desempenhando seu papel de informar seus interlocutores. Devido a sua relevância, a veiculação das informações inerentes ao tema em voga acontece na mídia impressa, eletrônica e falada (TV). Nossa atenção volta-se para a mídia eletrônica, especificamente ao jornalismo *on-line*, devido à sua importância no mundo moderno e à realização ainda de poucos estudos sobre a sua construção textual.

O mundo moderno exige precisão e rapidez nas informações de forma que o leitor possa estar sempre atualizado. Assim, a imprensa eletrônica apresenta características peculiares, pois seu público leitor está conectado virtualmente com esse meio que, de alguma forma, procura mantê-lo informado com maior rapidez temporal.

A partir do pressuposto de que a imprensa é autorizada a transmitir as informações colhidas no seio da sociedade e constrói sua realidade respaldada pela própria sociedade, buscamos identificar e verificar como a polêmica sobre o sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras foi divulgada em um dos principais veículos informativos do país. Objetivamos mostrar também como os jornalistas manipulam os recursos lingüístico-discursivos, para exporem, no texto jornalístico *on-line*, os pontos de vista contrários e favoráveis num mesmo texto, tentando manterem-se fiéis aos princípios da objetividade e imparcialidade.

Constituímos nosso *corpus* a partir de um levantamento das ocorrências de matérias que abordam a questão das cotas nas universidades públicas brasileiras na *Folha de S.Paulo On-line*, considerando o período de janeiro de 2001 a setembro de 2005. A escolha desse portador deve-se à sua importância e abrangência no cenário nacional, visto que representa um dos principais jornais *on-line* do Brasil. A segmentação temporal leva em conta o número de matérias veiculadas ao longo de cada ano e o que estas representam no bojo das discussões ocorridas nos mais diversos setores da sociedade organizada e envolvidos na questão das ações afirmativas como política de reparação das minorias no país. Também consideramos a projeção que a notícia obteve no registro da realidade sócio-político-cultural no que respeita à implementação do sistema de cotas nas IES públicas brasileiras.

Ao todo encontramos duzentos e sessenta e três textos, dos quais trinta e cinco constituem nosso *corpus*. A eleição dos textos para análise se deu pela construção textual em que pontos de vista distintos sobre a questão das cotas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas brasileiras se manifestam lingüístico-discursivamente. Os posicionamentos favoráveis e contrários às cotas por parte de autoridades governamentais, movimentos sociais, academia e outras são trazidos à tona pela mídia *on-line*. Assim, recursos lingüístico-discursivos são utilizados pelos jornalistas para exporem à sociedade as informações em torno da discussão. O estudo do fazer textual jornalístico no trato de questões polêmicas de relevância social e o jogo ideológico aí entabulado são um motivo a mais para realizar essa pesquisa.

Utilizamos como critério de análise a estrutura do texto levando em conta sua composição super, macro e microestrutural, apontados por Van Dijk (1999), para observarmos como os recursos constitutivos da coerência global e local são usados

para o registro das opiniões distintas sobre a questão e, também, consideramos a perspectiva sócio-interacionista de Bakhtin (2004), uma vez que, nessa perspectiva, a interação locutor-interlocutor constitui a razão do uso da linguagem e, por conseguinte, da produção textual – uma das formas de manifestação dos pontos de vista do indivíduo.

Estruturalmente, este trabalho constitui-se de três capítulos. O primeiro, historiciza o tema cujo teor aborda a política de ações afirmativas envolvendo a questão das cotas tanto no mercado de trabalho como também na educação superior. Apresenta uma visão geral do sistema de cotas no mundo e no Brasil e, também, um panorama sobre ações afirmativas e cotas e sua repercussão na mídia.

Já o segundo capítulo aborda a fundamentação teórica. Primeiramente versa sobre a linguagem jornalística, com ênfase no jornalismo *on-line*. O segundo momento trata da linguagem sob a ótica interacionista de Bakhtin (2004) e da construção textual sob a perspectiva da Lingüística Textual. Nesse capítulo, levamos em conta a polêmica manifestada nos textos e como os jornalistas manipulam estrategicamente o discurso.

O capítulo três, de cunho analítico, é composto de dois momentos. No primeiro realizamos uma análise da projeção da notícia sobre as cotas na mídia eletrônica *Folha de S.Paulo On-line*, no período delimitado para nosso estudo, ou seja, de janeiro de 2001 a setembro de 2005. Destacamos os textos sobre as cotas, fazendo uma taxionomia dos posicionamentos manifestados nas matérias veiculadas. Essas matérias registram posições distintas as quais classificamos por abordagem de pontos de vista manifestados nos textos como: apenas dados gerais sobre a questão, pontos de vista contrários, pontos de vista favoráveis e pontos de

vista favoráveis e contrários concomitantemente. No segundo momento, analisamos lingüístico-discursivamente os trinta e cinco textos em que pontos de vista favoráveis e contrários às cotas são manifestados, os quais constituem o nosso *corpus*.

A pesquisa, a nosso ver, assume importância reflexiva sobre o uso da linguagem na perspectiva interacionista e pela possibilidade de análise da construção textual jornalística *on-line* em que o outro é constitutivo da enunciação, pois nada existe senão em relação a algo. Como o tema é polêmico, a pesquisa nos oportuniza verificar como os jornalistas manipulam a linguagem ao exporem o assunto numa tentativa de isenção a que se propõe a linguagem jornalística. Além disso, as análises possibilitam um olhar didático para a elaboração de textos polêmicos na mídia eletrônica, que se diferencia da mídia impressa por suas condições de produção.

# **CAPÍTULO I - AÇÕES AFIRMATIVAS E COTAS NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÊMICA**

## **1.1 Considerações iniciais**

A realidade sócio-histórica do Brasil produziu e produz muitas controvérsias, principalmente no campo étnico-racial. Somos uma nação multirracial. Acredita-se que deriva dessa situação as abismais diferenças sócio-econômicas na formação da sociedade brasileira. Ao longo da história, o fosso existente entre dominador e dominado constitui um fato merecedor de reflexão e tomada de atitudes por parte do Estado que tem o dever de zelar e fazer valer o direito do cidadão. A premissa de que todos somos iguais perante a lei tem sido corroída, uma vez que as minorias étnico-raciais têm sempre ficado à margem da sociedade dita organizada. Diante disso, a presumida identidade nacional, permeada por tantas desigualdades, torna-se frágil.

Dois setores são fundamentais no cerne da questão social no país: o mercado de trabalho e a educação. Assim, uma grita geral por melhores condições de trabalho e pelo acesso à educação tem sido constante. Não é novidade que as relações raciais foram e são um motivo de tensão social. É preciso saber conviver e respeitar as diferenças e, para isso, é fundamental garantir a todos igualdade de oportunidades para que se sintam constituintes desse mosaico étnico-cultural que forma a nação brasileira. Frente a essa realidade, surge com força a polêmica discussão acerca das ações afirmativas e do sistema de cotas tanto para acesso ao mercado de trabalho quanto à educação em nível superior. Dessa forma, políticas de ação afirmativa em vários setores da sociedade, como saúde, educação, trabalho,

segurança pública, assistência social, são cogitadas ou formalmente propostas, gerando ruidosas polêmicas.

A implantação de ações afirmativas com o intuito de viabilizar a ascensão social e cultural das minorias raciais, principalmente no campo da educação superior, tem suscitado embates tanto na sociedade como na academia e isso tem posto na pauta da vida política nacional a necessidade/urgência de rever conceitos inerentes à prática efetiva de uma política centrada em ações concretas em atenção a todos os cidadãos. Como a questão está ligada aos direitos individuais dos cidadãos, a arena de conflito se instala, pois o privilégio de uns, significa a exclusão de outros. Tem-se aqui uma discussão polarizada em que pontos de vista distintos se manifestam, ora favoráveis ora contrários à consecução de tais políticas.

Diante do exposto, o primeiro capítulo desta dissertação versa, de forma bem sucinta, sobre a contextualização das ações afirmativas não só no Brasil como também em outros países. Focalizamos primeiramente a questão das ações afirmativas e do sistema de cotas no mercado de trabalho e na educação no Brasil. Fazemos uma retomada da história das ações afirmativas de forma genérica em países que as tiveram, bem como de sua entrada na pauta da vida pública do Brasil, principalmente no século XX. Discutem-se ainda a adoção de cotas no ensino superior público do país e a presença da mídia no trato da questão.

## **1.2 Ações afirmativas e o sistema de cotas: preliminares**

A expressão “Ação afirmativa” foi criada em 1963, pelo Presidente dos Estados Unidos da América J.F. Kennedy, e até hoje tem sido motivo de discussão tanto nos Estados Unidos da América quanto em várias partes do mundo.

Segundo Gomes (2003, p. 21), as ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Considerando a asserção acima, vemos que a igualdade deixa de ser apenas um princípio jurídico a ser respeitado por todos e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.

Assim, as ações afirmativas visam combater toda e qualquer forma de discriminação racial, cultural, estrutural, enraizada na sociedade. A esse respeito, Gomes (2003, p. 23) assevera que:

As ações afirmativas constituem, pois, um remédio de razoável eficácia para esses males. É indispensável, porém, uma ampla conscientização da própria sociedade e das lideranças políticas de maior expressão acerca da absoluta necessidade de se eliminar ou de se reduzir as desigualdades sociais que operam em detrimento das minorias, notadamente as minorias raciais.

Como se vê, na perspectiva do autor, as ações afirmativas, impostas ou sugeridas pelo Estado e até por entidades puramente privadas, visam a combater a discriminação flagrante seja de natureza sócio-cultural, seja estrutural na sociedade. Dessa forma, destacamos ainda o que o autor argumenta:

Trata-se em suma, de um mecanismo sociojurídico destinado a viabilizar primordialmente a harmonia e a paz social, que são seriamente perturbadas quando um grupo social expressivo se vê à margem do processo produtivo e dos benefícios do progresso, bem como a robustecer o próprio desenvolvimento econômico do país, na medida em que a universalização do acesso à educação e ao mercado de trabalho tem como consequência inexorável o crescimento macroeconômico, a ampliação generalizada dos negócios, numa palavra, o crescimento do país como um todo (GOMES, 2003, p. 22).

Para melhor esclarecer a questão jurídico-doutrinária das ações afirmativas, Rocha (1996 apud Gomes, 2003, p. 28) apresenta uma definição que está para o princípio jurídico da igualdade, destacando que:

A definição jurídica objetiva e racional da desigualdade dos desiguais, histórica e culturalmente discriminados, é concebida como forma para se promover a igualdade daqueles que foram e são marginalizados por preconceitos encravados na cultura dominante na sociedade. Por esta desigualação positiva promove-se a *igualação jurídica* efetiva; por ela afirma-se uma fórmula jurídica para se promover uma efetiva igualação social, política, econômica no e segundo o Direito, tal como assegurado formal e materialmente no sistema constitucional democrático. A *ação afirmativa* é, então, uma forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias.

Bernardino (2004, p. 30) destaca que em 1996 se tem a primeira definição oficial brasileira de ação afirmativa publicada em documento do GTI/População Negra, Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. O GTI tem o objetivo de ir além da denúncia da discriminação racial e formular políticas de ação afirmativa. Reza o documento que:

Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado e/ou iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e a marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (GTI/População Negra, 1996, p.10).

Ampliando os informes sobre a questão das ações afirmativas, temos a contribuição de Moehlecke (2002), ressaltando que as ações afirmativas foram implantadas, originalmente, pelo governo dos Estados Unidos da América, a partir de meados do século XX, com a Lei dos Direitos Civis (1964), e atingiram o seu ápice após intensa pressão dos grupos negros organizados da sociedade civil

liderados por Martin Luther King e Malcolm X, que lutaram pelos direitos civis dos afro-americanos. Há que se registrar ainda que a política de ação afirmativa não ficou restrita aos Estados Unidos da América, também tiveram efeito em países da Europa Ocidental, na Índia, Malásia, Nigéria, Israel, Austrália, Peru, Argentina, entre outros.

Acrescenta Munanga (2003, p. 117-118) que as chamadas políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia anti-racista e, nos países onde já foram implantadas como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, entre outros. Elas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. Nos Estados Unidos, as ações afirmativas pretendem oferecer aos afro-americanos as chances de participar da dinâmica da mobilidade social crescente. Assim, os empresários foram obrigados a mudar suas práticas, planejando medidas de contratação, visando à inclusão dos afro-americanos, as universidades foram obrigadas a implantar políticas de cotas para negros, as mídias e órgãos publicitários foram obrigados a reservar, em seus programas, uma porcentagem para a participação dos negros.

Silva (2003, p. 20) nos convida a revisitar o conceito de ação afirmativa mencionando que se trata de uma iniciativa essencialmente de promoção da igualdade. Alerta ainda que as ações afirmativas não se restringem aos Estados Unidos da América, país no qual alcançaram notoriedade, tampouco às pessoas negras. A autora destaca que na Índia, desde a primeira constituição em 1948, previam-se medidas especiais de promoção dos *Dalits ou Intocáveis*, no parlamento (reserva de assentos), no ensino superior e no funcionalismo público. Na antiga

União Soviética, adotou-se uma cota de 4% de vagas para habitantes da Sibéria na Universidade de Moscou.

Adiciona ainda Silva (2003, p. 20) que em Israel adotam-se medidas especiais para acolher os *Falashas*, judeus de origem etíope. Na Nigéria e na Alemanha, há ações afirmativas para as mulheres; na Colômbia, para os(as) indígenas; no Canadá, para indígenas e mulheres, além de negros. Ainda no que se refere às ações afirmativas no mundo, Boaventura (2004) ressalta que, na Malásia, desde os anos setenta, surgiram ações afirmativas para favorecer nativos e populações tribais (*bamiputra* ou *bumiputera*). Estes constituíam a maioria da população (62%) e estavam em desvantagem na liderança econômica em comparação aos chineses (27%) e aos indianos (8%). A legislação previa vantagens no serviço público, nos estabelecimentos de ensino e na concessão e renovação de licenças comerciais.

Notamos que as ações afirmativas já estiveram presentes em vários países e são motivo de intensa discussão onde instituídas. No Brasil, a política de ações afirmativas tem pauta garantida na vida sócio-político-cultural e tem sido palco de calorosos debates devido à controvérsia em torno da questão, principalmente pela proposta de implementação de cotas tanto no mercado de trabalho como na educação superior.

Como se vê, as ações afirmativas inicialmente eram tidas como um mero encorajamento por parte do Estado para fazer valer o poder decisório nas áreas pública e privada, levando em conta em suas decisões temas sensíveis como o acesso à educação e ao mercado de trabalho. Atualmente são tidas e definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, visando ao combate de discriminação de toda natureza

para corrigir as mazelas históricas; no caso do Brasil, causadas pela cultura escravista que dominou nosso país durante muito tempo.

É oportuno lembrar que historicamente ações centralizadas no sistema de cotas no Brasil remontam ao século XIX. Antes de 1888 e da abolição da Escravatura já se adotavam ações afirmativas. As “cotas para estrangeiros”, utilizadas para atrair imigrantes europeus, preconizando o processo de embranquecimento da população, vigoraram até 1940. Os fazendeiros escravocratas, com o apoio governamental, criaram consórcios para viabilizar a imigração e, entre outros incentivos, financiavam a vinda dos imigrantes para trabalhar na lavoura e cediam terras.

Temos em setembro de 1894, o Decreto nº 777 que incentiva a criação de núcleos Coloniais Urbanos para os imigrantes em Minas Gerais, e a Lei Estadual nº 202, de setembro de 1894 (MG), criando mais seis núcleos para imigrantes alemães, portugueses e italianos.

Na década de 1950, o então presidente Getúlio Vargas, assinou a lei que destinava dois terços das vagas das empresas multinacionais que se instalaram no Brasil para trabalhadores brasileiros. Ele, com isso, sugeria que tais empresas contratassem mão-de-obra local.

Ainda nesse percurso histórico, no ano de 1968, em plena ditadura militar, no governo do presidente Costa e Silva, foi realizada uma pesquisa sobre a presença do negro no mercado de trabalho. Na ocasião, técnicos do Ministério do Trabalho constataram a ausência dos(as) negros(as) no mercado de trabalho. Isso fez com que esses técnicos sugerissem a reedição da Lei dos dois terços para negros, fato que não saiu do papel. Registra-se também em 1968, que o Brasil

aprovou a Lei do Boi, que reservava vagas nos cursos de Veterinária e Agronomia para estudantes filhos de fazendeiros. A Lei era a 5.465/68, a qual vigora até 1986.

Nos anos 80, o então deputado federal Abdias Nascimento formula um projeto cujo teor centra-se em propor ação compensatória ao grupo afro-brasileiro, figurando ações como: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público.

Em 1988 é promulgada a Nova Constituição, que apresenta novidades como a proteção ao mercado de trabalho da mulher, como parte dos direitos sociais, e a reserva percentual de cargos e empregos públicos para deficientes. O Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, capítulo II – Dos Direitos Sociais, artigo 7º, estabelece direitos dos trabalhadores, a “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei”. E o Título III – Da Organização do Estado, capítulo VII – Da Administração Pública, no seu artigo 37, estabelece que “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”. E os anos 90 trazem algumas novidades em relação às ações afirmativas. Precisamente em 1995 se tem a primeira política de cotas adotada nacionalmente, que estabelece uma cota mínima de 30% de mulheres para as candidaturas de todos os partidos. Também em 1995, o então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, institui, por direito, o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI -, cuja função balizava-se em desenvolver políticas de valorização e promoção do negro. O referido grupo realiza seminários e a partir destes elabora proposta de ações afirmativas. Em 1996, é lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH -, pela Secretaria de Direitos Humanos com o objetivo de “ desenvolver ações afirmativas para o acesso

dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta”.

Bernardino (2004, p. 29-31) argumenta que, somente na década de 1990, surgem no Brasil as primeiras propostas concretas de ação afirmativa. Menciona ainda que a marcha em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, que aconteceu em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, foi o divisor de águas para que o tema das ações afirmativas tomasse espaço na agenda pública brasileira.

Com a redemocratização do país, a sociedade organizada, movimentos sociais e ONGs têm exigido do Estado maior agilidade no trato da coisa pública no que se refere às questões de raça, gênero, etnia e na adoção de ações afirmativas eficazes, objetivando a solução das mazelas históricas sofridas pelas minorias neste país. Temos os anos 90 como período muito fértil nas discussões inerentes às ações afirmativas, onde movimentos sociais fazem uma grita ao poder público solicitando ações concretas no combate à discriminação.

A esse respeito, registramos a contribuição enumerativa que Silva Jr. (1996 apud Moehlecke, 2002, p. 206) coloca em relevo, a saber:

Alguns tratados internacionais também foram utilizados como estratégias de pressão de movimentos sociais em relação ao Poder Público, para que assumisse uma postura mais ativa no combate à discriminação. Um exemplo foi o uso da Convenção nº III, da Organização Internacional do Trabalho – OIT -, concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão, ratificada em 1968 pelo Decreto nº 62.150, em que o Brasil se compromete a formular e implementar uma política nacional de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento no mercado de trabalho. Em 1992, diante do sistemático descumprimento dessa convenção, a CUT, em parceria com o Centro de Estudos de Trabalho e Desigualdades – CEERT -, Ong do movimento negro de São Paulo, envia documento à OIT denunciando o Estado brasileiro. Como consequência, e depois de formalmente questionado pelo organismo, admite, em 1995, a existência do problema no Brasil e cria o grupo de trabalho, para Eliminação da Discriminação no

Emprego e na Ocupação – GTEDEO - para implementar as medidas da convenção.

Com tudo isso, lembra-nos Moehlecke (2002, p. 209) que, até fins dos anos 90, nenhum projeto de lei citado tinha sido aprovado e que somente a partir de 2001 foram aprovadas políticas de ação afirmativa para a população negra por decisão do Poder Público.

Fato relevante no que se refere às ações afirmativas no Brasil foi a sua participação na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001, em Durban – África do Sul. Este evento foi de extrema relevância política, pois colocou em pauta o debate de ações afirmativas na vida político-social de muitas nações, com ênfase particular no Brasil. Na referida conferência (Durban), o governo brasileiro reconheceu perante as Nações Unidas a existência nefasta da discriminação racial no país e os efeitos que isso provoca nas vítimas. Prova disso é que estudos governamentais mostram que apenas 2% dos formados nas universidades são negros. Em se tratando de universidades públicas, esse percentual é ainda menor. Com isso, coube aos governos elaborarem planos de ação de compensação ou reparação às minorias raciais no país. Tem-se, então, a perspectiva de concretizar o ideal da igualdade de oportunidades, principalmente na educação e no emprego.

Na mesma linha de luta em favor das minorias, o sistema de cotas na educação superior ainda tramita e não tem uma lei maior, ou seja, em nível federal que sustente e respalde juridicamente as instituições públicas a implementarem tal política.

Importa observar também que, na área educacional em nível superior, tem-se a primeira Lei estadual balizada no propósito das ações afirmativas aprovada

no Rio de Janeiro. Em vigor a partir da seleção de 2002/2003 na UERJ e UNEF, a lei estadual reserva 50% das vagas dos cursos de graduação das universidades estaduais a alunos oriundos de escolas públicas selecionados por meio do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio-Sade. No Paraná, o governo estadual regulamentou lei que garante três vagas em cada uma das cinco universidades estaduais a indígenas da região, com vigência a partir de 2002.

É sabido que a questão da adoção de ações afirmativas, em especial das cotas para as minorias para o acesso à educação superior, tem gerado muita polêmica e fica claro que jamais vai ser consensual principalmente numa sociedade estratificada como a nossa. Por outro lado, é positivo o embate sócio-histórico-cultural em pauta, pois faz avivar uma reflexão étnico-cultural que diz respeito a todos, enquanto nação. Mas, a ausência de uma lei em nível federal que garanta às instituições públicas de nível superior a adoção de um sistema de cotas para o acesso de minorias à educação superior, torna vulnerável e tímida a tomada de decisão de algumas instituições públicas que já adotaram tal política levando em consideração a sua autonomia.

Frente ao exposto, vê-se que as políticas públicas brasileiras têm apresentado características de ações compensatórias, ainda que timidamente exeqüíveis, ao longo da história, mas que centram-se em adotar medidas redistributivas ou assistenciais numa tentativa de diminuir as diferenças entre aqueles tidos como desiguais sócio-culturalmente.

### 1.3 Sistema de cotas no ensino superior público brasileiro

A história escolar da criança e do jovem negro tem demonstrado que, com o avanço dos níveis de escolaridade, a disparidade de permanência e seqüência linear na vida escolar é óbvia. No início da escolaridade, a diferença entre negros e brancos não é tão significativa, mas no prosseguir da lógica seriada da educação, os negros sofrem um processo de eliminação e isso culmina com a sua presença inexpressiva no ensino superior.

Queiroz (2004, p. 141) nos convida a refletir sobre a presença racista no cotidiano escolar, uma vez que o racismo se manifesta não apenas naquilo que se diz, mas, sobretudo, naquilo que se cala. Destaca também que até o tratamento é diferenciado e esteriotipado para com a criança negra, o que pode acarretar sérias conseqüências para o futuro escolar dessa criança. Adverte ainda a autora que:

À medida em que a escola vai, através das práticas racistas, condicionando a criança negra ao fracasso, à submissão e ao medo, no mesmo movimento leva a criança branca a cristalizar um sentimento de superioridade, já que a todo tempo ela está sendo convencida disso (QUEIROZ, 2004, p. 142).

Essa realidade escolar brasileira não é novidade e segue excluindo, mesmo que de forma dissimulada, branda, contínua. Acrescente-se ainda a esse quadro o fato de que a maioria expressiva dos estudantes das universidades federais fez seu curso médio em escola privada, aumentando a dificuldade do estudante negro, oriundo de escola pública, a galgar uma vaga nas universidades públicas. A esse respeito Galdino e Pereira (2004, p. 158) alertam que:

Pensar a constituição demográfica da universidade brasileira é obrigatoriamente reconhecer a vergonhosa política de exclusão que permeia toda a sua história. Fora da universidade estão as classes populares, sobretudo os negros, que figuram como maioria nas

estatísticas relativas aos índices de pobreza. Portanto, implementar propostas que se configurem como esperança – para uns – da democratização da universidade, automaticamente gera o sentimento de ameaça em outros grupos/sujeitos que representam os que historicamente se beneficiaram do poder constituído.

Por tudo isso, importa lembrar a polêmica que deriva dessa discussão mas que também é necessária a uma sociedade que se diz democrática e multirracial.

Não resta dúvida de que ao tratarmos de ação afirmativa, como política pública, vem à tona a questão da equidade e dos direitos individuais. A polêmica relação entre privilégios de uns em detrimento de direitos de outros tem provocado debate em todas as esferas da sociedade. No tocante à área educacional, as ações afirmativas ganham destaque e promovem embates acirrados na academia e na sociedade. Assim, surgem diversos posicionamentos acerca da questão, há os que são defensores e os que são contrários à implantação de ações afirmativas centradas principalmente no sistema de cotas nas universidades públicas a alunos que concluírem o ensino médio na Rede Pública de Ensino e às minorias raciais, incluindo negros e índios.

As universidades têm e devem zelar pela autonomia técnico-científico-diretiva de suas ações sempre voltadas à comunidade em que estão inseridas, é inegável seu papel sócio-cultural junto à população. Vemos que tanto a universidade pública quanto a privada são mantidas por esta população que aguarda e espera uma reparação no que se refere à produção de conhecimentos que provoquem reflexões sobre os problemas sociais e contribuam para a solução dos mesmos à luz da racionalidade e da justiça social. Vê-se que a universidade, desde sua origem, por meio do exercício da crítica livre, preservação e construção do saber,

valorização da ética, da democracia, da justiça, da igualdade contribui, sobremaneira, com a sociedade.

Nesse sentido, as políticas de ação afirmativa das quais deriva o sistema de cotas nas universidades públicas, objetivando a promoção de igualdades e oportunidades de acesso ao ensino superior, têm sido levadas a termo por várias universidades. Segundo Silva (2003, p. 28), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e de São Paulo (USP), a Universidade de Brasília (UnB), há alguns anos vêm desenvolvendo projetos isolados de acesso e permanência de estudantes negros que têm garantido a “sobrevivência acadêmica” e, em vários casos, o sucesso dessas pessoas.

A partir do segundo semestre de 2002, as universidades estaduais do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual da Bahia vêm adotando iniciativas importantes na área específicas de cotas para estudantes negros. Além disso, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal da Bahia e do Paraná, a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Estadual de Santa Catarina, a PUC-Minas, a Universidade Federal do Amapá e do Amazonas encontravam-se em avançados processos de discussão e/ou implementação de cotas para negros, conforme tabela a seguir:

**Tabela 1: Universidades que adotam o sistema de cotas – 2004**

UNIVERSIDADES ESTADUAIS	UNIVERSIDADES FEDERAIS
Amazonas (UEA)	Alagoas (Ufal)
Bahia (Uneb)	Bahia (UFBA)
Londrina (UEL)	Brasília (UnB)
Mato Grosso do Sul (Uems)	Paraná (UFPR)
Minas Gerais (Uemg)	São Paulo (Unifesp)
Rio de Janeiro (Uerj)	Vale do São Francisco (Univasf)
Norte Fluminense (Uenf)	

Fonte: Revista Isto é/1828 – 20/10/04, p. 48,

Frente ao exposto, vemos que o sistema de cotas, impulsionado pelas manifestações de grupos organizados já é notável na realidade sócio-histórico-política do país. A polêmica em torno da questão não se esgota, mas mesmo assim, o esforço para a otimização do processo de implantação de cotas nas IES públicas brasileiras continua fomentando debates na sociedade.

#### **1. 4 Sistema de cotas: uma abordagem em torno da questão de direito**

A educação em todos os níveis é um direito de cidadania, cabendo ao Estado a responsabilidade de manutenção desse bem público. No nível superior essa responsabilidade aumenta, pois espera-se que tenhamos profissionais formados em todas as áreas do conhecimento que contribuirão com a sociedade. Logo a expansão da educação superior é uma necessidade para que todos tenham oportunidade de acesso ao ensino superior.

Partindo do pressuposto que a educação é um bem comum, o seu mantenedor, o Estado, deve criar ações afirmativas de forma que todos tenham acesso a ela. Frise-se a relevância em todos os seus níveis para que possam exercer com mais eficácia seu papel de cidadão e cumprir seus deveres como tal. Vale lembrar que essa incumbência do Estado em relação à garantia de direitos do cidadão no que se refere à educação aparece no Capítulo III da Constituição Federal – da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I – da Educação, artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” O que se tem visto, ao longo da história, é uma educação órfã de

investimentos e, a partir dessa realidade, a instabilidade toma corpo e a qualidade sofre baixa acometendo todo o sistema educacional, não poupando educadores e educandos. Por tudo isso, vemos que o resgate de uma educação cuja função primeira é preparar o educando para que exerça a cidadania é uma necessidade urgente.

Acrescenta-se a essa reflexão em torno da educação aspectos sócio-histórico-culturais da sociedade brasileira como a formação étnico-racial. A história nacional é testemunha de tantas controvérsias no que respeita à democracia racial no país. Vêem-se poucos negros nas universidades, nos cargos de chefia no campo funcional, enfim, em paridade nas mais variadas funções e posições na sociedade. É claro que pensar em hegemonia social é utopia, mas negar o fosso existente entre os brancos e negros é impossível, principalmente se levarmos em consideração o quesito igualdade de oportunidades. Isso fica mais nítido no setor educacional, pois desde a infância, o sistema escolar já se mostra excludente, ou seja, as minorias raciais vão ficando para trás na seriação escolar. Assim, o acesso destas à universidade pública é uma meta longínqua.

Com isso, a arena de conflito evidencia-se, pois os defensores de ações afirmativas/cotas têm sido propositivos, incisivos, articulados e eficazes, conclamando ao debate e esgrimindo estatísticas e argumentações substanciais. Já os opositores têm sido mais reativos e reiteram, em geral, a postura universalista calcada no senso comum de que a vocação brasileira é uma harmonia racial e de que os problemas étnico-raciais fazem parte da história do país. Diante dessa realidade, convém atentarmo-nos ao alerta que Fry e Maggie (2002) fazem ao relatarem que:

Na Constituição de 1988, as palavras ‘raça’ e ‘racismo’ aparecem três vezes, cada uma delas no sentido de repudiar “raça” como critério de distinção. O inciso IV do artigo 3 reza que, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, está a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” O inciso VIII do artigo 4 afirma que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo “repúdio ao terrorismo e ao racismo”. Finalmente, o inciso XLII do artigo 5 define a prática do racismo como “crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (FRY; MAGGIE, 2002, p. 67).

Como se vê, a questão das cotas implica leis claras, justamente pela polemização que pode advir da sua legitimação ou não. A sua constitucionalidade será sempre questionada desde que alguém se sinta prejudicado. Até então há apenas projetos de lei tramitando na Câmara e no Congresso Nacional. Quanto aos projetos que objetivam estabelecer lei e ações que visam o acesso da população negra ao ensino superior no nível federal no Brasil, registramos a contribuição de Moehlecke (2000, p. 111) que enumera alguns deles, a saber: em 1983, o então deputado federal Abdias Nascimento –PDT/RJ apresentou ao Congresso Nacional o projeto de lei nº 1.332, que pode ser identificado como o primeiro precedente do que se pode chamar de propostas de ações afirmativas. Nos anos 90, cresce a quantidade de projetos dessa natureza; em 93, encontramos a proposta da Emenda Constitucional do deputado federal Florestan Fernandes-PT/SP; em 1995, a então senadora Benedita da Silva-PT/RJ apresentou os projetos de nº 13 e 14; no mesmo ano é encaminhado o projeto de lei nº 1239, pelo então deputado federal Paulo Paim – PT/RS; em 1998, o deputado federal Luiz Alberto –PT/BA apresenta os projetos de nº 4567 e nº 4568; e em 1999, temos o projeto de lei nº 298 do senador Antero Paes de Barros – PSDB.

A não aprovação desses projetos deixa as próprias instituições públicas de ensino superior inseguras diante da adoção do sistema de cotas. Mesmo assim,

como vimos, algumas IES públicas federais e estaduais já implantaram o sistema de cotas por atenderem ao apelo popular, político e social da comunidade em que estão inseridas e, também, baseadas na autonomia acadêmica e financeira básicas de sua competência como órgão institucionalizado. A exemplo da UERJ e UNEF, as primeiras na adoção de cotas no Ensino Superior no país, outras IES públicas amadureceram as discussões e também implantaram o sistema de cotas, cada uma com suas peculiaridades.

Além das IES que adotaram política de ações afirmativas por meio do sistema de cotas, há o registro do Decreto-Lei nº 4.228, de 13 de maio de 2002, que institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, que visa a reserva de cotas de empregos para afro-descendentes nas repartições públicas e nas empresas privadas que prestam serviços para o Governo Federal. Temos ainda a lei nº 19.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, buscando cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus art. 5º, I, Art. 210, art. 206, I, §1º do art. 242, art.215 e art. 216, bem como nos art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros. Em novembro de 2003, o decreto nº 4.886 institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR, com o objetivo principal de reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra.

Mesmo com todos esses projetos/decretos em torno da política de ações afirmativas, o grande impasse está na aprovação do projeto de Lei nº 3.627,

apresentado ao Congresso Nacional no dia 20 de maio de 2004, que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e índios. Devido a não aprovação, algumas IES que já implantaram o sistema de cotas podem sofrer com ações judiciais por falta de uma lei federal que regule o tema. Por outro lado, as IES que ainda não implantaram se reservam o direito e a autonomia que lhes são instituídos. Com isso, a complexidade do tema agiganta-se e a polêmica tende a manter-se. Frente a esse quadro político-histórico-social, nota-se que é necessário mais vontade política e concretude acional para que direitos e deveres sejam cumpridos.

Frente ao exposto, nota-se que a falta de uma legitimidade garantida por lei federal que oriente as ações em torno da implementação de cotas nas IES públicas tem causado instabilidade por parte das entidades que adotaram e planejam adotar tal sistema. Isso tudo tem provocado discussão e controvérsia dentro da própria universidade, uma vez que ficam sujeitas a impetração de processos e intervenções. Essa realidade tem contribuído sobremaneira para que a polêmica tome corpo, ficando a expectativa de que as autoridades competentes se empenhem em agilizar e dirimir questões inerentes ao aspecto jurídico. A polêmica em torno da questão de cotas aumenta também em função do posicionamento de entidades e movimentos sociais que defendem a expansão e democratização do acesso à educação superior pública, bem como uma maior e mais uniforme abrangência desse sistema no território nacional, como a discussão na ANPED, Associação Nacional de Profissionais da Educação.

### **1.5 Ações afirmativas e cotas: considerações acerca de sua repercussão na mídia**

Dada a complexidade do tema em torno das políticas de ação afirmativa, em especial da implantação do sistema de cotas tanto no mercado de trabalho como na educação, pretendemos apresentar algumas considerações que julgamos pertinentes para discutir a influência da mídia no trato da questão e sua repercussão na sociedade. Vale lembrar que a reflexão proposta não esgota o debate e as possibilidades de análise que o assunto encerra, mas merece a nossa atenção no que respeita à força que a mídia possui ao abordar e disseminar as discussões derivadas da polêmica posta.

Vemos que a polêmica em torno das cotas alimenta a notícia e a torna consumível por um público leitor determinado, ou seja, indivíduos que estão ligados diretamente à questão sócio-político-cultural do país. Como as ações afirmativas, especificamente, a de cotas na educação superior, têm assumido relevância nesses últimos anos datados de 2001 a 2005, as discussões geradas em várias instâncias tanto por parte do governo como por Ongs e universidades têm se constituído um campo muito fértil para a sobrevivência da notícia.

O jornalista e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Nilson Lage, em matéria no site do *Observatório da Imprensa* – Matérias de 12/03/2003, assevera que é natural que jornais, lidos pela classe média, coloquem-se contra o sistema de cotas em universidades. Segundo o autor, a crítica generalizada da imprensa ao programa está no fato da repetição deste quando aplicado nos Estados Unidos da América. Neste país, priorizava-se os negros; já no Brasil, o programa de cotas procura valorizar não apenas negros, mas também os “pobres” e os índios. Temos um grande problema que é saber de fato quem é negro,

pois somos uma nação miscegenada etnicamente e isso tem causado muitas contradições no que respeita à identidade dos candidatos ao vestibular, principalmente nos cursos considerados de ponta, como medicina. Lage (2003) exemplifica que “o rapaz que tirou primeiro lugar em medicina na UERJ, é aparentemente branco, talvez ‘levemente pardo’, mas se declarou negro porque tem uma avó negra e talvez goste muito dela. Dentre os preteridos, muitos recorreram à justiça via defensoria pública, porque não tem dinheiro para pagar advogados”. Isto posto, vê-se que a declaração do candidato de ser ou não negro continua sendo motivo de estudo e discussão pelas universidades públicas.

Diniz (2003), em consonância com o exposto por Lage (2003), registra que a reitora da UERJ, Nilcéia Freire, quando da sua participação no Seminário promovido pela Unifesp, em junho de 2003, criticou a maneira como a imprensa noticiou a adoção da política de cotas para negros pela UERJ. Na fala da reitora ficou registrado que as notícias davam a entender que os alunos que optavam pelas cotas tinham sua entrada na universidade facilitada. A reitora, contrariando o dito pela imprensa se manifesta:

Nós trabalhamos com um exame único, igual para todos, e depois de feita a classificação verificamos se a cota de 40% para negros foi preenchida. Caso não seja, a proposta é buscar os candidatos por ordem de classificação. O exame é eliminatório e o aluno que não obtém a pontuação mínima não passa para a etapa discursiva, mas essa informação vem sendo sonogada pela imprensa (DINIZ, 2003).

A autora menciona ainda que Nilcéia disse não acreditar que a entrada de muitos alunos oriundos da rede pública possa causar uma possível queda na qualidade de ensino após a adoção da política. Para isso destaca os argumentos da reitora, segundo a qual:

Não podemos permitir que essa discussão nos conduza a alguns equívocos, como por exemplo, imaginar que será a partir da adoção das cotas que se inaugurará a presença nas universidades brasileiras de alunos que trazem graves deficiências do ensino médio. Isso não é novidade (DINIZ, 2003).

A questão das cotas para negros na mídia também é tratada por Leonardo Silvino no portal “*espaçoacademico*”, ocasião em que reflete sobre o fato da determinação da UERJ em destinar vagas para estudantes negros e pardos em seu vestibular só ganhar notoriedade quando os filhos da classe média branca começaram a sentir na pele o que é ser preterido por sua cor. Para o autor, é mais sensato a reserva de vagas para alunos de escolas públicas. Cita ainda que os defensores das ações afirmativas não acham isto porque se baseiam na realidade dos negros norte-americanos que conseguiram ascensão nas diversas áreas, inclusive na mídia. Para ele as causas do racismo no Brasil não são as mesmas dos Estados Unidos da América. Silvino (2005) chama atenção para o fato de que na mídia os negros são tão excluídos quanto nas universidades. Neste item, comenta que na mídia o que prevalece são os brancos e que negro/moreno e índio são quase excluídos da programação da TV.

Em consonância com a entrada do tema do sistema de cotas e seu desenvolvimento na vida sócio-político-cultural do país, em busca realizada no site da *Folha de S. Paulo On-line*/arquivo folha, percebemos uma trajetória linear das ocorrências de textos que abordaram o tema das ações afirmativas/cotas nas universidades públicas brasileiras, suas implicações de ordem jurídica, operacional e constitucional. Quantitativamente temos um quadro que representa essa trajetória, o qual demonstraremos a seguir:

**Tabela 2: Número de ocorrências de textos que abordam o tema ações afirmativas/cotas**

ANO	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DE TEXTOS QUE ABORDAM O TEMA AÇÕES AFIRMATIVAS/COTAS
2001	35
2002	47
2003	64
2004	86
2005	31

Fonte: Portal [www.uol.br](http://www.uol.br) – secção Folha Online.

O quadro acima demonstra que o assunto “sistema de cotas” assume proporção significativa na mídia, pois, como nos lembra Marcondes Filho (1989), a relação mercadológica do fato/assunto alimenta e sustenta os meios de comunicação. Muitos veículos de comunicação abordaram a temática, no entanto poucos teóricos mostram a repercussão do tema na mídia. Ao buscarmos trabalhos que tratavam do “sistema de cotas”, vimos que ainda são poucos e, sendo assim, arrolamos o referencial citado neste trabalho.

## **CAPÍTULO II - LINGUAGEM JORNALÍSTICA E A MÍDIA ELETRÔNICA**

### **2.1 Considerações iniciais**

O primeiro momento deste capítulo aborda as características gerais da linguagem jornalística no processo de construção da notícia. Vemos que a referencialidade e a objetividade é uma das premissas que regem o fazer textual informativo, mas que a objetividade total é um ideal inatingível. Levamos em conta a questão do mascaramento argumentativo na busca da imparcialidade pretendida pelo jornalismo. Atentando ao eixo de nossa pesquisa, apresentamos considerações sobre o jornalismo *on-line* tendo como portador eleito fonte de nosso *corpus* a *Folha de S.Paulo On-line*.

O segundo trata da concepção de linguagem sob a perspectiva interacionista, do conceito de estrutura e de aspectos constituintes do texto, bem como sua construção heterogênea e, também, da questão ideológica e da polemicidade manifestada nos textos.

### **2.2 Linguagem jornalística: características gerais**

Não é novidade que o jornalismo se propõe a processar informações em escala industrial e para consumo imediato. Para isso, o texto jornalístico está sempre submetido a um crivo de profissionais habilitados para fazer a crítica e os ajustes no texto. De acordo com Lage (1997), a linguagem jornalística é mais rápida, sucinta e adaptável aos objetivos, levando-se em conta o modo e as condições de produção. Há uma preocupação voltada ao registro formal da língua, próprio da modalidade escrita padrão. Quanto ao processo de comunicação, segundo o autor,

a comunicação jornalística é referencial, prevalecendo o uso da 3ª pessoa e a impessoalidade.

Relativizando a idéia de Lage (1997), acerca da referencialidade e objetividade jornalística, Rossi (1994) alerta que a objetividade total é impossível, uma vez que o jornalista carrega consigo toda uma formação cultural e política que, de alguma forma, compõe o seu olhar sobre o fato. Mesmo assim, a objetividade continua sendo um dos principais parâmetros na linha editorial dos principais veículos de comunicação do Brasil. Conclui o autor que “nesta busca impossível, introduziu-se a lei do ouvir os dois lados, partindo-se do pressuposto de que, freqüentemente, há dois lados opostos numa mesma história” (ROSSI, 1994, p. 11). Acrescenta o autor que a questão central do jornal é o **por que**, e isso exige uma investigação mais profunda sobre os antecedentes e as conseqüências do fato e/ou tema tratado. Com isso, fica-nos a premissa de que o jornalista, ao relatar os fatos, deve procurar vê-los com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse.

Ainda sobre objetividade, reza o *Novo Manual de Redação da Folha de S.*

*Paulo* (2001) que:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível (NMR, 2001, p. 45, grifo nosso).

Como vimos, o próprio *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* admite a não existência da objetividade total no fazer jornalístico uma vez que o jornalista traz consigo um lastro cultural, político e ideológico que, de alguma forma, se presentifica no que escreve. No entanto, nesse mesmo manual reza que o jornalista deve ser o mais objetivo possível.

Benites (2002, p. 12) argumenta que o jornal exerce uma função política, mediante a utilização de dispositivos sutis, entre os quais contam: a apresentação, em tom aparentemente imparcial, de fatos positivos ou negativos a respeito de idéias, de instituições ou de indivíduos; a ordenação hierárquica das notícias; a supressão de uma matéria ou sua inserção truncada; a escolha do trecho de um discurso a ser relatado e a forma como se dá esse relato.

Entendemos que o jornal, seguindo as orientações editoriais, se faculta otimizar recursos lingüísticos para que essa “objetividade” seja registrada ao editar uma matéria. No discurso relatado, vozes sociais se manifestam e, assim, o jornalista manipula a voz citante e a voz citada para que se distancie ou se aproxime do dito por outrem no discurso jornalístico. Logo, recursos como verbos indicadores de elocução como *afirmar* e *dizer* e uso de aspas são utilizados como marcas de objetividade e/ou imparcialidade, pois, garantem ao jornalista o pressuposto de que “não sou eu quem diz, mas sim o outro”.

Podemos inferir que o jornal “manipula” seu leitor que, seduzido, se sente informado acerca da realidade e chega a se incluir nessa dada realidade. Sendo assim, o jornal assume uma postura de conhecedor e transmissor de “verdades” que são tidas como simulacros de realidade.

Frente ao exposto, há que se considerar o poder da mídia na sociedade. Muitas vezes, uma imprensa sensacionalista, usando os apelos em manchetes de efeito, pode contribuir para a alienação e/ou gerar tensões. Portanto, de acordo com a ótica de Marcondes Filho (1989), podemos pensar que um fato pode se tornar mais ou menos noticioso segundo a perspectiva de quem o manipula, considerando, também, implicações de ordem política e ideológica. O autor argumenta ainda que:

Em síntese, a orientação mercadológica no jornalismo (como em outras atividades culturais e políticas) significa praticamente um puro 'correr atrás do que está na notícia' (se possível, até mesmo produzir artificialmente a moda). Do ponto de vista teórico e político, trate-se de oportunismo e populismo (MARCONDES FILHO, 1989, p. 37).

### **2.3 O Jornalismo *on-line* na *Folha de S.Paulo***

É indiscutível o valor e a presença da internet no mundo atual. Tanto empresas como escolas e cidadãos comuns têm-na como uma grande aliada para mobilidade e rapidez processual de dados, pesquisas e informações gerais e específicas nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Além desses serviços, há também várias atividades de entretenimento como chats, jogos e novelas virtuais *on-line*. Logo a interatividade é uma realidade que está em evidência no mundo virtual. Dentre as várias opções que o ciberespaço oportuniza ao indivíduo, nos atemos aqui ao campo do jornalismo por conta do nosso foco de pesquisa.

Considerando as mudanças sócio-político-culturais e históricas do nosso tempo, vemos que o registro da realidade humana – via mídia eletrônica – é uma necessidade vital, pois deve acompanhar os avanços tecnológicos desenvolvidos pelo próprio homem frente aos desafios que lhe são postos na sociedade em que está inserido.

Em 1989, Marcondes Filho já preconizava uma reflexão sobre uma revolução tecnológica nos meios de comunicação envolvendo sistema de rádio, de TV, de telefonia em geral e as demais formas de comunicação à distância. Argumenta o autor que:

A concorrência com a televisão exigiu que o jornalismo impresso se especializasse nas formas opinativas e interpretativas, deixando a abordagem puramente informativa a cargo do jornalismo televisionado. [...] As substituições tecnológicas nas empresas jornalísticas estão impondo-se e serão mais aceleradas nas próximas décadas nas realidades em que a força e o poder historicamente acumulado do trabalhador seja menor (MARCONDES FILHO, 1989, p. 75).

Novas exigências técnico-profissionais na área de comunicação nos mais diversos meios de divulgação têm sido uma realidade de nosso tempo. A era eletrônica toma fôlego e, com isso, a informação passa a ser praticamente instantânea. Diante dessa realidade, inúmeras agências de notícias *on-line* se proliferam e a necessidade de os profissionais, principalmente os jornalistas, se atualizarem é mister no campo midiático. A busca pela informação precisa e concisa continua sendo uma das incumbências desses profissionais e o apuro dos informes deve ser rigoroso visto que o imediatismo muitas vezes pode provocar enganos. A esse respeito, o MRFSP (2001, p. 26) reza que

Para obter informações exclusivas, o jornalista deve estar atento aos fatos em geral, procurar se informar da melhor maneira possível, ler variados tipos de publicação e sobretudo cultivar fontes em sua área de atuação. Estas fornecerão ao jornalista informações contínuas e fundamentadas, que, no entanto, precisam ser apuradas e confirmadas. O apuro técnico, a credibilidade e a constância do trabalho do jornalista tornarão sua relação com as fontes mais firme e operante.

Levando em conta o exposto, vemos, em nosso *corpus*, reportagens que são disponibilizadas já nas primeiras horas do dia, o que justifica a atenção do jornalista na observância e no trato dos assuntos que se transformam em notícias.

A seriedade do jornal a *Folha de S.Paulo* foi um dos quesitos que nos levou a elegê-lo como fonte para a escolha do *corpus* de análise. Este jornal assume posição de destaque na mídia nacional e é considerado um dos maiores jornais do

país. Assim, o objeto de nossa pesquisa, textos que tratam do sistema de cotas nas IES públicas no Brasil, é trazido com propriedade no período delimitado para composição do *corpus* que data de janeiro/2001 a setembro/2005.

Com um público leitor exigente e esclarecido, com alto padrão de renda e escolaridade, o jornal *Folha de S. Paulo* é uma referência de jornalismo no Brasil, tanto no Estado de São Paulo como em todo território brasileiro. Este jornal trata de assuntos de relevância para a vida nacional, apresentando análise sócio-histórico-política de temas polêmicos.

Para Manta (2005), a entrada de jornais e revistas na internet inaugura um novo veículo de comunicação que reúne características de todas as outras mídias e que tem como suporte as redes mundiais de computadores. O jornalismo digital representa uma revolução no modelo de produção e distribuição das notícias. Com isso, nota-se que, enquanto no jornal impresso a localização da matéria indica sua relevância, no jornal digital, ela é distribuída separadamente em páginas eletrônicas ou agrupadas por editoria. Assim, tem-se a possibilidade de encontrar com maior rapidez aquilo que interessa ao leitor. Ainda sobre essa questão temporal no jornal *on-line*, Franciscatto (2004, p. 19) argumenta que “a atualização dos conteúdos rompe a periodicidade diária e pode ser aplicado dentro de intervalos de tempo bastante reduzidos, praticamente de forma contínua”.

O jornalismo *on-line* pressupõe um leitor que esteja constantemente interagindo com a máquina de forma que possa se atualizar no que se refere às informações que são atualizadas no decorrer do dia. Esse uso instantâneo da informação disponibilizada na internet constitui um grau de efemeridade da notícia justamente pelo fato do processo de atualização dos informes. Por vezes, um mesmo assunto, acrescido de uma ou outra informação torna a informação anterior

já velha. Vê-se que há uma produção contínua da notícia implicando uma gama de pessoas envolvidas com situações, eventos, temas ou cobertura de grandes debates, seminários. Conforme o desenrolar dos fatos/acontecimentos, isto é passado para a rede e, em pouco tempo, quase que instantaneamente, já está à disposição do leitor plugado. A esse respeito, Franciscatto (2004) argumenta que:

A produção de notícias em tempo real sob um ritmo de articulação contínua é um dilema particular para jornalistas, pois este modelo impõe, às novas redações jornalísticas, uma produção que se baseia na disponibilização de um maior número de notícias para dar idéia de continuidade de fluxo. Assim, compete ao jornalista multiplicar a sua produção, mesmo que ao custo de fragmentar a notícia em diversos relatos sucessivos (FRANCISCATTO, 2004, p. 34).

Essa característica do jornalismo *on-line*, a não-linearidade, difere do jornalismo impresso que, por formatação, tempo de impressão, distribuição e venda, segue uma periodicidade linear para chegar até o leitor. A questão temporal na mídia *on-line* é uma de suas marcas mais relevantes. Sobre isso, Franciscatto (2004, p. 32) afirma que

Com a mídia *on-line*, modifica-se a relação de periodicidade do leitor com o suporte: os sites esforçam-se por fornecer informações que revelem a atualização contínua, inserindo marcadores do tipo ‘Última atualização às 16h45min’ ou informando a hora em que cada notícia se tornou disponível.

Isto é verificável no nosso *corpus*, uma vez que todas as notícias veiculadas na *Folha de S.Paulo On-line* são datadas e registram a hora em que foi disponibilizada na rede. Como exemplo, destacamos as matérias “Uerj pode reservar vagas para carentes- 14/01/2001, 04h02” e “Faculdades devem ajudar aluno cotista, diz Tarso Genro – 26/04/2005, 9h28”

Ao considerarmos o exposto acima, vemos que o fator tempo assume lugar de destaque na feitura dos textos *on-line* e, por isso, a presença significativa

de textos curtos, precisos nos informes, pois o leitor dessa modalidade textual costuma estar conectado e ligado contemporaneamente aos fatos. Nessa corrida do homem em busca de informações, a imprensa *on-line* visa a fornecer as notícias em primeira mão sem que a questão temporal seja impecilho à veiculação da notícia. Grosso modo, a imprensa eletrônica fica à espreita dos fatos para torná-los públicos com maior imediatez possível.

## **2.4 Linguagem e produção textual - uma perspectiva interacionista**

A linguagem é uma atividade humana passível de adequação no tempo e no espaço, levando-se em conta o seu uso em determinada sociedade. Isso implica na noção de competência de produção e compreensão de enunciados e na habilidade do indivíduo na construção de sentenças apropriadas à situação. Dessa forma, é preciso ter clara a noção de adequação como: o quê, quando, com quem, onde e de que maneira falar. Garcez (1998) destaca a relevância que a experiência social com suas necessidades motivadoras traz no que se refere à aquisição da língua. Assim sendo, a língua promove a renovação da experiência comunicativa no contexto social num círculo infinito. Para a autora,

os modelos teóricos de linguagem que ultrapassam a visão idealista vêm abarcar as diversas funções da linguagem para dar conta do caráter social da conduta comunicativa, pois compreende-se que a língua é organizada e usada para lamentar, rejeitar, suplicar, advertir, persuadir, comandar, etc. (GARCEZ, 1998, p. 47).

Vê-se que a linguagem é uma competência de alta complexidade e sua mobilidade ancora sua utilidade e funcionamento quando da necessidade de comunicação em situações distintas. Vale lembrar que escrever não tem como objeto único o leitor particular ou real, mas as representações de leitor e de autor

com as quais o autor gostaria de se identificar e, também, um conjunto de representações e de idéias mais complexo e difuso com o qual quer contribuir e ao qual pretende pertencer.

Somando a essa perspectiva, Benveniste (1991, p. 284 a 293) argumenta que a linguagem é um meio de comunicação complexo e eficaz entre os homens. Evidencia ainda que a condição de subjetividade é relevante para a comunicação lingüística. Destaca o autor que:

Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade – que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu. (...) A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso (BENVENISTE, 1991, p. 286).

Garcez (1998, p. 47) lembra que com os estudos de Austin (1962), Searle (1969), Benveniste (1970) e Ducrot (1972) a interação verbal e as relações coletivas e sociais, constitutivas dos jogos de linguagem passam a ser elementos fundamentais na conjugação e articulação da língua. Nessa acepção, a língua deixa de ser entendida apenas como um objeto imutável de memória coletiva e passa a ser concebida também como uma forma de ação, um modo de vida social, no qual a situação da enunciação e as condições discursivas são determinantes de sua função e, logo, de seu significado e de sua interpretação. A linguagem não é neutra em se tratando de enunciação, pois toma sentido em vários níveis e considera *o eu*, *o aqui* e *o agora* quando da sua efetivação e, além do mais, nela está presente uma rede de valores discursivos.

Em consonância com Garcez (1998), percebemos que dada à multiplicidade de recursos expressivos que a língua encerra, nenhum enunciado, isoladamente, é suficiente para termos uma interpretação unívoca. Ele depende de

diversos contratos sociais como: situação, contexto, relação entre interlocutores, leis conversacionais e sistemas de referência para que se constitua como tal.

A linguagem como forma de interação implica uma visão dialógica do enunciado. Essa concepção ancora várias correntes e teorias como a Lingüística Textual, Teoria do Discurso, a Análise do Discurso, Análise da conversação, a Semântica Argumentativa e os estudos ligados à Pragmática.

Para a nossa pesquisa, elegemos a perspectiva interacionista sob a ótica de Bakhtin. Considerando o processo de interação como o *locus* da linguagem e o processo constitutivo da enunciação daí advindo, o campo sógnico formado pelos sujeitos nas relações de comunicação, nossa abordagem privilegia a visão dialógica entre os indivíduos na construção dos discursos.

Partindo da premissa de que o signo e a enunciação são de natureza social e que a ideologia é veiculada pela linguagem, vemos em Bakhtin (2004, p. 14-15) que a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios. Os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema. Para o autor, todo signo é ideológico e a ideologia é um reflexo das estruturas sociais, portanto, a palavra é uma luta de classes. Assim, “o locutor pensa e se exprime, para um auditório social bem definido”.

Depreendemos daí que o outro é elemento constituinte da enunciação, ou seja, o outro está envolvido e determina o dito do locutor numa relação interacional de comunicação. Diante disso, Bakhtin (2004, p. 17) define a língua como expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito desta luta, servindo, ao mesmo tempo, de instrumento e de material.

Retomando o raciocínio de Bakhtin no que se refere a linguagem como interação verbal, destacamos a importância do uso da palavra como signo lingüístico

e ideológico. Na relação entre locutor e interlocutor há que se considerar que a enunciação é produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados. A esse respeito, o autor assevera que:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige a alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte entre mim e os outros (BAKHTIN, 2004, p. 113).

A palavra deve ser o território comum do locutor e do interlocutor numa situação de uso imediato. Assim, num processo interativo da linguagem, o interlocutor determina o dizer do locutor, uma vez que o contexto social imediato serve de base para que a comunicabilidade se instaure. O autor, discorrendo sobre o discurso escrito, afirma que o “discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc.”. (BAKHTIN, 2004, p. 123).

Pelo visto, é por meio dessa dinâmica interlocutiva que a comunicação se estabelece, considerando tempo e espaço frutos da interação verbal e social. Portanto, a perspectiva interacionista tem suas origens na abordagem pragmática dos estudos lingüísticos, trazendo consigo a preocupação com os usos da linguagem no que tange ao que se faz com ela, em que circunstâncias e com que finalidades é utilizada.

Freitas (1996, p. 134) acrescenta que “Bakhtin via a linguagem numa perspectiva de totalidade, integrada à vida humana. A comunicação verbal não pode dessa forma ser compreendida fora de sua ligação com uma situação concreta”. Na

visão de Bakhtin, o homem não pode ser visto como um ser biológico abstrato, mas sim histórico e social. Assim, a experiência discursiva individual de cada homem se forma e se desenvolve em sucessivas interações com os enunciados individuais alheios numa rede sócio-histórica de comunicação. O próprio Bakhtin (2004, p. 36) assevera que “a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”. Isso implica que a palavra, sendo signo, acompanha e comenta todo ato ideológico. Acrescenta o autor que

Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. [...] A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN, 2004, p. 41).

A materialidade da palavra como signo é concretizada na enunciação que, por sua vez, é determinada pelas relações sociais. Endoçando a premissa de que o signo seja arena da luta de classes e o caráter dialógico e ideológico do discurso, Barros (2003) afirma que

que uma única língua produz discursos ideologicamente opostos, pois classes sociais diferentes utilizam um mesmo sistema lingüístico. Nesse caso, deve-se reconhecer que os traços impressos na língua, a partir do uso discursivo, criam em seu interior choques e contradições que fazem Bakhtin afirmar que em todo signo se confrontam índices de valor contraditórios e que, em suma, ‘o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes’ (BARROS, 2003, p. 8).

O dialogismo do círculo de Bakhtin não prioriza o diálogo face a face, mas constitui uma teoria da dialogização interna do discurso através de uma reflexão multiforme, semiótica e literária. Nessa concepção, o que se tem é que as palavras

são, sempre e inevitavelmente, “as palavras dos outros”. Authier-Revuz (1990, p. 27) destaca que “somente o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já dito na fala de outro. Nenhuma palavra é “neutra”, mas inevitavelmente “carregada”, “ocupada”, “habitada”, “atravessada” pelos discursos nos quais “viveu sua existência socialmente sustentada”.

Depreende-se daí que o discurso não é único, inédito, original mas que sempre dialoga com outros discursos “já ditos” e, assim, tece sua trama. Isso implica que o exterior é constitutivo de um enunciado, o que Bakhtin ressalta em seus estudos sobre a linguagem, principalmente no que concerne à relação locutor-alocutário.

Authier-Revuz (1990) afirma existir dois tipos de heterogeneidade: a constitutiva e a mostrada. A heterogeneidade constitutiva remete à presença do Outro, diluída no discurso, não como objeto, mas como presença integrada pelas palavras do outro, condição mesma do discurso, e o sujeito desaparece para dar espaço a um discurso-outro. Por outro lado, a heterogeneidade mostrada marca o discurso com certas formas que criam o mecanismo de distância entre o sujeito e aquilo que ele diz. É uma negação que ocorre sob forma de denegação. As aspas, os parênteses, o itálico, são algumas formas de heterogeneidade mostrada marcada. Portanto, a enunciação implica a existência de um percurso marcado e de operações pelas quais um sujeito enunciador, numa situação de enunciação, de ajustamento e de negociações prováveis, desejadas, proibidas ou tensas busca, no discurso, significar e construir sentidos.

Também sobre a heterogeneidade mostrada merece destacar o que Benites (2002) afirma:

Ao mostrar o fragmento discursivo inserido no seu, o locutor pode assumir duas posições: a primeira, denominada *autonímia simpes*, consiste em apenas exibir esse fragmento como um objeto estranho, pela utilização de termos metalingüísticos, de diacríticos ou de outros mecanismos que marquem a delimitação do texto e o caráter pluriarticulado do discurso. Por outro lado, nos chamados casos de *conotação autonímica*, o locutor, ao mesmo tempo em que menciona o fragmento, faz uso dele, integrando-o à cadeia discursiva, num *continuum* estrutural (BENITES, 2002, p. 56).

Benites (2002, p. 57) esclarece que, na heterogeneidade mostrada, o discurso citado introduz um distanciamento muito variável entre o locutor citante e o locutor citado. O sentimento do locutor citante se apóia como um “não estou afirmando nada; estou apenas relatando o que o outro falante disse sobre o assunto”. Esse tipo de abordagem discursiva é muito comum no texto midiático, uma vez que o locutor citante utiliza a voz do locutor citado como recurso para expor o fato podendo se aproximar ou não do dito por outrem. É sabido que no dizer jornalístico há que se buscar a objetividade, a imparcialidade e, assim, o locutor citante manipula o discurso sempre respaldado nesse paradigma de escritura midiática.

Como é possível perceber, a elaboração de um texto não envolve apenas os mecanismos da língua, de que nos servimos quando falamos ou escrevemos, mas também a análise de outros elementos que subjazem à fala ou à escrita do indivíduo. É preciso, ainda, levar em conta o contexto social, histórico, ideológico do produtor do texto, tendo como base a relação entre os interlocutores. No entanto, a unidade do texto depende não só dos fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo, mas também do material conceitual e lingüístico, o que envolve respectivamente as noções de coerência e coesão textuais. Um texto cujos argumentos sejam frágeis ou incompatíveis com o ponto de vista assumido não será

capaz de convencer ou persuadir o interlocutor, apresentando, portanto, uma textualidade comprometida.

Dessa forma, o texto é resultante de uma atividade verbal de indivíduos atuantes que objetivam atingir um fim social, interativo e que, por meio de um jogo de linguagem, produzem sentido. A esse respeito, Koch e Travaglia (1990) autorizam nossas considerações, ao definirem texto como:

uma unidade lingüística concreta (perceptiva pela visão ou audição), que é tomado pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida independentemente de sua extensão (KOCH; TRAVAGLIA, 1990, p. 10).

## **2.5 O texto e a sua estrutura**

Como nossa pesquisa centra-se na construção do texto midiático eletrônico no trato da polêmica sobre as cotas nas Universidades Públicas Brasileiras, achamos de grande valia o aporte teórico que Van Dijk (1999) nos fornece para tratarmos da leitura e análise dos textos jornalísticos da *Folha de S. Paulo On-line*. Não pretendemos fazer um estudo aprofundado dos trabalhos de Van Dijk. Apenas utilizamos seus conceitos de super, macro e microestrutura para delimitar os níveis de estruturação textual que analisamos.

Esclarecemos ainda que os elementos nominados anteriormente não se excluem mas interagem, compondo o todo significativo do texto e do discurso. No entanto, cada um tem sua função e cabe ao produtor do texto manipular essas estruturas, pois está em jogo o plano semântico do discurso que envolve conhecimento geral e específico da linguagem, incluindo um modelo de ouvinte e seu conhecimento, motivações, ações passadas e intenções e contexto

comunicativo. Portanto, sabedores de que um texto não é um amontoado de frases e que o mesmo deve ter uma lógica constitutiva e distributiva da mensagem que se queira veicular/transmitir, estratégias operacionais, considerando as modalidades textuais, contribuem, sobremaneira, para que o texto signifique e cumpra seu papel de informar o interlocutor. Vejamos, pois, o tripé conceitual proposto por Van Dijk (1999).

### 2.5.1 Superestrutura

A primeira fase dos estudos de Van Dijk no que respeita a superestrutura surge no bojo dos estudos sobre gramática narrativa numa tentativa de uma lingüística transfrástica em que se intuía a construção de uma sintaxe textual que abrangesse todos os tipos de narrativa. Tal sintaxe deveria definir as categorias e as regras de uma narrativa, constituir uma semântica que explicasse as interpretações possíveis às regras e ter uma pragmática que desse conta da função e situação das formalizações. Nessa perspectiva, o estudo de Van Dijk leva em conta uma estrutura profunda e superficial da narrativa.

A segunda fase dos trabalhos do autor holandês conceitua superestrutura como conhecimento relativo à configuração do texto, onde a idéia de estrutura profunda é vista como um esquema cognitivo que representa a forma de texto. Sua definição se inspira na definição de esquema de Bartlett (1932) e Rumelhart (1975) em que a superestrutura se define como uma estrutura cognitiva com variáveis hierarquizadas tidas como macrocategorias, equivalendo a categorias vazias, convencionadas socialmente.

Na leitura realizada por Bonini (2002) sobre os estudos de Van Dijk, a superestrutura é uma espécie/esquema a que o texto se adapta. Dessa feita, ao ouvir um conto, o seu interlocutor já deduz que o texto é uma narrativa.

Acrescenta, ainda, Bonini (2002) que a terceira fase na formulação conceitual de superestrutura data dos anos 80, ocasião em que Van Dijk (1990, 1992c apud BONINI, 2002) passa a estudar o texto noticioso vendo a superestrutura não só como forma textual mas também como conformação discursiva do texto. Assim, a superestrutura da notícia surge como organização textual determinada por um contexto interacional.

Diante do exposto, vemos que a complexidade em torno da definição estrita de superestrutura é considerável, o que leva o próprio Van Dijk a reformular seu conceito várias vezes. Mesmo diante de contestações de outros estudiosos, Bonini (2002) corrobora os argumentos de Van Dijk, ao afirmar:

Concordando com os argumentos de Van Dijk, acredito na existência deste conhecimento específico sobre textos (as superestruturas). Não me parece, contudo, que a superestrutura seja um limitador uniforme e descontextualizado como aparece em suas descrições. Algumas variáveis do esquema podem ser mais frouxas ou mesmo vazias, e o preenchimento destas variáveis pode ocorrer como mera consequência das ações do indivíduo em determinado contexto sócio-histórico e de interação (BONINI, 2002, p. 55).

Vemos também em Coutinho (2003) o argumento de que o próprio Van Dijk admite a inexistência de uma teoria geral das superestruturas, mas o autor holandês reconhece que só nos casos da narrativa e da argumentação os aspectos superestruturais são mais plausíveis e reconhecíveis. O autor alerta que:

Poder-se-á dizer que a noção de superestrutura envolve a identificação de dois aspectos, tidos como invariantes para um determinado tipo de texto (como a narrativa ou o texto

argumentativo): as categorias, que poderemos considerar como unidades textuais, e a ordem hierarquizada dessas mesmas categorias (COUTINHO, 2003, p. 46).

Como se vê, a superestrutura antecipa o sentido geral de estrutura do texto, porque cada texto possui uma estrutura esquemática. Isso tem contribuição relevante tanto nas tarefas de interpretação como nas de produção.

De igual modo, Marquesi (1996) retoma o conceito de superestrutura de Van Dijk (1980) que define as superestruturas textuais como sendo estruturas globais que se assemelham a um esquema.

A autora busca em Van Dijk uma exemplificação do conceito arrolado pelo autor holandês e apresenta-nos considerações como: em uma narrativa as categorias de exposição, complicação, resolução e moral da história são elementos constitutivos de superestrutura. Menciona também que Spreenger-Charolles arrolam em suas discussões sobre a superestrutura do texto argumentativo categorias como: tese anterior ou premissa, argumentos e conclusão.

Marquesi (1996, p. 36), remetendo-se a Van Dijk, enfatiza que, nas reportagens de notícias na imprensa, encontramos, geralmente, categorias esquemáticas bem conhecidas como a manchete, o título e o corpo da reportagem, formando um todo.

Para Van Dijk (1999), as superestruturas por meio de esquemas organizam macroestruturas temáticas, de modo bastante semelhante àquele como a sintaxe organiza o sentido de uma sentença. A esse respeito, o autor assevera que:

Assumimos, portanto, que as superestruturas ou esquemas narrativos podem ser explicitamente descritos em termos de categorias e regras (ou estratégias) convencionais. Contudo, tais categorias e regras não operam num nível local, mas num nível global. As categorias pertencem, pois, a unidades de sentido globais, ou seja, a macroproposições ou temas, e devem ter natureza convencional (VAN DIJK, 1999, p. 145).

Diante das singulares contribuições dos autores arrolados, trazemos em nosso trabalho a noção de superestrutura textual análoga à tipologia de texto dada a regularidade esquemática que os textos eleitos por nós para a análise apresentam. Como nosso *corpus* é composto de textos jornalísticos classificados como reportagens e notas, achamos pertinente algumas informações sobre esses tipos de texto.

Segundo o *Manual de Redação e Estilo* de Eduardo Martins (1997, p. 254-255), a reportagem pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de um modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e conseqüências. Vale lembrar que a reportagem parte da notícia e desenvolve uma investigação mais abrangente dos fatos. A notícia centra-se na apresentação dos fatos sem esgotá-los. Já a reportagem além de apurar os fatos, abre debate sobre os acontecimentos, desdobrando-os em aspectos mais relevantes e isso implica maior extensão chegando a uma ou mais páginas no trato da questão.

Já o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2001, p. 24) registra que reportagens têm por objetivo transmitir ao leitor, de maneira ágil, informações novas, objetivas (que possam ser contestadas por terceiros) e precisas sobre fatos, personagens, idéias e produtos relevantes. Para tanto, elas se valem de ganchos oriundos da realidade, acrescidos de uma hipótese de trabalho e de investigação jornalística. Reza ainda este manual que “a relação do gancho com uma reportagem não deve ser automática, mas sim passar pelo crivo do jornalista, pela sua análise crítica” (MRFSP, 2001, p. 24). Frente a isso, é possível inferir que a informação pode sofrer sanções e adequações em sua construção levando-se em conta o interlocutor.

Além disso, uma boa reportagem deve sempre ouvir as partes envolvidas na questão que gerou o fato. Dessa forma, primando pela imparcialidade e objetividade, “toda boa reportagem exige cruzamento de informações”. Esse mecanismo jornalístico consiste em, a partir de um fato transmitido por uma determinada fonte, ouvir a versão sobre o mesmo fato de outras fontes independentes. “O recurso é útil tanto para comprovar a veracidade de uma notícia quanto para enriquecer a reportagem com aspectos não formulados pela fonte original” (MRFSP, 2001, p. 26)

No tocante à redação da reportagem, o manual informa que se deva começar com aquilo que é mais relevante ao leitor e ao debate público. Sugere que os fatos devam ser contextualizados e expostos com objetividade e clareza, atentando também ao uso correto da língua.

Quantos aos títulos, subtítulos e *leads*, estes devem ser atraentes vislumbrando chamar a atenção do leitor. Ainda sobre reportagem, Sarmiento (2003, p. 155-156) assevera que a reportagem apresenta e interpreta as relações que envolvem um determinado fato, é planejada e obedece a uma linha editorial. O seu assunto pode ser narrado de forma expositiva (narração simples e objetiva dos fatos), interpretativa (comentário sobre um fato central e sobre outro relacionado a ele), ou opinativa (opinião do repórter ou da empresa que ele representa, conduzindo a opinião do leitor).

Bem nos lembra Bahia (1990, p. 49) “que toda reportagem é notícia, mas nem toda notícia é reportagem”. Vê-se que a reportagem implica a forma de ver a notícia, o fato, podendo projetar a notícia, uma vez que, na reportagem, se permite a observância do fato sob diversos ângulos. O autor nos apresenta uma forma linear

de construção da reportagem, a saber, título, primeiro parágrafo, cabeça ou *lead*, desenvolvimento da história, narrativa ou texto (BAHIA, 1990, p. 52).

Essa seqüência constitutiva da reportagem, praticamente idêntica a da notícia, nos permite ver a ordem de sua estrutura formal. Contribui, também, contribui para a sua classificação tipológica tal como mostra Van Dijk (1999) ao abordar a estratégia superestrutural do texto. Portanto, por uma questão metodológica, classificamos a superestrutura dos textos constituintes de nossa pesquisa como reportagens ou como nota, pequena notícia.

### 2.5.2 Macroestrutura

Como o texto é um todo organizado em que coerência e coesão tecem uma rede de significados, é salutar o estudo das estratégias macroestruturais e microestruturais. Buscamos em Van Dijk (1999, p. 50-53) um esclarecimento conceitual da macroestrutura, entendida também como coerência global. Para o autor, uma macroestrutura consiste numa reconstrução teórica de noções intuitivas como a de “tópico” ou a de “tema” de um discurso.[...] Ao mesmo tempo a macroestrutura de um discurso define sua coerência global. Sem esta coerência global, não haveria controle global sobre as conexões locais e seqüenciações.

Notamos que a macroestrutura envolve as seqüências de proposições, parágrafos, numa ordem linear e provoca efeitos de sentido no todo textual. Estruturas como o título, sumários, sentenças temáticas contribuem significativamente para o nível informacional do texto bem como para sua unidade semântica global.

Entendemos, também, que a macroestrutura está voltada para a organização seqüencial dos parágrafos na construção lógico-linear do texto. A partir de um tema, tópico de um discurso, é possível construir uma unidade semântica. Veja-se, como exemplo, no caso do jornal, o título e a manchete são resumos da informação, portanto, estes constituem elementos macroestruturais consideráveis. Além disso, podemos considerar o *lead* – no texto jornalístico – uma manifestação macroestrutural uma vez que esta proposição sintetiza os informes que serão diluídos ao longo do texto em outras proposições. Esta expansão do *lead* de forma linear lógica possibilita a otimização da coerência global do texto e do discurso.

Para a nossa pesquisa, levaremos em conta o título, o *lead* dos textos informativos e, também, a organização distribucional das proposições paragrafaçais no todo textual. Estas proposições paragrafaçais podem funcionar como uma especificação, explanação, comparação, contraste ou generalização entre si. Dependendo da modalidade textual, as proposições seguem uma ordem hierárquica visando o todo textual.

Não é demais dizer que a tessitura de um texto exige uma ordem de forma que facilite sua leitura, compreensão e produção de sentido, sem esquecer do outro(leitor) como elemento constitutivo do enunciado, conforme a perspectiva interacionista. Considerando a macroestrutura textual, ou seja, a sua coerência, verificaremos a relação semântica entre título e *lead*, título e texto, *lead* e texto. Com isso pretendemos observar o processo de construção do todo textual a partir destas pistas lingüísticas. Dentre elas, o título, o *lead* e a distribuição dos parágrafos possibilitarão uma reflexão analítica do aspecto macroestrutural a que nos propusemos. No caso do texto jornalístico, objeto de nossa análise, verificamos

como o jornalista utiliza os recursos lingüístico-discursivos para expor o tema polêmico na mídia eletrônica sobre cotas nas IES públicas brasileiras.

Como o outro é elemento da cena enunciativa sob a ótica interacionista, os títulos das matérias (textos) devem ser claros, lógicos, atraentes para prender a atenção do leitor. A esse respeito, Bahia (1990) argumenta que:

O título deve atrair a atenção e dar uma idéia geral dos fatos que precede. É importante que o título mantenha consistência com o texto – e não que diga uma coisa, para criar impacto, enquanto a notícia diz outra. O título deve essa fidelidade ao texto do qual é tirado, por mais abstrato que pareça. Assim, o título anuncia o fato, resume a notícia e embeleza a página, numa conjugação de técnica e arte que jornais, revistas, livros e outros meios visuais procuram aprimorar utilizando recursos gráficos (BAHIA, 1990, p. 47).

Nota-se que o título é fundamental para o direcionamento semântico do texto e está intimamente ligado ao seu entendimento, portanto, assume papel essencial no todo significativo do texto. Nas reportagens assume função sintética e anunciativa do fato e, com isso, deve despertar o interesse do leitor.

Guimarães (2004) corrobora a idéia de Bahia (1990) no que respeita ao título em relação ao texto como elemento importante de sua macroestrutura. Para a autora, “Ainda nas linhas da praticidade, é preciso lembrar o papel fundamental do título no esquema específico das notícias, destacando categorias como acontecimento principal, história, antecedentes, conseqüências ou expectativas” (GUIMARÃES, 2004, p. 51).

Além do título, outro elemento considerável na macroestrutura do texto narrativo jornalístico, especificamente a notícia e a reportagem, é o *lead*. Com o objetivo de despertar no leitor curiosidade e convocá-lo à leitura da notícia e/ou reportagem, o *lead* se constitui um elemento didático imprescindível ao chamamento do leitor para aquilo que está sendo posto em cena pelo locutor sobre determinado

fato. Para tanto, o *lead* geralmente responde a questões principais em torno de um fato ou acontecimento, a saber, o quê, quem, quando, como, onde, por quê, sem que essa ordem seja fixa.

O que se pode notar num *lead* bem elaborado pelo locutor é que, nesse momento do texto, já se tem uma síntese do assunto e que o leitor deve ler toda a reportagem com a expansão das respostas pertinentes a cada pergunta constituinte do *lead*. Em conformidade com MRFSP (2001, p. 28):

O lide [sic] tem por objetivo introduzir o leitor na reportagem e despertar seu interesse pelo texto já nas linhas iniciais. Pressupõe que qualquer texto publicado no jornal disponha de um núcleo de interesse, seja este o próprio fato, uma revelação, a idéia mais significativa de um debate, o aspecto mais curioso ou polêmico de um evento ou a declaração de maior impacto ou originalidade de um personagem.

Segundo Bahia (1990, p. 52-56), o *lead* é a técnica de relatar o que há de principal nos acontecimentos logo na abertura. Ele requer que o repórter ou redator responda nesse espaço as perguntas clássicas da notícia (já mostradas acima). No entanto, alerta o autor que:

O interesse pela notícia não se resume à cabeça ou uma resposta burocrática, formalmente apresentada no *lead*. Há mais requisitos na organização da notícia – linguagem direta, exposição clara, fidelidade aos fatos, veracidade, etc. – sem os quais decairá o interesse de um público cada vez mais exigente (BAHIA, 1990, p. 53).

Logo, levando em conta a falta de tempo da vida moderna, o *lead* assume função conativa e, conforme o centro de interesse do leitor, a leitura total da reportagem terá maior ou menor êxito.

Ao considerar essa urgência temporal do leitor contemporâneo, muitas vezes usa-se o processo da pirâmide invertida na composição da

notícia/reportagem. Essa forma de construção do texto jornalístico é elaborada a partir da parte mais importante, ou seja, do clímax do fato. Tudo isso para causar mais impacto no leitor, ao passo que, na pirâmide normal, linear, onde o acontecimento é seqüencial do tipo cronologicamente correto, é nos facilitado a leitura pela lógica distributiva da narrativa com começo, meio e fim. Por isso, Bahia (1990, p. 52) alerta que “o repórter constrói a história segundo um esquema de seleção por ordem de importância”.

Frente ao exposto, notamos que no jogo argumentativo-expositivo é facultado ao produtor/jornalista o uso de estratégias lingüístico-discursivas sempre visando ao interlocutor. No nosso *corpus*, percebemos que muitas reportagens sobre a questão polêmica das cotas nas IES públicas brasileiras não seguem um padrão rígido de forma e, além disso, o *lead* apresenta apenas algumas perguntas básicas e as outras perguntas são diluídas ao longo do texto. Vê-se que, realmente, o importante é o clímax do acontecimento, pois se quer, em primeira instância, chamar a atenção do leitor. Isso será melhor visto na análise do *corpus* no terceiro capítulo desta dissertação.

Como terceiro elemento constitutivo da macroestrutura do texto jornalístico *on-line*, a organização distribucional dos parágrafos e/ou episódios também será levada em conta. Para tanto, balizados em Van Dijk (1999) aproximamos conceitualmente parágrafos de episódios. Para o autor:

De modo aproximado, os parágrafos ou episódios são caracterizados como seqüências coerentes de sentenças de um discurso, linguisticamente, marcadas quanto ao começo e/ou fim, e definidas, além disso, em termos de algum tipo de ‘unidade temática’ – por exemplo, em termos mesmos participantes, tempo, lugar, ou evento ou ação global (VAN DIJK, 1999, p. 99).

Esclarece o autor que “Um episódio é propriamente uma unidade semântica, enquanto um parágrafo é a manifestação superficial ou a expressão de tal episódio” (VAN DIJK, 1999, p. 100).

Vale lembrar que, na seqüenciação dos episódios/parágrafos, a presença significativa de marcadores de mudança é feita por frases nominais sentencialmente topificadas e/ou por complementizadores de lugar ou tempo e, também, por conectivos. Todos esses elementos vão tecendo o todo textual em torno de sua macroestrutura o que nos faz ter a coerência global do texto. O autor assevera que:

Os episódios parecem ser unidades lingüísticas e psicologicamente relevantes da estrutura e do processamento do discurso. Constituem unidades semânticas, que podem ser definidas como seqüências de proposições de um texto capazes de ser subsumidas por uma macroproposição. Na estrutura superficial, são expressos por seqüências de sentenças que, normalmente, correspondem aos parágrafos, e marcados por vários recursos fonéticos, morfológicos, lexicais e sintáticos. [...] Num modelo cognitivo, os episódios parecem funcionar principalmente como organizadores adicionais da base textual, no processamento de curto prazo e na representação de longo prazo, permitindo a derivação estratégica e a aplicação de uma macroproposição e a busca limitada de informação em estratégias de coerência local, bem como melhor recordação devido a esta organização mais elaborada do discurso (VAN DIJK, 1999, p. 117-118).

A lógica seqüencial do texto, ou seja, a organização dos parágrafos ou episódios um em relação ao outro tem grande contribuição para que o todo textual seja plausível. A esse respeito, Guimarães (2004, p. 25) assevera que:

Da colocação das unidades em relação sistemática nasce este objeto ao mesmo tempo coerente e complexo – o texto, cujo sentido, porém, não é um dado prévio; ele depende das relações que as unidades textuais entretêm umas com as outras e constitui, de qualquer modo, uma matriz de funcionamento, que adquire determinada estrutura a partir do instante em que passa a integrar a mensagem.

A partir do exposto, é nos permitido inferir que a integração das partes do texto: começo, meio e fim com seus episódios/parágrafos relacionados tematicamente nos possibilita perceber a coerência global do texto. Em nosso trabalho esta relação seqüencial e distributiva será muito válida, pois ao tratar de um tema polêmico, como o das cotas nas IES públicas brasileiras, um jogo articulatório de argumentos enriquece a trama narrativa jornalística em torno da questão.

### 2.5.3 Microestrutura

Na perspectiva de organização estrutural do texto, merece também estudo os aspectos microestruturais que estão relacionados à coesão e/ou coerência local. Atendendo ao nosso objetivo analítico eleito para essa pesquisa no tocante à microestrutura textual, focamos, nesse nível: a) a composição paragrafaçal; b) os operadores argumentativos; e c) o discurso relatado.

A retomada conceitual do parágrafo nos parece relevante nessa abordagem, pois é nele que a microestrutura se materializa. Para Carneiro (1994), o parágrafo é uma unidade de informação construída a partir de uma idéia-núcleo, materializada no tópico frasal, que, por sua vez, deve ser bastante claro e adequadamente desenvolvido. Notamos que se um parágrafo é coerente, o leitor passa de uma frase à outra sem vacilações, saltos ou lacunas. Portanto, sua coerência interna é fator determinante para o entendimento dos enunciados. Já para Souza e Carvalho (2000), o parágrafo é constituído por um ou mais períodos e é uma unidade do discurso, ou seja, é um microtexto que trata da explanação de uma idéia central. Em ponto menor, o parágrafo desfruta das mesmas características de

outros textos: apresenta uma idéia central a que se agregam geralmente outras idéias secundárias, intimamente relacionadas pelo sentido.

Devido à importância de seus estudos sobre a estruturação paragrafaçal, permitimo-nos concentrar nossas considerações em Garcia (1992, p. 203-230), para avivarmos conceitos e informes sobre o parágrafo. Estruturalmente, o parágrafo é uma unidade composicional constituída por um ou mais de um período, desenvolvendo uma idéia central a que se agregam outras secundárias, logicamente relacionadas pelo sentido decorrente dela. Também tem a função de facilitar ao escritor a tarefa de isolar e depois ajuntar convenientemente as idéias principais da sua composição, permitindo ao leitor acompanhar os diferentes estágios do desenvolvimento do todo textual. Sua extensão é variável, podendo ser composto de uma ou duas linhas bem como ocupar uma página inteira. Sua estrutura, geralmente, se constitui de um tópico frasal e seu desenvolvimento. Esse tipo é tido como padrão, na ótica do autor.

Quanto à composição paragrafaçal, o autor destaca diferentes feições do tópico frasal que determinam, também, o desenvolvimento das idéias que serão expostas. Considerando a polêmica manifestada nos textos, objeto de nossa análise, entre os tipos arrolados por Garcia (1992), merece destaque a composição paragrafaçal constituída por declaração inicial seguida de processos de explanação. Essa é a feição mais comum de composição, na qual afirma-se ou nega-se alguma coisa logo de saída para, em seguida, justificar ou fundamentar a asserção, apresentando argumentos sob a forma de exemplos, confrontos, analogias, razões, restrições e enumeração de detalhes.

Outro elemento que julgamos relevante na construção microestrutural do texto para demonstrar a polêmica é o grupo de operadores argumentativos. Sendo a

língua fundamental na interação social, a argumentação possibilita ao homem avaliar, julgar, criticar, influenciar, convencer, expor sua intenção em relação ao outro.

Depreende-se daí que o discurso deve ser bem estruturado para que sua compreensão em nível comunicacional esteja garantida pela coerência tanto global como local. À guisa de conclusão, podemos dizer que as relações sintático-semânticas do texto em suas proposições constitutivas, expressando causa e consequência, meio e fim, condicionalidade ou hipótese, oposição são responsáveis ou formam a coesão textual. Ao considerarmos a coesão textual como elemento fulcral da microestrutura, é oportuno mencionar que os operadores argumentativos, além da função sintático-semântica, orientam o interlocutor quanto à globalidade dos enunciados postos em cena em determinadas situações de produção de sentido textual. Apoiados em Koch (1984, p. 106-107), destacamos alguns operadores argumentativos que estabelecem:

- a) relação de hierarquia: mesmo, até, até mesmo, inclusive, ao menos, pelo menos, no mínimo;
- b) Encadeamento adicional: e, também, nem, tanto...como, não só... mas também, além de, além disso;
- c) Marcador de excesso temporal e não-temporal: ainda;
- d) Indicador e mudança de estado: já;
- e) Marcadores de oposição entre elementos semânticos explícitos ou implícitos: mas, porém, contudo, embora, etc.

Como se vê, a manifestação linear e lógica do texto por meio de palavras, de frases morfossintaticamente organizadas constitui a sua microestrutura. Portanto, podemos dizer que a estrutura interna dos períodos, dos parágrafos, dos enunciados

e orações implica estratégias microestruturais. Logo, a escolha dos operadores argumentativos pelos locutores é fundamental não só para o estabelecimento da coesão interna dos parágrafos, como também para a manifestação dos pontos de vista distintos sobre a questão das cotas nas IES públicas brasileiras. Em nosso *corpus* predominam os operadores que indicam oposição e/ou contraste, por tratarmos de um tema polêmico. Aprofundaremos com mais detalhes a esse respeito no capítulo 3.

Ainda como manifestação microestrutural, pois relaciona-se à organização das sentença, temos o discurso relatado que se materializa nos enunciados com a instalação da polifonia de locutores. Ducrot (1987) destaca que a enunciação é entendida como uma ação que consiste em produzir um enunciado, isto é, dar a uma frase uma realização concreta. Menciona ainda que nas funções enunciativo-discursivas as figuras do locutor e do enunciador constituem o enunciado. Como em nosso trabalho, damos ênfase a figura do locutor, balizamo-nos em Ducrot (1987) que entende por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que se refere o pronome EU e as outras marcas de primeira pessoa presentes no discurso. Vale lembrar que esse locutor, ser do discurso, é diferente do sujeito falante, empírico, real. Vê-se que o locutor fala, relata, ou seja, ele é dado como a fonte do discurso, podendo suas atitudes discursivas serem atribuídas a enunciadores dos quais se distancia ou se aproxima, dependendo da cena enunciativa posta em voga. O autor assevera que, em uma enunciação atribuída a um locutor, pode ocorrer outra enunciação atribuída a outro: é o caso do discurso relatado em estilo direto.

Vozes citante e citada constituem-se elementos para a expressão de pontos de vista sobre determinado assunto. Na linguagem jornalística esse procedimento discursivo é muito comum, visto que o jornalista trabalha com vozes sociais e sente a necessidade de manipular com astúcia as informações de forma que – utilizando recursos lingüísticos como os discursos indireto e direto – possa imprimir maior ou menor proximidade ao que está sendo relatado.

Para Maingueneau (1996), o discurso direto não é a reprodução “fiel” do discurso citado, constituindo o locutor uma espécie de gravador ideal. Na realidade, a particularidade do discurso é que um mesmo “sujeito falante” se apresenta como o “locutor” de sua enunciação, mas delega a responsabilidade da fala citada a um segundo “locutor”, o do discurso direto. A citação em discurso direto supõe a repetição do significante do discurso citado e conseqüentemente a dissociação entre as duas situações de enunciação, citante e citada. Ela provoca a coexistência de dois sistemas enunciativos autônomos: cada um deles conserva seu EU, seu TU, suas marcas dêiticas, suas marcas próprias de subjetividade, as aspas ou o travessão (na escrita), desempenhando o papel de fronteiras entre os dois regimes enunciativos.

Maingueneau (2004) ressalta ainda que a escolha do discurso direto como modo de discurso relatado está ligada ao gênero de discurso em questão ou às estratégias de cada texto, numa tentativa de procurar: a) criar autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas; b) distanciar-se, seja porque o enunciador citante não adere ao que é dito e não quer misturar esse dito com aquilo que ele efetivamente assume, seja porque o enunciador quer explicitar sua adesão respeitosa ao dito; c) mostrar-se objetivo, sério.

Quanto à introdução do discurso direto, o autor apresenta duas funções e exigências em relação ao leitor por parte do discurso citante: uma que é indicar que houve um ato de fala e outra que é marcar a fronteira que o separa do discurso citado. Há que se considerar na segunda exigência (tipográfica): dois pontos, travessões, aspas e itálico que delimita a fala citada. Já a primeira exigência se satisfaz por intermédio de verbos cujo significado indica que há enunciação colocados antes do discurso direto, em oração intercalada no interior do discurso citado e no final deste.

Para Maingueneau (1997), os enunciados relatados em discurso direto são postos entre aspas para marcar sua alteridade; esta última, no entanto, já é claramente manifestada pela ruptura sintática entre o discurso que cita e o discurso citado. As aspas designam a linha de demarcação que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu “exterior”, um discurso efetivamente só pode manter à distância aquilo que coloca fora do seu próprio espaço. O autor acrescenta que o locutor coloca aspas, por exemplo, para proteger-se antecipadamente de uma crítica do leitor, que, supostamente, espera um distanciamento frente à determinada palavra.

Outra forma de discurso relatado é o discurso indireto, que não reproduz as falas citadas, tais quais são ditas, mas as representam, incorporando no discurso o conteúdo do pensamento da voz citada. Geralmente as falas relatadas, via discurso indireto, aparecem sintaticamente sob forma de subordinação e são introduzidas por um verbo *dicendi* que orienta e, também, condiciona a interpretação. A esse respeito, Benites (2002, p. 60) argumenta que:

No discurso indireto, o locutor citante, como um tradutor que faz uso das próprias palavras para transmitir idéias de outro, passa a impressão de ser um simples porta-voz a serviço da transmissão neutra do sentido de uma mensagem anterior.

Ainda sobre o uso do discurso indireto, Maingueneau (2004, p. 150) afirma que “no discurso indireto há apenas uma situação de enunciação: as pessoas e os dêiticos espaço-temporais são identificados, com efeito, em relação à situação de enunciação do discurso citante”. Vê-se que o discurso citante sugere o contexto da interpretação do discurso citado.

Essas estratégias de relatar o discurso de outrem, tanto o discurso direto como o discurso indireto, não garantem a isenção e objetividade total pretendida pelo produtor do texto, principalmente na linguagem jornalística. Isso se deve à autonomia do jornalista no trato das vozes citante e citada, quando da produção dos enunciados pelos quais é responsável.

Finalmente, por tratarmos de discurso jornalístico, terreno fértil às vozes citante e citada, os verbos delocutivos também merecem ser levados em conta na análise de nosso *corpus*. Na linguagem jornalística esse tipo de verbo é parte do próprio discurso, visto que exerce a função de explicitar que a polifonia de locutores constitui ‘*a priori*’ a enunciação jornalística. Uma das suas funções é a neutralidade do jornalista frente ao que está sendo relatado.

De acordo com Charolles (1998, apud BENITES, 2002, p. 112), os verbos delocutivos, com exceção de **dizer** e **afirmar**, “aparentemente neutros”, veiculam sempre diversos pressupostos. Dessa forma, afirmar que alguém *revelou* alguma coisa, realça o valor de verdade do enunciado; *repetir*, *replicar* e *concluir* implicam uma posição cronológica posterior a *dizer* ou *afirmar*, enquanto *reconhecer* ou *confessar* incide sobre o ponto de vista atribuído ao enunciadador.

Como nosso *corpus* apresenta a maior incidência dos verbos *dizer* e *afirmar*, não nos deteremos em explicações pormenorizadas a propósito dos demais verbos delocutivos.

Frente ao exposto, respeitando a complexidade que a abordagem nos oferece, temos como suporte teórico principal para a abordagem estrutural do texto, os conceitos de Van Dijk (1999) elegendo as categorias analíticas centradas nas estratégias de superestrutura enfatizando, no nosso caso, a tipologia dos textos informativos de nosso *corpus*; já com relação à macroestrutura, trabalharemos a questão da coerência global, ou seja, o título, *lead*, e sua expansão ao longo do texto e, por fim, a microestrutura abordando aspectos lineares da construção sentencial, operadores argumentativos e um olhar específico para o fenômeno do discurso relatado no trato da questão polêmica já nominada.

## **2.6 Texto e enunciação: ideologia e polemicidade**

Num processo de comunicação, a linguagem é meio fulcral, pois marca a relação entre os interlocutores. Junto a esse processo somam-se os pontos de vista veiculados que fundamentalmente trazem consigo, de alguma forma, a ideologia do locutor. Vale lembrar que a linguagem sendo uma instituição social torna-se instrumento de mediação entre os homens e a natureza e, também, entre os homens e os outros homens. O falante faz as escolhas argumentativas para criar o seu discurso visando ao interlocutor.

Diante disso, fica-nos a noção de que todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais, portanto, a ideologia é uma visão de mundo, um ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social. No que respeita à manifestação discursiva, cada ideologia apresenta sua visão de mundo e um discurso próprio. A ideologia não nasce do nada, ela é constituída pela realidade e

constituente da realidade. Frente ao exposto, e embasando-nos em Fiorin (1997), vemos que uma formação ideológica é entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social. A cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo. Alerta o autor que “As visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem” (FIORIN,1997, p. 33). Assim, o discurso materializa as representações ideológicas uma vez que as idéias, as representações não existem fora dos quadros lingüísticos, sendo que as formações ideológicas só ganham existência nas formações discursivas.

Por tudo isso, o autor argumenta que os fatores sociais contribuem acentuadamente para a formação da consciência, pois o indivíduo, ao longo de sua vida, interioriza discursos, analisa a sua realidade social e, por vezes, reproduz discursos que assimilou.

Depreendemos em Fiorin (1997, p. 41-42) que, no jogo discursivo, o discurso é a materialização das formações ideológicas e determinado por elas, já o texto é um lugar de manipulação consciente em que o homem organiza os elementos de expressão que estão a sua disposição para veicular seu discurso. Vemos que os discursos têm função citativa, heterogênea segundo Authier-Revuz, pois sempre retomam ou estão para outros discursos considerando as formações ideológicas as quais se filiam. A esse respeito, Fiorin (1997) assevera:

O enunciador é o suporte da ideologia, vale dizer, de discursos, que constituem a matéria-prima com que elabora seu discurso. Seu dizer é a reprodução inconsciente do dizer de seu grupo social. Não é livre para dizer, mas coagido a dizer o que seu grupo diz (FIORIN, 1997, p. 42).

Acrescenta o autor que, na discursivização, o indivíduo não pensa e não diz o que quer, mas o que a realidade impõe que ele pense e fale. “Na medida em que o homem é suporte de formações discursivas, não fala, mas é falado por um discurso” (FIORIN, 1997, p. 44).

Tendo em vista que o discurso é o lugar em que pontos de vista se presentificam, alicerçados em ideologias distintas, este se constitui numa arena de conflitos e palco de acordos. Levando em conta esse enfoque, vemos que o discurso é um lugar de trocas enunciativas, ou seja, ele não é fechado em si mesmo, mas é flexível. Assim, o discurso é um espaço conflitual e heterogêneo. Por ser esse espaço amplo e complexo, o discurso revela quem é o sujeito com sua visão de mundo e este sujeito inscrito no discurso é tido como um ‘efeito de sentido’ produzido pelo próprio discurso. A linguagem cria a imagem do mundo, mas também é produto social e histórico. Pode-se dizer que a linguagem condensa, cristaliza e reflete as práticas sociais governadas por formações ideológicas que determinam certos comportamentos do indivíduo e também do coletivo. Além disso, a língua não é um fenômeno de caráter classista, mas as classes a utilizam para transmitir – via linguagem – suas representações ideológicas. Conclui o autor que “não existem representações ideológicas senão materializadas na linguagem”. Portanto, comunicar é agir no mundo. Nenhuma palavra é inócua. Em conformidade com o autor, depreende-se que a linguagem pode ser instrumento de libertação ou de opressão, de mudança ou de conservação.

Mainqueneau (1997) acrescenta que cada formação discursiva do espaço discursivo define sua identidade pela negativa do seu Outro. O discurso só pode relacionar-se com o Outro do espaço discursivo através do simulacro que dele constrói. Temos então o discurso agente que ocupa a posição de ‘tradutor’, de

construtor do simulacro e discurso paciente, o traduzido. Numa polêmica, os papéis de agente e paciente se alternam constantemente.

Para Maingueneau (1997), tomar um discurso à parte, considerá-lo como adversário, responder a um ataque são gestos que têm conseqüências consideráveis e não podemos negligenciar sua eficácia. Há que se considerar dois níveis de apreensão: o dialogismo constitutivo e o dialogismo mostrado, do qual o diálogo polêmico seria uma das modalidades. As controvérsias giram em torno de alguns pontos, deixando na sombra zonas imensas. Os assuntos de controvérsia são previamente levantados em dois domínios: as zonas que já foram objeto de ataques e aquelas que ainda não foram debatidas. No primeiro domínio, o discurso filtra, entre os enunciados contra ele dirigidos, os temas aos quais lhe parece impossível não responder; no segundo, ele mesmo define pontos que, no conjunto dos textos do adversário, lhe parecem importantes. Com isso, no discurso não é a palavra que importa, mas sim a maneira como é explorada. Em uma polêmica, todas as dimensões da discursividade podem estar implicadas. A polêmica não se instaura de imediato. O exercício da polêmica presume a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas. A esse respeito Maingueneau (1997) argumenta que:

A polêmica supõe um contrato entre os adversários e, com ele, a idéia de que existe um código transcendente, reconhecido pelos membros do campo (os protagonistas do debate bem como o público) o que permite decidir entre o justo e o injusto. Que se trate de bom senso, de partido, de justiça, do interesse do país, etc., deve existir um referencial comum que legitime a figura de algum tribunal supremo (MAINGUENEAU, 1997, p. 125).

Numa sociedade, os pontos de vista e posições sobre determinadas questões divergentes levam em conta interesses de grupos sociais distintos.

Portanto, há temas que provocam antagonismos pelo seu teor e que divide opiniões, como o que trazemos à tona: a questão das cotas nas IES públicas brasileiras. Considerando a polêmica sobre o referido tema, os indivíduos e representações sociais, governamentais e não-governamentais defendem um ou outro posicionamento, ora a favor ora contrário ao sistema de cotas, pivô de grandes debates na vida nacional. Essa arena de conflitos é lastro de manifestações ideológico-discursivas criadas no seio da sociedade. Tomando como base a questão da polêmica, Fiorin (1997) argumenta que:

O discurso é sempre a arena em que lutam esses pontos de vista em oposição. Um deles pode ser dominante, isto é, pode contar com a adesão de um número maior de pessoas. Isso, no entanto, não elimina o fato de que concepções contrárias se articulam sobre o mesmo assunto. Um discurso é sempre, pois, a materialização de uma maneira social de considerar uma questão (FIORIN, 1997, p. 30).

Ao abordar a propriedade fundamental da linguagem, a heterogeneidade constitutiva, Fiorin (1997) afirma que os textos têm a propriedade intrínseca de se constituir a partir de outros textos. Isso faz com que todo texto seja atravessado, ocupado, habitado pelo discurso do outro. Na visão do autor, um texto remete a duas concepções diferentes: aquela que ele defende e aquela em oposição à qual ele se constrói. No texto ressoam duas vozes, dois pontos de vista, ou seja, sob as palavras de um discurso, há outras palavras, outros discursos, outro ponto de vista social. Exemplifica o autor:

Quando lemos um texto a favor da abolição da escravatura, percebemos que ele só pode ter surgido numa formação social em que há discursos a favor da escravatura; um discurso anti-racista só pode constituir-se numa sociedade em que existe um discurso racista; um discurso feminista só pode ser gerado num tempo em que existe um discurso machista (FIORIN, 1997, p. 30).

Como se vê, o texto pode ser o lugar em que a arena de conflitos se instala, justamente pela presença polifônica de vozes que o constitui como palco de significações. Ao considerar o texto como 'palco de significações', é oportuno ressaltar as possibilidades de manifestação de pontos de vista não somente lineares acerca de uma dada questão temática, mas também o registro de posições antagônicas a respeito de uma discussão ampla em que pontos de vista se presentificam em forma de oposição, como é o caso dos textos de nosso *corpus*. Isto posto, a polêmica textual/discursiva se constitui na materialidade lingüística, ou seja, o texto serve como base para veiculação da polemicidade gerada num determinado espaço e tempo social.

## **CAPÍTULO III – A POLÊMICA SOBRE AS COTAS EM IES PÚBLICAS NOS TEXTOS DO CORPUS: UMA ANÁLISE LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA**

### **3.1 – Considerações iniciais**

Esse capítulo compõe-se de duas etapas. A primeira trata da projeção da notícia sobre o sistema de cotas nas IES públicas via imprensa eletrônica, *Folha de S. Paulo On-line*, no período de janeiro de 2001 a setembro de 2005. Mostramos o ciclo de vida da notícia, ou seja, seu início, ápice e declínio ao longo deste período e, também, a manifestação dos pontos de vista sobre a política de reserva de vagas no Ensino Superior Brasileiro. A partir dos posicionamentos manifestados, dividimos os textos em quatro categorias: os favoráveis, os contrários, aqueles que apenas mencionam o tema sem se posicionar a favor ou contra às cotas e os que apresentam as duas posições concomitantemente. Esses últimos constituem o *corpus* de análise lingüístico-discursiva, realizada na segunda etapa deste capítulo.

Visto que nosso interesse é demonstrar como os jornalistas constroem os textos *on-line*, nos quais a polêmica é textualmente manifestada, enfatizamos, na segunda etapa, a composição estrutural dos textos, ou seja, são analisados aspectos de superestrutura, macroestrutura e microestrutura.

### **3.2 A projeção da notícia na mídia eletrônica no período de janeiro de 2001 a setembro de 2005: o sistema de cotas em questão**

Ao considerarmos o caráter de manipulação da informação de que se incumbem a imprensa no trato de questões sócio-político-culturais e a divulgação da notícia aos seus interlocutores, notamos a forte presença da mercantilização do produto informação. Vale ressaltar o que Marcondes Filho (1989) assevera a esse respeito:

Uma informação pura e simples não é mercadoria. Para tanto é preciso que ela seja transformada em notícia. Um acidente só vira notícia se nele estiver envolvido alguém, que o jornal pretenda destacar, conforme suas intenções, positiva ou negativamente". Assim, todo um jogo argumentativo é posto em cena e a notícia passa a ser também um produto vendável (MARCONDES FILHO, 1989, p. 25).

Partindo do pressuposto de que a notícia tem uma vida útil e levando-se em conta fatores como o contexto e as condições de produção, percebemos que a notícia se apresenta em três momentos, destacando-se, grosso modo, em um nascer, um crescer e um morrer. Assim, um assunto/conteúdo que alimenta a notícia se mostra num momento inicial onde fatos e/ou acontecimentos de impacto social e político ocorrem e ganham espaço, em seguida, esses fatos chegam ao um ápice trazendo discussões inerentes ao que está em tela e, *a posteriori*, o foco desses episódios perde força, uma vez que novos fatos e/ou acontecimentos surgem e assumem relevância na sociedade.

Dessa forma, a dinâmica da notícia, dos informes representativos da vida em sociedade tornam-se cíclicos e vão registrando o pensar, o agir e refletir do homem na história.

Em artigo denominado *As imagens da terceirização na Revista Exame*, Previati e Romualdo (2002) fazem uma análise das imagens da terceirização na referida Revista num período de uma década, de 1990 a 2000. Nele, discutem a projeção que o tema toma ao longo do período delimitado, perfazendo o percurso de divulgação na revista em análise, onde, num primeiro momento, há uma exaltação dos méritos da técnica como aliada à produtividade empresarial. No segundo momento da divulgação do tema, aborda-se a grande aceitação da técnica pelos leitores da revista e as reportagens enfatizam a eficácia da terceirização e a sua pujança nos mais diversos setores administrativos. Por fim, ocorre o declínio e o

esquecimento do tema em questão, a terceirização. Segundo os autores, pouca divulgação da temática é registrada nas reportagens, pois o assunto já não era tão relevante.

Com o tema sistema de cotas em questão não foi diferente. Em 2001, vemos o nascimento das discussões intensas em torno da cotas, principalmente no Rio e na Bahia, Estados em que as cotas foram adotadas pelas Universidades Estaduais do Rio (UERJ) e Universidade Estadual do Norte Fluminense (Unef) e Universidade Estadual da Bahia (Uneb). A partir daí, toda uma discussão foi travada pelos mais diversos setores da sociedade, fazendo com que a notícia fosse alimentada e tomasse a proporção que tomou ao longo do período delimitado para essa pesquisa.

Como vimos, a questão da política de ações afirmativas volta ao cenário de discussões político-sociais no final do século XX e início do século XXI. O momento histórico é recheado de debates e tentativas de implementação de ações que visem a reparação e a compensação de direitos às minorias desprivilegiadas. Negros, pardos, índios e minorias étnicas passam a ser motivo de discussões nos mais diversos setores da sociedade. Discutem-se direitos fundamentais do homem como saúde, educação, trabalho, dentre outros e, principalmente, com a atenção voltada às minorias já citadas. Isso fez com que ONGs, movimentos sociais e governo refletissem e tomassem medidas e atitudes de reparação em relação a esses segmentos sociais desfavorecidos.

Matérias/textos abordando a questão das cotas nas IES públicas para negros, pardos, índios e alunos do ensino médio público ocupam espaço significativo na mídia eletrônica e, principalmente, na *Folha de S. Paulo On-line*. No período delimitado para o nosso estudo, encontramos ao todo um total de duzentos

e sessenta e três textos, dos quais trinta e cinco constituem nosso *corpus* por apresentarem pontos de vista favoráveis e contrários sobre as cotas, manifestados concomitantemente em suas superfícies textuais. O montante de matérias sobre cotas assim se distribui pelos anos do período estudado: trinta e cinco textos no ano de 2001, quarenta e sete textos no ano de 2002, sessenta e quatro textos no ano de 2003, oitenta e seis textos no ano de 2004 e trinta e um textos no ano de 2005.

Do ponto de vista estatístico, temos uma trajetória que representa bem o limiar, o ápice e o declínio da notícia sobre a questão, o que representa, grosso modo, a vida e a morte da notícia num dado tempo e espaço. Com isso, fica-nos a leitura de que, de 2001 a 2002, anos de discussão e implementação das cotas nas primeiras IES, devido à falta de uma legislação que legitimasse todas as IES a implantar tal sistema, poucas o adotam. Já os anos de 2003 e 2004, considerando a pressão popular, movimentos sociais, Ongs (Organizações não governamentais), a troca de Presidente do país e seu programa de governo, as notícias chegam ao seu ápice, pois várias instituições, respaldadas em sua autonomia universitária, assumem o ônus do processo de implementação das cotas, enquanto aguardam aprovação do projeto que tramita na Câmara dos Deputados. Em 2005, o tema em notícia entra em declínio, pois há uma discussão maior que gira em torno da reforma universitária e que não descarta o tema cotas e, por ser tão complexa, a discussão necessita de mais debates e esclarecimentos jurídicos. Também neste ano de 2005, outros fatos acontecem na vida política nacional, como o caso da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Correios, o caixa dois dos partidos políticos, mensalão e o foco das discussões volta-se para essas questões.

Apresentamos a seguir o quadro/gráfico que representa essa realidade projetiva da notícia e o trato da questão sobre cotas nas IES públicas brasileiras.

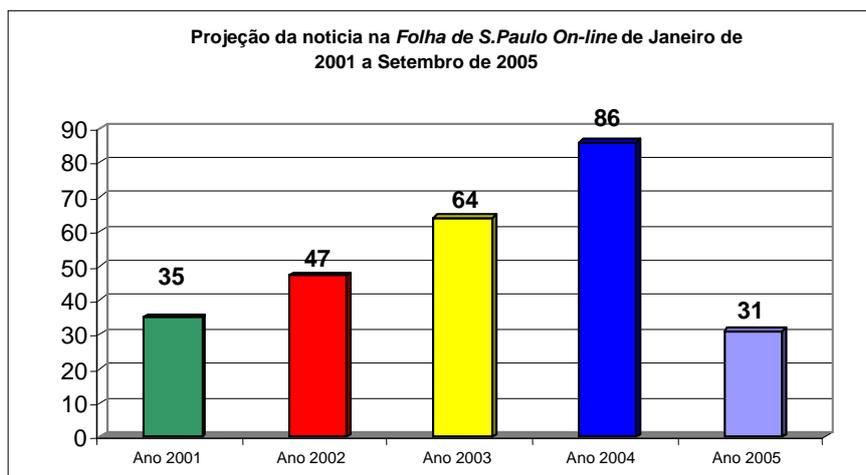


Gráfico 1: Projeção da notícia na *Folha de S. Paulo On-line* de Janeiro/2001 a setembro/2005.

Prosseguindo nossa análise em torno da projeção da notícia sobre a política de ações afirmativas, reserva de vagas nas IES públicas brasileiras para negros, pardos, índios e alunos do ensino médio público, destacamos os posicionamentos manifestados acerca do tema. Dos 263 textos veiculados na *Folha de S. Paulo On-line*, no período de janeiro de 2001 a setembro de 2005, temos trinta e sete textos (14,07%) que tratam o assunto de forma geral ou neutra, ou seja, não há posição nem favorável nem contrária à política de cotas. Esses textos apenas mencionam o assunto sem que se demarque uma posição predominante favorável ou contrária. São reportagens ou notas apenas informativas. Assim, no ano de 2001, quatro textos mencionam o tema de forma genérica, sem que pontos de vista favoráveis ou contrários às cotas sejam marcados textualmente. Destes textos, destacamos o intitulado “Jornalista que chamou negro de sub-raça é inocentado”, veiculado na *Folha de S. Paulo On-line*, seção Cotidiano, em 22 de setembro de 2001, às 03h51. Nele, Xico Sá, da *Folha de S. Paulo*, apresenta o fato em que o jornalista Cláudio Silveira Cabral Ferreira definiu índios e negros como sub-raças do país. “Feijoada é comida de músico baiano, negros e índios são sub-raças

evidentemente”, dizia o artigo publicado por Ferreira no dia 11/04/1997, no jornal “Tribuna do Ceará” de Fortaleza. O locutor destaca que o juiz Francisco Pedrosa Teixeira, da 19ª Vara Criminal, de Fortaleza, disse que o texto era de “Tremendo mau gosto”. Não viu, no entanto, preconceito no episódio.

Em 2002, oito textos fazem abordagem sobre as cotas, mas com informações gerais, e centram seu foco em debates a respeito do aumento de vagas nas IES públicas de São Paulo, reportagens que tratam de temas como a proposta do investir em cursinhos para fugir das cotas, lançamentos de livros sobre a questão racial e cotas no Brasil, discussão sobre quem é negro no Brasil e a criação do “BA” (Bolsa Analfabeto) pelo ministro Cristovam Buarque.

Quatro matérias em 2003 também trazem informações gerais sobre o sistema de cotas nas IES públicas brasileiras. Seu teor se dilui em matérias como “Folha faz debate sobre cotas hoje”, “Ong cria faculdade com maioria de alunos negros em SP”, “É preciso desnaturalizar desigualdade, diz economista”. Embora tratem do assunto cotas, não há marcas posicionais contra ou a favor da reserva de vagas nas IES públicas.

No ano de 2004, o número de matérias é muito fértil, sendo que dezesseis textos ressaltam a temática das cotas. São reportagens e notas em que se discute o PROUNI (Programa Universidade para todos), a autorização de faculdade em Tocantins, discussão sobre o papel dos universitários na sociedade por revista, abertura de vagas ensino noturno, sugestões do grupo de Marilena Chauí propondo alternativa à reforma universitária, o MEC e as particulares, isenção por vagas, valorização de empresas às minorias discriminadas, fórum mundial de educação em São Paulo, Enem e sua obrigatoriedade discutida, sugestão do governo ciclo básico nos cursos universitários, divergência entre Andifes

(Associação Nacional de Dirigentes das instituições Federais de Ensino Superior) e AGU (Advocacia Geral da União) e a divulgação da relação de aprovados por cotas na UnB.

Já de janeiro a setembro de 2005, temos quatro textos tratando do tema de forma neutra, apenas mencionando a questão das cotas. Percebe-se no montante de matérias um eixo comum de debates onde se questiona a reforma universitária que, por sua vez, implica também a questão das cotas.

Dessa forma, temos um panorama das notícias veiculadas na mídia em que não são manifestados pontos de vista a favor ou contra à política de cotas nas IES públicas. São textos com informações de cunho geral e apenas relatam os eventos em torno da polêmica. Apresentamos a seguir um gráfico representativo desses textos:

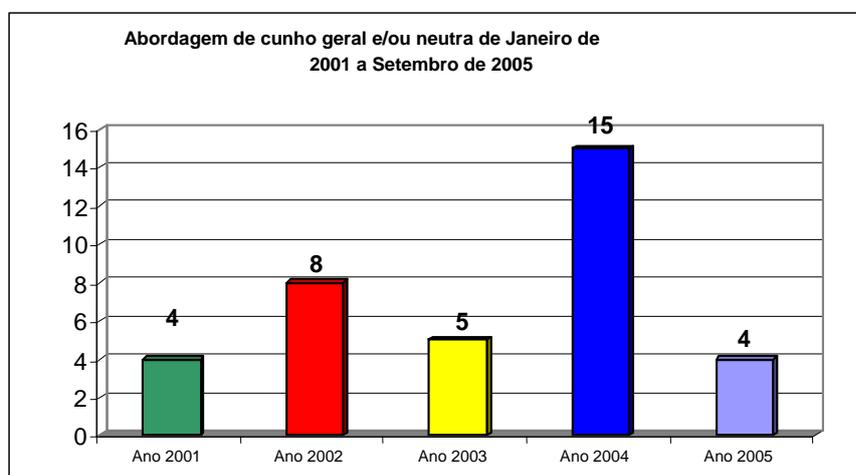


Gráfico 2 – Abordagem de cunho geral e/ou neutro de Janeiro de 2001 a Setembro de 2005.

Já o posicionamento favorável às cotas assume proporção considerável, chegando a um total de cento e cinquenta textos (57,03%). Isso representa que a maioria das posições demonstradas no *Jornal Folha de S. Paulo On-line* são

favoráveis ao sistema de cotas. Infere-se daí todo um jogo de forças influenciando a realidade sócio-política do país. Mesmo sendo uma questão polêmica, percebe-se que os pontos de vista favoráveis predominam. Registramos em 2001 um total quinze textos onde o posicionamento favorável às cotas é revelado. A preocupação com a questão da discriminação racial e a pouca presença das minorias na universidade é uma constante na maioria dos textos. É notória a defesa do sistema de cotas por Ongs, movimentos sociais, autoridades do mundo político e, neste momento, tem-se a adoção do sistema de cotas para negros, pardos e alunos do ensino médio público nas Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (UERJ e UNEF), o que também repercute na mídia.

Ampliando a manifestação favorável às cotas, temos, em 2002, a ocorrência de vinte e nove textos. Destacam-se matérias que tratam da adoção de cotas pelas Universidades Estaduais do Rio e a mobilização do movimento negro e Ongs pela implementação do sistema de cotas e sua aprovação pelo Senado.

Todo um posicionamento em favor das cotas é trazido à tona nas quarenta e quatro matérias do ano de 2003. A luta em defesa do sistema continua por grupos sociais organizados e universidades públicas federais e estaduais como Unifesp, UnB, UFMT, UEMS e Uneb que discutem e implementam o sistema de cotas em suas instituições. As Universidades UERJ e UNEF, que já haviam adotado o sistema de cotas desde 2001/2002, colhem os primeiros resultados dessa experiência. O elenco de eventos que envolvem debates e seminários sobre a política de cotas nas IES públicas se avoluma em todo o país. Mesmo com as controvérsias, os pontos de vista em defesa do sistema são consideráveis.

Já em 2004, o número de textos que registram posicionamento favorável às cotas é de quarenta e oito. Os discursos provêm de autoridades, jornalistas,

governo, representantes das IES públicas. O que se nota é que o tema está no seu auge, pois algumas universidades já podem expor resultados sobre a implantação dessa política de ação afirmativa. O conjunto de matérias veiculadas na mídia reforçam a idéia e a relevância que o tema adquire ao longo desse ano. Algumas delas ilustram bem os pontos positivos em torno da política de cotas, dentre elas: “Na UnB, aluno do ensino médio público tem desempenho melhor na universidade”, “Cresce procura por cota racial na UFPR”, “Ato pede apoio a projeto de cotas raciais”, “Governo quer cotas em todas os cursos nas IES federais”, “Assembléia de Minas aprova sistema de cotas”, “Cotas não resolve exclusão, mas é impulso para reforma, diz Genro”, “Movimento estudantil realiza atos em defesa da reserva de vagas”, “Projeto de lei sobre cotas universitárias entra em regime de urgência”, “Sistema de cotas busca diminuir desigualdades”.

Também no ano de 2005, temos quatorze textos que apresentam a defesa das cotas. O discurso do governo continua defendendo cotas, inclusive na reforma universitária, como vemos nos títulos: “Lula anuncia criação de secretaria nacional da juventude”, “MEC pretende manter cotas nas federais em reforma universitária”, “Câmara dos Deputados discute reserva de cotas na universidade”, “Lula cobra consciência social”, “Gilberto Gil defende também as cotas”, “Estudo da Unicamp aponta diferença racial na universidade”, “Presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Ennio Candotti se declara a favor das cotas por achar que o problema da desigualdade existe e precisa ser corrigido”.

O quadro a seguir demonstra a ocorrência de matérias em que posicionamentos favoráveis às cotas se manifestam.

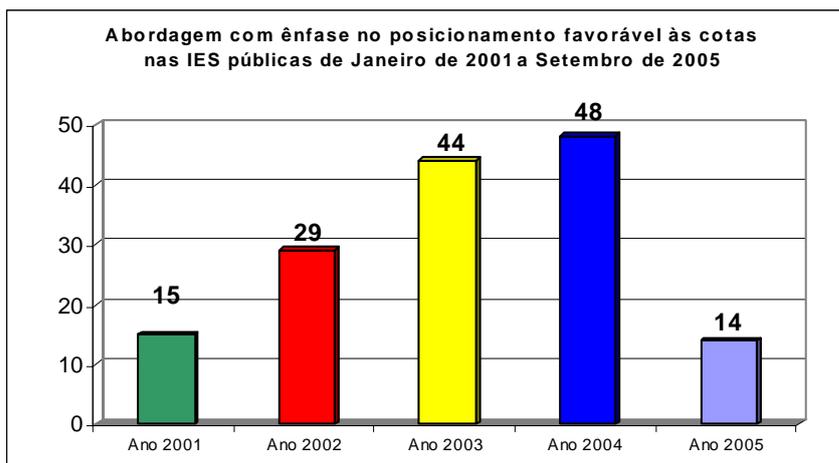


Gráfico 3 – Abordagem com ênfase no posicionamento favorável às cotas.

Por outro lado, o número de textos em que a contrariedade ao sistema de cotas é manifestada perfaz um total de quarenta e um textos (15,59%), demonstrando que não há unanimidade em relação ao assunto.

Registramos a ocorrência de seis matérias em que posições contrárias são expostas no ano de 2001. Interessante observar que um dos textos lembra que a polêmica sobre as cotas tem sido discutida desde os Estados Unidos da América, como é o caso da Universidade de Michigan. Essa temática em torno das cotas traz consigo inúmeras discussões naquela universidade, pois a questão racial no país é bem aguçada. No Brasil, a controvérsia não é diferente, pois, o próprio ministro da Educação, à época, Paulo Renato de Souza, se declara contrário às cotas e propõe outras medidas como, por exemplo, cursinho para negros. Essa idéia é somada pelo Reitor da USP que declara ser “uma solução falsa para um problema real”, conforme texto da *Folha de S. Paulo On-line* de 03/03/2001.

Nessa linha de posições contrárias às cotas, temos em 2002, a quantia de três textos em que fica clara a aversão ao sistema de cotas. O então presidencialista Ciro Gomes, em debate promovido pela *Folha de S. Paulo*, diz que não é favorável

ao sistema. Há ainda a posição de Eunice R. Durhan (USP), que lamenta que o Brasil siga o exemplo americano sobre cotas que tanta controvérsia causou e causa. Embora sejam apenas três ocorrências apontando pontos de vista contrários, em relação aos quinze favoráveis, isto é suficiente para demonstrar a natureza polêmica do tema.

No ano de 2003, um total de dez textos trazem o posicionamento contrário às cotas. *A Folha de S.Paulo On-line* traz, em 15 de janeiro de 2003, reportagem em que Bush se diz contrário à lei que fixa cotas para minorias. O caso está voltado para o episódio da Universidade de Michigan que adota o sistema e sofre ações na justiça, impetradas por candidatos brancos àquela universidade. Vale ressaltar que a política de cotas tem remanescente histórico no Estados Unidos da América e não só lá como em todas as partes onde ela foi implantada gerou e gera controvérsia. No Brasil, essa realidade se repete e uma série de manifestações contrárias às cotas são apresentadas pela mídia brasileira, especificamente na *Folha de S.Paulo On-line* como no texto “Escolas particulares preparam ação contra cotas em IES”, de Antonio Góis e Fernanda da Escóssia, em 12/02/2003. Na reportagem se debate muito a questão da constitucionalidade ou não do sistema. Vemos no conjunto de textos cujo teor é de contrariedade às cotas que o próprio ministro da Educação, Cristovam Buarque, se declara contra a política de cotas sem que antes seja mais discutida com a sociedade. Para o ministro, cotas para negros vão gerar mais preconceito.

Em 2004, a presença de quatorze textos com posições contrárias às cotas confirma a hipótese da controvérsia que o tema gera, principalmente por se tratar de direitos adquiridos. Universidades como USP, UFRJ não são simpáticas à idéia de cotas, mesmo sendo públicas. Protestos surgem nas mais diversas

entidades sobre a referida política. USP, UNESP e UNICAMP propõem outras ações de inclusão que não sejam cotas. Escolas de São Paulo discordam de pontos da “estatização” de vagas e o PROUNI é criticado. Aspectos como seleção de cotistas no que respeita a saber quem é negro no Brasil engrossam a discordância ao sistema.

A contrariedade ao sistema de cotas é mantida também em oito textos de janeiro a setembro de 2005. Universidades renomadas como USP, UNESP e UNICAMP se mostram contrárias ao sistema. USP e UNESP chegam a buscar alunos da escola pública com outras ações menos as de cotas. A tese de saber quem é negro no Brasil reforça os argumentos desfavoráveis às cotas, universidades questionam as metas do projeto de reforma universitária no que respeita às cotas e acham-no vago. Apresentamos a seguir o gráfico representativo dos pontos de vista contrários às cotas.

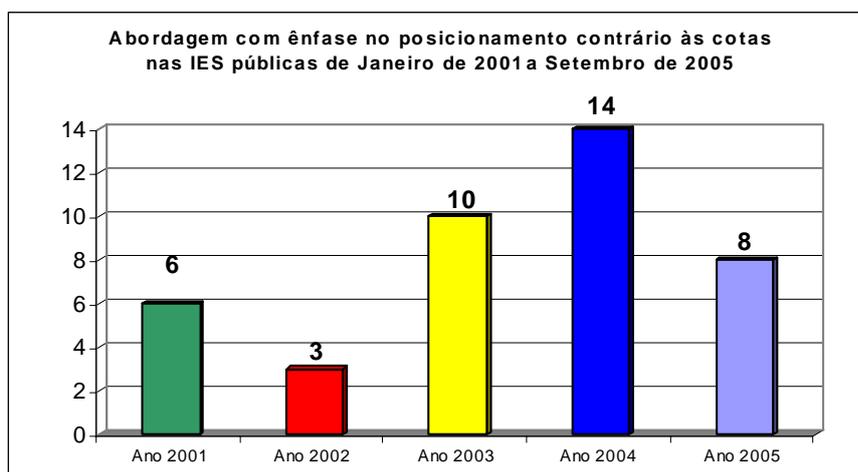


Gráfico 4 – Abordagem com ênfase no posicionamento contrário às cotas.

Merece destacar a presença evidente da polêmica manifestada em trinta e cinco textos (13,31%) no intervalo de tempo delimitado para essa pesquisa. Esses

textos refletem, na mídia, a discussão travada na sociedade. Em 2001, com a adoção das cotas pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro, torna-se pública a polêmica, uma vez que o governador Anthony Garotinho envia à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) projeto para ser votado. O projeto recebe crítica, mas é aprovado. A reitora da Uerj, à época, Nilcéia Freire, respeita a decisão, apesar de ter sido contra o projeto. Dentro do próprio MEC não há consenso sobre a questão. O governo e a delegação do Brasil que vão a Durban divergem sobre relatório. Uma série de textos perfazendo um total de dez matérias trazem consigo pontos favoráveis e contrários, o que marca textualmente a polêmica. Destacamos sete textos veiculados ao longo de 2002 em que suas materialidades lingüístico-discursivas apresentam posições distintas sobre as cotas. Essas posições representam vozes dos mais diversos locutores, sendo estes nominados como sujeitos individualizados ou ainda sujeitos coletivos, ou seja, a voz de uma entidade organizacional, seja da sociedade ou do governo. Todos os textos são do tipo reportagem jornalística, o que nos permite perceber bem a tentativa de objetividade a que se propõe o jornalismo uma vez que nessa tipologia textual há que se buscar ouvir os posicionamentos dos vários envolvidos em uma dada questão. A temática geradora de debates centra-se em matérias nas quais são questionados assuntos como a constitucionalidade ou não das cotas, a questão do mérito do concurso vestibular, a questão da autonomia das universidades, pontos de vista dos então presidentes, Ciro Gomes, José Serra, Lula, Garotinho sobre as cotas.

Já em 2003, continua a discussão e, por conseguinte, a polêmica em torno das cotas. Há cinco ocorrências textuais onde a dicotomia posicional é trazida ao interlocutor. Em 19/01/03, temos uma matéria que aborda a discordância de Collin Powell, Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, e Bush sobre

cotas. Powell acredita com convicção na ação afirmativa e Bush apóia a diversidade na universidade, mas não cotas, como é o caso da Universidade de Michigan.

A controvérsia em torno das cotas ganha dimensão nas discussões na academia, no governo e na sociedade no ano de 2004. Isso é mencionado em oito textos. Longe de ser consenso, o tema suscita debates e a manifestação dos pontos de vista a favor e contra a política das cotas é exposta pela mídia. Texto representativo desse momento é o intitulado “Ministro da Educação voltou a defender cotas e afirma que lei será para todos”, veiculado em 19/08/04, na *Folha On-line*, Educação. Tarso Genro, frente à decisão contrária da Faculdade de Medicina da UFRJ, diz que respeita a posição da faculdade mas que todas as IES públicas terão que adotar o sistema de cotas caso seja aprovado o projeto na Câmara dos Deputados. Por outro lado, tem-se a posição do reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, que se diz contra às cotas.

O ano de 2005, de janeiro a setembro, registra cinco textos com pontos de vista favoráveis e contrários sobre cotas. Novamente tem-se um grande impasse sobre a questão e isso fica bem nítido em matéria veiculada na *Folha de S.Paulo On-line* em 18/03/05- 10h25, na qual o locutor informa que o presidente da Câmara garantiu apoio à aprovação do projeto de lei e prometeu que o texto seria votado na terça-feira (22), mas com restrições às cotas para negros e índios. Menciona o locutor que, segundo Severino Cavalcanti, as cotas respaldam uma discriminação que ele diz não tolerar de forma alguma. Por outro lado, o ministro Tarso Genro argumenta que mesmo que as cotas fossem retiradas do projeto que seria votado no dia 22, o Executivo continua e a luta para que as cotas fossem garantidas na reforma universitária. Apresentamos a seguir quadro/gráfico representativo dos posicionamentos manifestados sobre a questão das cotas.

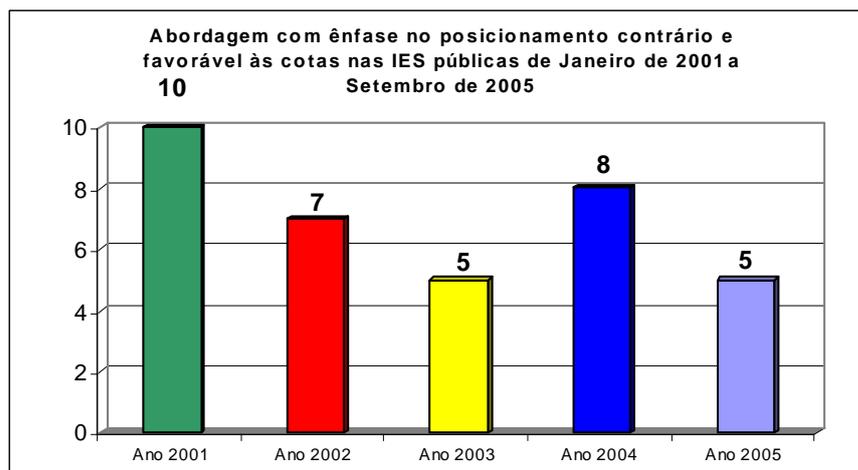


Gráfico 5 – Abordagem com ênfase nos posicionamentos favoráveis e contrários concomitantemente nos textos.

Nos anos de 2003 e 2004, a questão das cotas ganha mais espaço na vida política do país, uma vez que muitas ocorrências de recursos contra o sistema e universidades vêm à tona e, também, já se têm os primeiros resultados sobre a experiência de algumas IES que utilizando de sua autonomia apostaram na proposta e mantêm-nas. O número de IES que adotaram o sistema de cotas já ultrapassa uma dezena e, então, a discussão chega ao seu ápice. O número de textos registrados em 2003 é de cinco e em 2004 é de oito. Já em 2005, temos cinco textos, no período de janeiro a setembro.

Como vemos, os anos em que os textos com ambas posições se sobressaem são 2001 e 2004. É possível inferir daí que a maior concentração de debates ocorreu justamente no início do ciclo da projeção do tema na mídia que é datado de 2001. O mesmo ocorre em 2004, ano em que a experiência de adoção de cotas nas IES públicas já atingia mais de uma dezena de instituições estaduais e federais. A predominância de textos com posições favoráveis e contrárias, no ano de 2001, pode ser vista como natural, já que, por ser o início das discussões em torno da implementação do sistema de cotas nas IES públicas brasileiras, a imprensa

procurou ouvir os dois lados da questão. Como a reportagem é a essência do jornal, pela amplitude investigativa que ela encerra, cabe ao repórter/locutor a função de averiguar bem as fontes para melhor informar o leitor. Nessa perspectiva, o *Manual de Redação e Estilo* de Eduardo Martins (1997, p.254) sugere ao repórter que “colha todas as versões que puder para o mesmo fato, confronte-as e, a partir daí, selecione as mais verossímeis”. Todo esse alerta é para que o locutor seja o mais imparcial possível frente aos fatos, fonte de sua notícia.

Em 2005, no período de janeiro a setembro, temos o registro de cinco textos nos quais a controvérsia das cotas nas IES públicas é abordada. Fica-nos, pois, a marca de que o tema foi e é polêmico e sua projeção pode ser medida/mensurada num ciclo de vida que a notícia se constrói, alimentada pelas discussões pertinentes ao tema.

Em termos gerais, na gama de textos que abordam a questão das cotas nas IES públicas, precisamente, duzentos e sessenta e três matérias disponibilizadas na *Folha de S. Paulo On-line*, registramos que cento e cinqüenta apresentam pontos de vista favoráveis, trinta e sete aspectos gerais e/ou neutros, quarenta e um apresentam posição contrária e trinta e cinco apresentam posicionamentos favoráveis e contrários.

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo dos posicionamentos sobre as cotas nas IES públicas brasileiras.

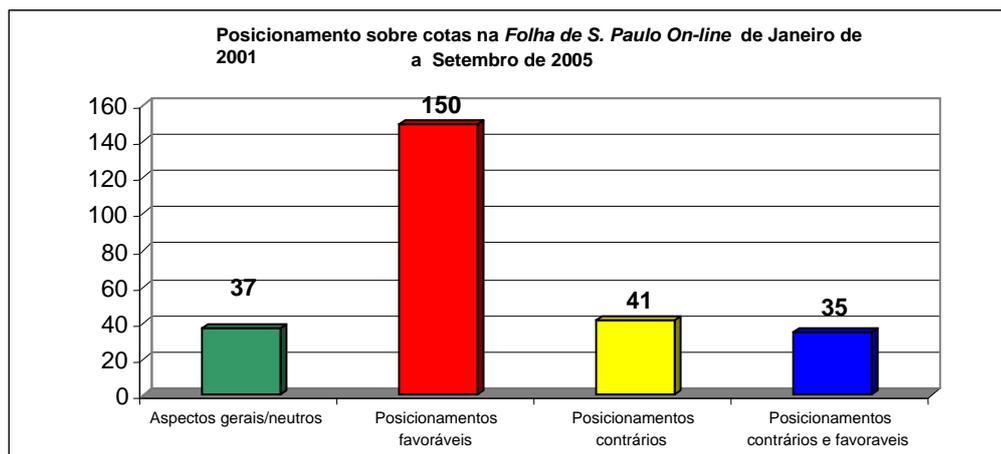


Gráfico 6 – Posicionamento sobre cotas na *Folha de S. Paulo On-line* de Janeiro de 2001 a Setembro de 2005.

**Cor Verde** refere-se aos textos que abordam o tema de forma geral, ou seja, apenas mencionam o fato sem registrar posição favorável ou contra às cotas.

**Cor Vermelha:** refere-se às ocorrências textuais em que pontos de vistas favoráveis às cotas se manifestam.

**Cor Amarela:** refere-se às ocorrências textuais em que pontos de vistas contrários às cotas se manifestam.

**Cor Azul:** refere-se às ocorrências textuais em que pontos de vistas favoráveis e contrários às cotas se manifestam, onde a polêmica se instala com pertinência.

Entendemos que esses números representam bem o momento sócio-político do país que, em consonância com outros países, se esforça para implementar políticas de ação afirmativa com o propósito de reparação às minorias discriminadas da nação.

Pelo quadro demonstrativo das abordagens e seus respectivos posicionamentos, temos o posicionamento favorável se sobressaindo em relação aos demais, o que nos permite inferir que, esta posição em torno do tema prevalece dadas as circunstâncias histórico-políticas que o Brasil passou com as pressões populares dos movimentos sociais, Ongs e grupos políticos.

Como vimos em Fiorin (1997, p. 30), “os indivíduos, em seus textos, defendem uma ou outra posição gerada no interior da sociedade em que vivem. O discurso é sempre a arena em que lutam esses pontos de vista em oposição”. Em

nosso *corpus*, pela própria natureza do debate sobre política de cotas, os posicionamentos contrários não poderiam deixar de existir, uma vez que se trata de direitos adquiridos e universais do cidadão. Por outro lado, pela dimensão da polêmica que o tema encerra, há muitas matérias em que apenas menção é feita, mas sem emitir juízo a favor nem contra, que em nossa análise denominamos de aspectos gerais e/ou neutros. Justificando a polemicidade derivada da questão temos os que se posicionam favoráveis e contrários às cotas. Isso traduz a não unanimidade acerca da aprovação de política de tal natureza.

### **3.3 Análise lingüístico-discursiva do *corpus***

A segunda parte deste capítulo objetiva a análise dos trinta e cinco textos constituintes do *corpus*, levando em conta a construção lingüístico-discursiva no trato da questão das cotas nas IES públicas pela mídia eletrônica cujo portador é a *Folha de S. Paulo On-line*. Para este trabalho, centramos o estudo na composição textual, priorizando os aspectos de super, macro e microestrutura, considerando a perspectiva sócio-interacionista.

Por uma questão metodológica, fazemos uma análise geral dos fenômenos lingüístico-discursivos e demonstramos, em seguida, uma análise mais estrita em dois textos exemplares de nosso *corpus*. Em atenção aos objetivos de nossa pesquisa, verificamos, no aspecto superestrutura, a tipologia em que esses textos informativos se enquadram. Nossa análise indica haver trinta e uma reportagens e quatro notas. Quanto ao aspecto macroestrutural, nossa análise focaliza a relevância à coerência global, observando-se as relações sintático-semânticas envolvendo o título, o *lead* e a distribuição dos parágrafos no todo

textual. Relações como título x *lead*, título x texto e *lead* x texto fazem parte da análise, justamente para termos a percepção do desenvolvimento do texto.

Outro aspecto de igual valor analítico-estrutural se verifica na composição dos enunciados, ou seja, na manifestação morfossintática e semântica na superfície textual. Aqui são levados em conta aspectos microestruturais como: composição interna dos parágrafos, operadores argumentativos e o discurso relatado com suas manifestações lingüístico-discursivas.

### 3.3.1 Aspectos superestruturais

Consideramos o quesito superestrutura em nosso *corpus* para tipificarmos os textos, pela estrutura global em que se enquadram. Encontramos trinta e uma reportagens e quatro notas. Vale lembrar que se trata de estrutura formal globalizada e não pormenorizada. As notas, segundo Rabaça & Barbosa (1987), são pequenas notícias destinadas à informação rápida, caracterizando-se por extrema brevidade e concisão. A notícia, por sua vez, de um modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e conseqüências. Já a reportagem, considerada a própria essência de um jornal, difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade, mas ambas têm em comum: título, *lead* e corpo textual. O texto número dez, publicado em 2001 (T.10/01)<sup>1</sup>, o T.01/02, o T.02/02 e o T.05/05 são classificados como notas e os demais constituintes do *corpus* são reportagens.

A título de exemplificação de nota, apresentamos o T.01/02

**T.01/02 “Cota para minorias não resolve desigualdade, diz especialista”**  
**24/01/2002 - 09h07 da Folha de S.Paulo**

Especialistas em desigualdade social são unânimes em afirmar que certas "fórmulas milagrosas" -como a definição de cotas de participação das

---

<sup>1</sup> Consideramos **T** como texto, **10** como número de ordem temática e **01** como ano de veiculação na mídia *on-line*.

minorias em universidades e empresas- são só ações paliativas para reduzir o abismo econômico entre as raças.

Isso não resolve o problema, principalmente se a ação não for seguida de políticas sociais que ampliem o acesso de negros ao mercado de trabalho, dizem eles.

Alguns países, como EUA e Malásia, determinaram cotas de participação de até 100% em faculdades públicas. Com isso, as escolas seriam obrigadas a reservar um certo número de vagas para serem preenchidas apenas por negros. O mesmo ocorreu em companhias de grande porte. Algumas determinaram que, em futuras contratações, uma parcela de vagas deveria ser destinada para negros.

"A questão é saber se essa ação é algo eficaz ou não", diz Sergei Soares, pesquisador do Ipea. "Isso pode funcionar se a ação for seguida de políticas públicas de apoio às minorias", diz.

"Somos a favor dessas cotas. É uma atitude drástica, mas elas funcionaram em todos os países em que foram utilizadas", afirma Oded Grajew, diretor do Instituto Ethos.

O texto acima mostra de forma rápida os informes principais de uma notícia. Configura-se como uma nota. Apresenta um esquema reconhecível: título, *lead*, corpo textual. A expansão do título está marcadamente desenvolvida nos parágrafos um e dois. Mesmo sendo uma nota, percebemos o *lead* diluído ao longo do texto. Pelo visto, esse tipo de texto assume caráter de precisão e concisão no repasse dos informes sem recorrer a muitos detalhes. Isso é uma das marcas constitutivas da nota que, dessa forma, difere da reportagem.

Superestruturalmente, o T.03/02, a seguir, representa a modalidade textual reportagem, que tem como característica básica a ampliação das informações e o aprofundamento do assunto a ser veiculado.

**T.03/02 “Cota para negros em universidades gera polêmica na Bienal do Livro” 01/05/2002 - 21h30 CARLA NASCIMENTO da Folha Online**

A discussão sobre a política de cotas nas universidades para negros, realizado hoje na arena de debates montada no estande das editoras universitárias, transpôs para a Bienal do Livro um tema que tem gerado

muita polêmica: esta política acirra o preconceito contra os negros ou ajuda a reparar uma dívida da sociedade brasileira com relação a esta população?

Assim como em diversos fóruns de discussão que têm se formado para discutir a questão - desde que instituições como as universidades estaduais do Rio de Janeiro, alguns órgãos do Governo Federal e prefeituras adotaram o sistema -, as opiniões estiveram divididas entre os palestrantes e o público que participou do debate.

Para a professora Yvonne Maggie, diretora da editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora do livro "Raça como Retórica", a principal preocupação em se adotar o sistema de cotas está no fato de se "ênfatar a desigualdade no lugar da igualdade". Para Maggie, deve-se pensar duas vezes antes de aprovar este tipo de política.

"Esta é a primeira vez na história que o Brasil estabelece uma política onde se coloca claramente uma divisão entre negros, brancos e pardos. Não sabemos onde o efeito das cotas nos levará", disse a professora que chegou a citar a construção do nazismo em sua explanação.

Maggie também falou de sua preocupação com a "marca que o sistema de cotas oferecerá aos estudantes negros" e disse que o Brasil não deve tomar como exemplo os sistemas adotados nos EUA e na África do Sul.

A professora apontou como ideal que o número de vagas fosse ampliado, contemplando a negros e não negros, e que o país adotasse políticas públicas que não fossem racialmente neutras, ou seja, que também levassem em conta o problema racial.

Na outra ponta da discussão se posicionou o professor Marco Frenetti. Para ele, o sistema de cotas não é a solução ideal, mas é a única forma de atacar o problema no Brasil.

Frenetti alertou para o fato de o sistema não ter resolvido o problema nos EUA, mas disse que, em decorrência, foi formada uma classe média que traz benefícios para a população negra de uma forma geral.

O professor disse não acreditar que uma solução espontânea, sem a imposição de leis, seja possível e que a população negra no Brasil já vem esperando por muito tempo por políticas públicas que a levem em consideração.

Entre os benefícios apontados pelos palestrantes para adoção do sistema, Maggie disse que a "vantagem foi trazer o tema para discussão". Para Frenetti é a "visibilidade" que o negro passará a ter na sociedade.

Assim como a nota mostrada anteriormente, esse texto apresenta a estrutura esquemática título, *lead* e corpo textual, própria também da reportagem.

Como é sabido, na reportagem ocorre a expansão das informações com o incremento de detalhes pertinentes a essa modalidade de texto informativo.

Notamos que a maioria das perguntas básicas que orientam a leitura do T03/02 resumizam as informações no *lead* centrado no primeiro parágrafo e, a partir daí, o desenvolvimento do texto é realizado pela expansão dessas informações.

Visto que nossa intenção aqui é apenas demonstrar a classificação dos textos quanto à superestrutura, não realizamos análises pormenorizadas dos textos apresentados. Tais análises encontram nos itens subseqüentes.

No item a seguir abordamos os aspectos macroestruturais que dizem respeito ao todo textual, ou seja, a coerência. Para tanto, nos detemos nos aspectos constitutivos da macroestrutura como título, *lead* e distribuição dos parágrafos.

### 3.3.2 – Aspectos macroestruturais

Como nosso *corpus* é de tema polêmico, a polemicidade já é estabelecida nos próprios títulos e, em seguida, é expandida por meio do *lead* no corpo textual. A análise dos títulos nos permite verificar que a polêmica se instala por meio de sintagmas verbais, sintagmas nominais e por expressões geradas no seio do predicado. Apresentamos, a seguir, de forma taxionômica, essas ocorrências no *corpus*:

1) Possibilidade de leitura semântica por meio de sintagma verbal

T.01/01 “Uerj **pode reservar** vagas para carentes”– 14/01/2001 - 04h02

T.06/01 “Governo e delegação do Brasil **divergem** sobre relatório”– 31/08/2001- 05h24

T.10/01 “Projeto de lei sobre cotas **tramita** no Congresso” 23/05/2001- 14h46

T.07/02 “EUA vão **reexaminar** processo de admissão em universidades” – 03/12/2002 -05h03

T.01/03 “Powell e Bush **discordam** sobre cotas raciais em universidades” – 19/01/2003 – 18h16

T.01/04 “Ministro da Educação **volta a defender** cotas e afirmar que lei será para todos” – 19/08/2004 – 07h24

T.04/05 “Faculdades **devem ajudar** aluno cotista, diz Tarso Genro” – 26/04/2005 – 09h28

Todas as formas verbais acima desempenham grande força semântica na constituição dos enunciados que regem. No trato do tema em questão, assumem função expressiva na construção da polêmica, já manifestada nos títulos. Destacamos, para comentários, o sintagma verbal delocutivo “pode reservar” do T.01/01, que torna o título probalístico/condicional o que sugere um enredo em que a controvérsia é suscetível, podendo se instalar e, assim, fica a premissa de que a polêmica verterá no todo textual.

Outros sintagmas verbais destacáveis são “divergem” no T.06/01 e “discordam” no T.01/03, pois ambos imprimem valores que se opõem, ou seja, posições distintas sobre determinado tema ou situação. No T.06/01 “divergem” se flexiona na terceira pessoa do plural e é correlato ao sujeito frasal “Governo e delegação do Brasil”. O seu uso na construção frástica faz com que o título fique bem sugestivo e evoque uma idéia de polemicidade. A própria construção sintática do enunciado implica oposição, marcando, lingüístico-discursivamente, um jogo de forças onde se tem de um lado, o Governo e, de outro, a delegação do Brasil. Já “discordam”, no T.01/03, suscita o não consenso, no que respeita as cotas raciais em IES norte-americanas dos dois sujeitos nominados no título: Powell e Bush. Fica nítido o jogo de forças em torno da questão e isso procura levar o leitor a ler o texto em sua totalidade.

Os sintagmas verbais “tramita” e “reexamina” reforçam a idéia de análise de uma proposta e a possibilidade de uma nova versão de algo que possa atender as partes sem infringir direitos adquiridos. De igual modo, o sintagma verbal “volta a defender” no T.01/04 implica a defesa de algo, o que supõe um ataque. Esses sintagmas verbais demonstram que o jogo opinativo e a controvérsia são trazidos ao leitor na mídia *on-line* já nos títulos.

## 2) Possibilidade de leitura semântica por meio de sintagma nominal

T.04/01 “Proposta de cursos para negros causa **divergência** no MEC” – 28/08/2001 – 13h04

T.08/01 “Proposta do Brasil sobre **racismo** não devem sair do papel” – 29/08/2001 – 10h55

T.09/01 “Determinar quem é negro vira **polêmica** na lei sobre cotas no Rio” – 14/11/2001 – 14h31

T.02/02 “Projeto de **cotas** para negros segue agora para a Câmara” – 18/04/2002 – 12h15

T.03/02 “Cotas para negros em universidades gera **polêmica** na Bienal do Livro” – 01/05/2002 – 21h30

T.06/02 “Cota para negros em universidades volta **polêmica** e indefinida” – 03/11/2002 – 04h57

T.03/03 “Verbete: Ação afirmativa, reação **polêmica**”- 27/05/2003 – 03h24

T.05/04 “Porcentagem para **cotas obrigatórias** deverá ser variável” – 06/04/2004 – 12h57

T.08/04 “Deputados querem **cotas** na USP, Unicamp e Unesp” – 11/08/2004 – 19h46

T.02/05 – “**Protesto** marca abertura da USP Leste” – 28/02/2005 – 10h07

A ocorrência de sintagmas nominais que indicam oposição também está bem presente nos títulos das matérias. Ressaltamos a repetição do sintagma nominal “polêmica” em quatro títulos. Isso vem reforçar a idéia de que o tema é

controverso e não há unanimidade sobre o assunto. Outros sintagmas que produzem efeitos de sentido semelhante são “divergência” e “protesto”. Estes trazem por si só carga semântica de contraste e implicam pontos de vista distintos sobre uma dada questão.

Os sintagmas nominais “cotas” e “cotas obrigatórias” enfatizam a idéia de que cotizar é dividir ou reservar, o que nos permite inferir que nesse processo alguns levam algum tipo de “vantagem” em detrimento de outros, principalmente, quando se trata de direitos universais do cidadão. Outro sintagma que, já suscita a polêmica é “racismo”. Devido a sua própria natureza semântica o vocábulo traduz uma divisão de raças na qual uma delas é preterida em relação a outra.

3) Possibilidade de leitura semântica por meio de expressões predicativas e/ou geradas no seio do predicado frástico

T.02/01 “Para MEC adoção de cotas **é inconstitucional**” – 14/01/2001 – 09h28

T.03/01 “Raul Jungmann diz que Brasil **discrimina negros**” – 01/11/2001 – 04h40

T.05/01 “RJ e RS **adotam cotas** nas universidades para carentes” – 29/08/2001 – 20h21

T.07/01 “Ministério da Educação **rejeita cotas** para negros” -23/08/2001 – 13h04

T.01/02 “**Cota para minorias não resolve desigualdade**, diz especialista” – 24/01/2002 – 09h07

T.04/02 “Na educação, presidenciais têm **proposta contrária à política de FHC**” – 31/08/2002 – 09h40

T.05/02 “Governo **financiará bolsas de estudo para índios, negros e pobres**” – 28/08/2002 – 03h55

T.02/03 “Justiça **concede nova liminar contra reserva de vagas na Uerj**” – 21/02/2003 – 00h22

T.04/03 “**Veja as propostas do governo e o que pensam os especialistas**” – 10/07/2003 – 13h01

T.05/03 “Reitor **quer política de inclusão sem cotas**” - 06/12/2003 – 03h42

T.03/04 “Veto a cotas em universidade do Paraná **é suspenso**” – 14/12/2004 – 10h30

T.04/04 “Tarso **quer cotas também em IES particulares**” – 03/04/2004 – 14h11

T.06/04 “MEC diz que aceita mudança em projeto de **reserva de vagas**” – 19/05/2004 – 10h57

T.07/04 “Projeto de cota **não garante acesso democrático**” – 29/05/2004 – 07h34

T.01/05 “Estudantes **pedem reservas de vagas nas IES federais**” – 18/03/2005 – 10h25

T.03/05 “Juiz **questiona política de cotas em universidades do Paraná**” – 15/02/2005 – 10h20

T.05/05 “Projeto de cotas nas federais **aguarda regime de urgência na Câmara**” – 01/04/2005 – 11h34

Nos títulos acima, percebemos a presença da polêmica manifestada já na estrutura frasal. Considerando essa premissa, destacamos as estruturas do predicado que sugerem posições divergentes sobre a questão das cotas nas IES públicas brasileiras. Dentre as arroladas, escolhemos duas para comentar: “é inconstitucional” do T.02/01 e “não resolve desigualdade” do T.01/02.

O predicativo “inconstitucional”, pelo uso do prefixo **in-**, que denota negação, traz a discussão para o âmbito jurídico em torno da legalidade ou não das cotas, uma vez que isto implica em direitos adquiridos dos cidadãos. O fato de o próprio MEC não aprovar a adoção de cotas, contestando a constitucionalidade da mesma, abre precedente para que outros questionamentos de natureza legal sejam

instaurados. Assim, a expressão exerce função semântica de embricamento polêmico no enunciado.

A expressão “não resolve desigualdade” também exprime posicionamentos divergentes em relação ao que está posto pela política de ação afirmativa. Considerando que, segundo Ducrot (1997), na negação polêmica, um enunciado negativo pressupõe uma declaração afirmativa, a negação presente no título pressupõe vozes que alegam que o sistema de cotas resolveria o problema da desigualdade. A polêmica manifesta-se pela posição do especialista que nega essas vozes pressupostas.

Como se vê, o título, elemento macroestrutural, de alguma forma já antecipa o teor polêmico do texto, atraindo a atenção do leitor. As próprias constituições frásticas do título implicam oposição e sugerem um jogo de força entre duas posições discursivas. Portanto, ao escolher os elementos estruturais do título, o jornalista procura imprimir certo grau de neutralidade frente ao que vai ser posto.

Outro elemento que assume, estrategicamente, função de despertar no leitor curiosidade e o chamamento à leitura da notícia e/ou reportagem é o *lead*. Mostramos no capítulo II que o *lead* é a técnica de relatar o que há de principal nos acontecimentos logo na abertura, respondendo a questões principais em torno de um fato ou acontecimento. Esse conjunto de perguntas desempenha função conativa e, também, pretende conduzir o trabalho jornalístico. A esse respeito, Bahia (1990, p. 52) assevera que “o repórter constrói a história segundo um esquema de seleção por ordem de importância”.

Informa também o *Manual de Redação da Folha de S. Paulo* (2001, p.28) que “o lide tem por objetivo introduzir o leitor na reportagem e despertar seu interesse pelo texto já nas linhas iniciais”. Essa característica é comum em textos

impressos, o que não acontece frequentemente em textos veiculados *on-line*. Em nosso *corpus*, dos trinta e cinco textos, apenas três apresentam o *lead* centrado no primeiro parágrafo. O T.04/01 é um bom exemplo dessa forma de *lead*, pois as perguntas básicas que devem compô-lo se respondem no primeiro parágrafo:

- **o que?**: *A proposta de criação de cursos pré-vestibulares para negros em 2002,*
- **quando?**: *anunciada no domingo,*
- **quem?**: *ministro Paulo Renato de Souza (Educação),*
- **como?**: *foi criticada por entidades do movimento negro,*
- **por quê?**: *não é unânime dentro do ministério,*
- **onde?** : *dentro do ministério.*

Outros textos que têm o *lead* também centrado no primeiro parágrafo são os T.02/02 e T.01/04.

Os outros trinta e dois textos apresentam *leads* diluídos ao longo do texto. Essa característica é um dado relevante que percebemos na construção do texto jornalístico *on-line*. Como a construção textual leva em conta o interlocutor, na perspectiva interacionista, o produtor do texto usa de recursos lingüístico-discursivos para atender o seu leitor e, assim, considerando que para o leitor dessa modalidade de texto é primordial a questão do tempo, o produtor apresenta – via de regra – nos primeiros parágrafos as perguntas *o quê?* (o fato) e *o quem?* (envolvidos no fato), ficando as outras perguntas espaçadas no texto. O T.07/01 é uma boa amostra dessa estrutura textual, pois traz no primeiro parágrafo o **quem?**: *o representante do Ministério da Educação no comitê preparatório brasileiro para a Conferência da ONU contra o Racismo, Carlos Alberto Xavier,* e o **o quê?**: *disse que será muito difícil implementar cotas fixas para negros nas universidades públicas.* O elemento **como**

é respondido nos parágrafos 3 e 4. Já o **por que?** é possível depreendê-lo no parágrafo 4 : *Para Xavier, o desafio é encontrar critérios capazes de garantir o acesso à universidade de forma justa e equânime, melhorando ainda mais o ensino.*

O terceiro elemento macroestrutural em que nos detemos é a distribuição dos parágrafos e/ou episódios no texto jornalístico. A lógica seqüencial do texto por meio da organização dos parágrafos também faz parte de nosso propósito de análise justamente porque nosso tema de cunho polêmico é flexível ao jogo articulatório que o locutor pode utilizar na composição final do texto.

Destacamos o T.05/05 em que a distribuição dos parágrafos ajuda a constituir a trama narrativa.

### **T.05/05 “Projeto de cotas nas federais aguarda regime de urgência na Câmara”**

**01/04/2005 - 11h34 Publicidade da Folha Online**

O projeto que prevê cotas para estudantes das universidades federais oriundos das escolas públicas espera votação na Câmara dos Deputados para entrar em regime de urgência. O requerimento que pede prioridade na votação do Projeto de Lei nº 2.637, que reserva 50% dessas vagas nas universidades federais, está na mesa da presidência da Câmara há mais de 15 dias.

No último dia 17, uma comissão da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) pediu ao presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP/PE) rapidez na votação da matéria. O presidente da Câmara garantiu apoio à aprovação do projeto.

Segundo a assessoria parlamentar do Ministério da Educação, o projeto ainda aguarda a votação do requerimento da presidência da Casa. Durante o encontro com a comissão da Ubes, Severino disse que é contrário à reserva de cotas para alunos afrodescendentes.

### **Luta**

O ministro Tarso Genro disse que caso as vagas destinadas aos afrodescendentes e indígenas sejam retiradas do projeto, o Executivo continuará a luta para que as cotas sejam garantidas na reforma universitária.

Esse texto, embora sendo uma nota (pequena notícia), possibilita-nos a visualização do jogo de forças em torno das cotas. Os parágrafos constituem unidades semânticas, que podem ser definidas como seqüências de proposições de um texto capazes de ser subsumidas por uma macroproposição.

No primeiro parágrafo, temos o **fato** que corresponde ao (o quê?): *O projeto que prevê cotas para estudantes das universidades federais oriundos das escolas públicas espera votação na Câmara dos Deputados para entrar em regime de urgência.* Também encontramos o **por quê**: *O requerimento que pede prioridade na votação do Projeto de Lei nº 2.637, que reserva 50% dessas vagas nas universidades federais, está na mesa da presidência da Câmara há mais de 15 dias.* Essas estruturas constituem-se em elementos básicos do *lead* que situam o leitor. Já no segundo parágrafo podemos perceber outros elementos do *lead*, a saber:

- **como?** : *o presidente da Câmara garantiu apoio à aprovação do projeto;*
- **quando?** : *no último dia 17;*
- **quem?**: *(uma comissão da Ubes), além disso, apresenta o ponto de vista em defesa das cotas Ubes pediu ao presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP/PE) rapidez na votação da matéria.*

No terceiro parágrafo, consta o ponto de vista contrário às cotas. *Durante o encontro com a comissão da Ubes, Severino disse que é contrário à reserva de cotas para alunos afrodescendentes.* No quarto parágrafo, tem-se outro ponto de vista em defesa das cotas: *O ministro Tarso Genro disse que caso as vagas destinadas aos afrodescendentes e indígenas sejam retiradas do projeto, o Executivo continuará a luta para que as cotas sejam garantidas na reforma universitária.*

O texto apresenta uma estrutura distributiva dos parágrafos de forma que o jogo opinativo prende a atenção do leitor. É possível inferir que o locutor constrói o texto pensando no seu interlocutor o que justifica o uso estratégico de expor o assunto de forma rápida, concisa mas nem por isso, deixa de mostrar a polêmica que o tema suscita na sociedade. A idéia de antagonismo de posições é produzida pelo arranjo mesmo dos parágrafos.

Como exemplo de reportagem em que a distribuição dos parágrafos contribui na construção da arena de conflito em torno das cotas, temos T.03/02 - “Cota para negros em universidades gera polêmica na Bienal do Livro” – veiculada em 01/05/2002-21h30. Os parágrafos 1 e 2 situam o leitor com o *lead* orientando a leitura. No segundo parágrafo a expressão *as opiniões estiveram divididas entre os palestrantes e o público que participou do debate* desempenha função conativa para a leitura dos pontos de vista distintos sobre as cotas. O locutor apresenta o ponto de vista contrário às cotas do terceiro ao sexto parágrafo e, em seguida, do sétimo ao nono, o ponto de vista favorável.

A distribuição paragrafaçal construída pelo locutor cria um torneio opinativo onde, de um lado, a professora Yvonne Maggie, diretora da editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, defende tese contrária ao sistema de cotas e, de outro, o professor Marco Frenetti, para quem o sistema de cotas não é a solução ideal, mas é a única forma de atacar o problema no Brasil. Assim, ao mostrar os dois posicionamentos, o jornalista tenta garantir sua imparcialidade e objetividade diante da questão.

Após apresentar as divergências sobre o tema, o jornalista imprime, no décimo parágrafo, um equilíbrio no texto com a apresentação conclusiva. A polêmica gerou um ponto comum entre os palestrantes, sem que cada um mudasse de

opinião, ou seja, o fato de a questão racial e adoção de cotas ter se tornado pauta das discussões da vida sócio-política do país. *Maggie disse que a ‘vantagem foi trazer o tema para discussão.* Para Frenetti é a “visibilidade” que o negro passará a ter na sociedade.

Estrategicamente, o jornalista conclui o texto apresentando pontos comuns dos palestrantes sobre a questão das cotas. Pelo que se vê, este recurso é mais uma alternativa de apresentar a polêmica na mídia *on-line* sem que tome partido em favor de um ou de outro. Fica explícita a tentativa de isenção do jornalista em relação à questão discutida.

Vale lembrar que todos os trinta e cinco textos em sua organização paragrafaçal apresentam parágrafos em que pontos de vista favoráveis e contrários às cotas se presentificam. Como a gama de textos constituintes desse *corpus* é de várias autorias (colunistas, articulistas, repórteres), não há uma forma padrão de composição dos parágrafos.

A distribuição paragrafaçal predominante na composição dos textos apresenta nos dois primeiros parágrafos uma preocupação em situar o leitor, o que é próprio do texto jornalístico tanto impresso como *on-line*. No entanto, após isto, a distribuição dos parágrafos, quanto aos posicionamentos, não apresenta regularidade.

Outro fator que julgamos pertinente abordar é o da relação título-*lead*-texto. Todos os textos, por serem narrativo-expositivos, mantêm uma logicidade temática. O desenvolvimento da matéria flui como uma expansão do título e, por conseguinte, do *lead*. Essa relação é esclarecida na análise global que realizamos no final desta parte.

### 3.3.3 Aspectos microestruturais

A microestrutura textual, ou seja, a coerência local constitui o terceiro item de nossa análise. A construção das sentenças e suas seqüências concatenadas pela coesão compõem os parágrafos e/ou episódios. Assim, a composição interna dos parágrafos é o lastro em que o enunciado se manifesta lingüístico-discursivamente. Portanto, é-nos de grande valia analítica a organização frástica dos parágrafos, pois, de sua lógica e harmonia é que depende o entendimento e a significação do todo textual. Nessa perspectiva, não é demais dizer que a coesão é a alma do parágrafo.

Inicialmente tratamos da composição e estruturação dos parágrafos de uma forma geral no *corpus* eleito para nossa investigação lingüístico-discursiva. Após leitura criteriosa, percebemos que, pelo próprio caráter informativo-narrativo dos textos em questão, há predominância da linearidade na tessitura dos parágrafos com explanação de idéias. Esse tipo de parágrafo, segundo Garcia (1992), começa com uma declaração inicial e, em seguida, justifica ou fundamenta a asserção (fato ou evidência) num processo de explanação. Podemos exemplificar essa modalidade com o quarto parágrafo do T.10/01, no qual após a declaração inicial de que o MEC não se posicionou oficialmente com relação a decisão da Uerj, o jornalista justifica a asserção apresentando a seqüência de idéias.

O Ministério da Educação não se posicionou oficialmente com relação a decisão da Alerj. Mas o ministro Paulo Renato Souza sempre defendeu que o projeto no Congresso é inconstitucional. Ele argumenta que é o sistema de ensino público que tem que ser capaz de dar condições para todos concorrerem em igualdade a uma vaga nas universidades”.

Com isso, a leitura fica mais rápida e dinâmica, portanto condizente com as características do texto jornalístico *on-line*. Mesmo sendo apresentados de forma

linear, a maioria dos parágrafos registram os posicionamentos a favor e contra as cotas, isso porque o locutor manipula as vozes citante e citada recursivamente sem que a polêmica deixe de ser exposta. Outras modalizações de parágrafos são percebidas na composição dos textos do *corpus* em análise. Parágrafos com enumeração de detalhes que, conforme Garcia (1992), apresentam o assunto pormenorizado são encontrados nos textos T.02/01, nos parágrafos 8, 9 e 10; T.03/03, nos parágrafos 13, 14 e 15; T.05/03, nos parágrafos 2, 3 e 8; T.08/04, nos parágrafos 3 e 4; T.01/05, no parágrafo 3; T.03/05, no parágrafo 8 e T.04/05, nos parágrafos 6 e 8.

A título de exemplificação, destacamos o parágrafo 15 do T.03/03

Para os pesquisadores, o resultado sugere que possa haver racismo na sala de aula quando o professor dá mais atenção ao aluno branco do que ao negro. Outro fator que explica essa diferença é a herança entre gerações: os pais e avós de negros têm, em média, nível de escolaridade menor do que os parentes dos brancos. Como a escolaridade dos pais e avós influi no rendimento do aluno, essa herança acaba pesando contra o aluno negro, mesmo que eles estudem nas mesmas condições.

No referido parágrafo percebemos que o jornalista apresenta uma seqüência de detalhes, com o intuito de pormenorizar os motivos que levam os estudantes negros a terem um desempenho inferior a 9,3 pontos em relação ao brancos, informação anunciada no parágrafo anterior do texto.

Parágrafos constituídos por contraste que, segundo Garcia (1992), estabelecem confronto de idéias, são verificáveis nos textos T.01/01, nos parágrafos 3 e 4; T.03/03, nos parágrafos 8, 9, 10, 11 e 12 ; T.01/05, no parágrafo 4. Para exemplificarmos a construção contrastiva do parágrafo, citamos o de número 12 do T.03/03.

O julgamento reacendeu a polêmica sobre as ações afirmativas na sociedade americana. O presidente George W. Bush, por exemplo, se declarou contrário ao sistema adotado pela Universidade de Michigan. Já o secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, primeiro negro a ocupar o cargo, discordou de Bush e defendeu a universidade.

Na discussão colocada no parágrafo 12, o operador argumentativo **já**, de cunho temporal, colabora na construção da polêmica. Isso se dá justamente pelo fato deste operador iniciar uma construção enunciativa que suscita e demonstra o jogo de forças, tendo de um lado o Presidente George W. Bush que se declara contrário às cotas e, de outro, o Secretário de Estado dos EUA, Colin Powell que defende o sistema de cotas.

Esses recursos lingüísticos não só reforçam a idéia de polemicidade que o tema suscita, como também é uma forma de materializar a tensão no próprio parágrafo. Como uma das funções de jornalista é procurar a objetividade e a imparcialidade, essa manipulação lingüístico-discursiva é estrategicamente empregada.

A análise microestrutural do texto envolve, além da composição estrutural das sentenças, a concatenação frasal marcada por elementos conectivos e que orientam a decodificação e entendimento dos enunciados. Também chamados de operadores argumentativos, esses elementos contribuem para a macrossintaxe do discurso e atribuem valores argumentativos aos enunciados. Com sua função relacional, os operadores argumentativos assumem papel fundamental na significação de uma frase e/ou período, indicando sentidos de adição, conclusão, oposição, exclusão, retificação.

O nosso *corpus* é um terreno fértil no que se refere ao uso dos operadores argumentativos. Mesmo sendo constituído por textos informativos (reportagens e notas), os conectivos que representam oposição, contraste, como é o caso de *mas*,

*apesar de, porém, todavia*, aparecem com muita freqüência nos textos em análise. O tema em análise proporciona ao locutor a utilização dos conectivos de contraste justo pelo caráter polêmico do assunto.

Fazer aqui uma taxionomia de todos os operadores argumentativos ocorrentes no *corpus* seria por demais quântico e lexicográfico para os nossos propósitos, além de não contribuir para a discussão pretendida no trato do texto jornalístico eleito para nossa pesquisa. Intuímos verificar a ocorrência desses elementos no todo enunciativo, pois, assim, temos a possibilidade de observar a funcionalidade lingüístico-discursiva de que o produtor lança mão para compor o seu texto. Dada a complexidade e o número de textos constituintes de nosso *corpus*, destacamos apenas algumas ocorrências.

Um operador argumentativo muito relevante na construção contrastiva do enunciado é o *MAS*. No parágrafo 5 do T.01/02 ele assume valor de controvérsia interna no enunciado: *É uma atitude drástica, mas elas funcionaram em todos os países em que foram utilizadas, afirma Oded Grajew, diretor do Instituto Ethos.*

Balizados por Ducrot (1997), vemos que o *MAS* na construção do enunciado imprime valoração opositiva.

Segundo o autor, no conjunto *p mas q*, a proposição *p* leva a uma conclusão *r*, enquanto que a proposição *q* conduz a *não-r*. O conjunto *p mas q* argumenta em favor de *não-r*. Desta forma, a proposição: *É uma atitude drástica* leva o leitor a uma conclusão contrária ao sistema de cotas. Já a proposição *elas funcionaram em todos os países em que foram utilizadas*, encabeçada pelo *mas*, conduz para uma conclusão favorável às cotas. Como cada proposição representa uma formação discursiva, o *mas* instala a polêmica no enunciado.

É inegável o valor sintático-semântico que os operadores argumentativos desempenham na construção dos enunciados, direcionando a produção de sentido pelo leitor.

Como nenhum discurso é único, adâmico, a heterogeneidade tanto constitutiva como mostrada é fenômeno real da manifestação das vozes na enunciação. Isso ocorre de forma plausível no discurso jornalístico. O jornalístico, interpretador da realidade, traduz os pontos de vista de outrem e dissemina as informações ao seu público leitor. Dessa forma, voz citante e citada vão construindo a teia textual do todo enunciativo. O discurso relatado, portanto, envolve pistas lingüísticas como discurso direto e indireto, aspas e verbo *dicendi*. No *corpus* analisado, o discurso relatado é bem produtivo, pois tratamos de um tema polêmico. Assim, o jornalista para manter sua objetividade e imparcialidade, manipula essas vozes sociais com pontos de vista favoráveis e contrários às cotas.

Como nosso *corpus* é composto de um número considerável de textos, em que o conflito opinativo sobre as cotas é uma evidência, percebemos que o uso dos discursos direto e indireto e também das aspas procuram imprimir um grau de veracidade ao que está sendo exposto pelo locutor. Além disso, o uso das aspas acompanha o discurso direto desempenhando função de destacar o dito por outro.

No texto T.01/02 “Cota para minorias não resolve desigualdade, diz especialista”. *Folha On-line*, 24/01/2002, o discurso relatado é significativo, pois, há já no título a presença de discurso direto e essa modalidade discursiva é retomada nos parágrafos 2, 4 e 5.

**T.01/02 “Cota para minorias não resolve desigualdade, diz especialista” 24/01/2002 - 09h07 da Folha de S.Paulo**

Especialistas em desigualdade social são unânimes em afirmar que certas “fórmulas milagrosas” -como a definição de cotas de participação das

minorias em universidades e empresas- são só ações paliativas para reduzir o abismo econômico entre as raças.

Isso não resolve o problema, principalmente se a ação não for seguida de políticas sociais que ampliem o acesso de negros ao mercado de trabalho, dizem eles.

Alguns países, como EUA e Malásia, determinaram cotas de participação de até 100% em faculdades públicas. Com isso, as escolas seriam obrigadas a reservar um certo número de vagas para serem preenchidas apenas por negros. O mesmo ocorreu em companhias de grande porte. Algumas determinaram que, em futuras contratações, uma parcela de vagas deveria ser destinada para negros.

"A questão é saber se essa ação é algo eficaz ou não", diz Sergei Soares, pesquisador do Ipea. "Isso pode funcionar se a ação for seguida de políticas públicas de apoio às minorias", diz.

"Somos a favor dessas cotas. É uma atitude drástica, mas elas funcionaram em todos os países em que foram utilizadas", afirma Oded Grajew, diretor do Instituto Ethos.

O primeiro parágrafo apresenta uma tradução pelo jornalista do ponto de vista dos especialistas em desigualdade social via discurso indireto. Como vimos, essa forma de retomada da voz alheia não reproduz as falas citadas tais como foram pronunciadas, incorporando no discurso apenas o conteúdo do discurso do outro. Isso é o que possibilita ao jornalista sintetizar as vozes de vários especialistas em um único enunciado.

No tocante ao uso de aspas na marcação do discurso direto, notamos que elas ocorrem apenas nos parágrafos quatro e cinco. As aspas são utilizadas justamente para delimitar o dito por outro, isentando o jornalista de qualquer responsabilidade sobre o conteúdo da fala. Além disso, as aspas imprimem autenticidade ao discurso relatado. Já no parágrafo dois, não há aspas na representação do discurso direto, levando-nos a compreender que o jornalista resume as vozes que serão retomadas distintamente nos parágrafos 4 e 5.

O uso do verbo *dicendi* **dizer** rege o discurso direto, principalmente no parágrafo 4. Há uma voz citada inicialmente regida pela forma verbal *diz*, seguida do

locutor que a cita e uma identificação deste locutor. Segue-se o parágrafo com outra voz citada, regida pela mesma forma verbal *diz* sem que se mude o referente ou locutor. O parágrafo 5 apresenta o contraponto aos posicionamentos anteriores, ou seja, o ponto de vista favorável às cotas. A voz citada é regida pela forma verbal **afirmar** que enfatiza o dito por outro. Notamos que os verbos **dizer** e **afirmar**, por apresentar-se como os verbos *dicendi* mais neutros, sugerem um distanciamento do locutor na tentativa de se conseguir a objetividade.

Após leitura e análise geral dos textos, vimos que a polifonia de locutores é uma constante em todos os textos e isso se manifesta concretamente pelo uso do discurso direto. Por outro lado, o discurso indireto também aparece, como se fosse uma tradução do discurso do outro. Ao usar esse recurso lingüístico, o jornalista deixa transparecer a subjetividade ao manipular voz citante e voz citada, pois, como é sabido, a objetividade pretendida pelo discurso jornalístico não é totalmente sustentada.

As aspas, no seu todo, destacam o discurso direto e funcionam como âncoras discursivas para a exposição do dito alheio. Maingueneau (1997) argumenta que os discursos relatados em discurso direto são postos entre aspas para marcar a sua alteridade e acrescenta ainda que o locutor coloca aspas para proteger-se antecipadamente de uma crítica do leitor, que supostamente, espera um distanciamento frente à determinada palavra e/ou ao que está sendo exposto.

Os verbos *dicendi* que ocorrem com maior incidência em nosso *corpus* são os mais “neutros”, ou seja, **dizer e afirmar**. Ora introduzem discurso indireto, ora introduzem discurso direto.

Na esteira de Benites (2002), acreditamos que o uso do discurso relatado e de suas marcas no texto jornalístico é uma tentativa de o locutor jornalista manter

a objetividade e neutralidade. No entanto, isso não passa de uma ilusão, pois a citação não lhe garante total isenção.

### 3.3.4 Análise global de um exemplar dos textos do tipo “reportagem”

O texto abaixo será analisado numa perspectiva global, envolvendo a superestrutura, macroestrutura e microestrutura. Sob a perspectiva interacionista, pretendemos perceber como o jornalista se posiciona frente ao seu leitor para expor um assunto de cunho polêmico, apropriando-se dos recursos lingüístico-discursivos adequados para a tessitura de seu texto. Embora seja uma reportagem curta, ela permite nuances analíticas que atendem ao objetivo pretendido. A escolha desta reportagem se justifica devido à grande incidência desse tipo de texto em nosso *corpus*.

**T.01/01 “Uerj pode reservar vagas para carentes” 14/01/2001 - 09h33**  
da **Folha de S.Paulo**

A adoção do sistema de cotas para beneficiar alunos carentes deverá ser testada na prática em 2002 pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), caso não haja decisões da Justiça que considerem a prática inconstitucional.

A origem dessa decisão foi um projeto de lei enviado pelo governador Anthony Garotinho para a Alerj (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) propondo que metade das vagas das universidades estaduais fosse reservada a alunos oriundos da rede de ensino estadual.

O projeto recebeu críticas da comunidade acadêmica das duas universidades estaduais (Uerj e Uenf), mas acabou sendo aprovado na Alerj. A decisão ainda precisa ser publicada no "Diário Oficial" para já constar no edital de vagas das universidades para 2002.

A reitora da Uerj, Nilcéia Freire, afirma que a universidade respeitará a decisão, apesar de ter se posicionado contra o projeto. "A gente não acredita que a reserva de vagas vá solucionar o problema da exclusão. Ela não promove o estudante das camadas menos favorecidas, que continuarão excluídos. Nossa proposta era de encontrar um processo seletivo menos excludente", diz.

No que se refere à superestrutura, o texto pode ser dito uma reportagem por preencher os requisitos formais pertinentes a esse tipo de texto. Dele constam elementos como título, *lead*, corpo textual e a ampliação da notícia. A construção do texto é constituída de quatro parágrafos em que pontos de vista distintos são manifestados a respeito das cotas nas IES como proposta de ação afirmativa.

Macroestruturalmente temos o título que indica, logo de início, uma idéia de polemicidade marcada pela forma delocutiva verbal “pode reservar” que sugere um enredo em que a controvérsia é suscetível, ou seja, poderá se instalar e, assim, fica a premissa de que a polêmica verterá no todo textual. O jogo sintático-semântico dá a noção de probabilidade e condicionalidade. Isso se é possível justamente pelo uso da pista lingüística “pode reservar”. Outro termo que merece atenção é “carentes” que generaliza o indivíduo, sem com isso, mencionar a questão étnica.

O *lead*, por ser uma reportagem de curta extensão, praticamente é a própria reportagem. Como se vê, os parágrafos atendem por si só às perguntas básicas que orientam a notícia e a reportagem. No primeiro parágrafo, ressalta-se o fato *o que (adoção do sistema de cotas para beneficiar alunos carentes deverá ser testada na prática em 2002 pela Uerj)*. Já no segundo parágrafo, temos o *quando (um projeto de lei foi enviado pelo governador [...])*. Não há endoforicamente marcado o tempo, mas é nos possível inferir que o tempo é marcado pela própria data da notícia, 14/01/2001 – 04h02, portanto, uma relação exofórica. Podemos ainda localizar no segundo parágrafo, o *por que (A origem dessa decisão foi um projeto de lei enviado pelo governador Antony Garotinho para a Alerj)*.

Outro elemento do *lead*, o *como (o envio do projeto pelo governador à Alerj (Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro) propondo reserva de 50% vagas nas IES estaduais)*. Também se percebe o *quem*, neste parágrafo, (*Governador*

*Antony Garotinho e Alerj*). No terceiro parágrafo, temos a extensão do *como* no primeiro período e, também, o *onde* “Alerj”.

Ainda no aspecto macroestrutural do texto podemos sumariá-lo por meio dos seus parágrafos. O primeiro, a adoção de cotas na Uerj/Unef poderá ser testada em 2002, caso não haja decisões da Justiça que considerem a prática inconstitucional. O segundo, a decisão partiu do governador Antony Garotinho que enviou projeto à Alerj. O terceiro, o projeto recebeu críticas da comunidade acadêmica das duas universidades, mas foi aprovado pela Alerj. O quarto, a reitora da Uerj afirma que respeitará a decisão apesar de ser contrária ao projeto.

Como é visto no desenvolvimento do texto, o tema assume proporção de polemicidade, pois, no próprio título fica implícito uma ruptura de uma certa normalidade sistêmica “Uerj pode reservar vagas para carentes” o que pressupõe ‘*a priori*’ que isso é inédito nessa IES.

A presença de um jogo de forças permeia todo o texto pelas idéias arroladas nos parágrafos. A condicionalidade fica patente no primeiro parágrafo com a implantação de cotas condicionada a não impetração de recursos contra pela Justiça. Nessa mesma perspectiva condicional e força de poder, o governador envia o projeto à Alerj para aprovação. No terceiro parágrafo, a luta de classe está em evidência pela reação da comunidade acadêmica das duas IES que criticam o projeto, mesmo assim, o referido projeto foi aprovado pela Alerj. Por fim, no quarto parágrafo, a polêmica continua pela postura da reitora da Uerj que diz respeitar a decisão, mas que foi contra o projeto. A arena de conflito é percebida no quarto parágrafo onde, de um lado, temos a posição governo que envia o projeto à Alerj para aprovação e, de outro, a posição da reitora da Uerj que respeita a decisão, mas

se declara contrária ao projeto e argumenta que *a reserva não resolve o problema da exclusão*.

Os episódios são distribuídos linearmente e mantêm uma progressão temática por meio de expressões como: *adoção do sistema* (projeto), *a origem da decisão do projeto* (reserva de vagas), *o projeto recebe críticas, mas é aprovado, a reitora respeita a decisão, mas se declara contrária ao projeto*. Assim, essa sucessão de episódios constitui o todo textual de forma coerente.

Microestruturalmente, a composição paragrafaçal apresenta-se linearmente e podemos perceber, na expansão do texto, construções tipificadas como uma declaração inicial como é o caso do primeiro parágrafo. O segundo parágrafo se modaliza como do tipo explanação de idéias, ocasião em que o locutor/jornalista expõe os elementos da narrativa jornalística, a saber: o *porquê*, o *como* e o *quem*. Já os parágrafos três e quatro estão mais para o tipo composto por contraste. Uma das marcas lingüísticas dessa oposição é o uso dos operadores argumentativos “mas” no parágrafo três e “apesar de” no parágrafo quatro.

No que respeita ao discurso relatado, os parágrafos um, dois e três são lineares e somente o quarto parágrafo apresenta voz citante e voz citada e aspas. O jornalista interpreta, via discurso indireto, a voz da reitora Nilcéia Freire (Uerj) e comprova tal voz com o discurso direto entre aspas. Assim, temos *A reitora da Uerj, Nilcéia Freire, afirma que a universidade respeitará a decisão, apesar de ter se posicionado contra o projeto*, como manifestação do discurso indireto que é ressaltado pelo discurso direto *A gente não acredita que a reserva.....excludente, diz*.

Vale ressaltar a força semântica dos verbos *dicendi* **afirmar** e **dizer** no quarto parágrafo que, embora considerados neutros, conotam o grau de “verdade”

que o locutor quer imprimir ao texto. Discursivamente os pontos de vista em favor das cotas nas IES (Uerj/Unef) se concentram no segundo parágrafo e este representa um discurso institucionalizado, ou seja, governador Antony Garotinho para Alerj.

Já o ponto de vista contrário à política de cotas está presente nos parágrafos três e quatro. Nesse jogo argumentativo a contrariedade ao projeto de cotas é representativa, pois, a crítica dos acadêmicos (3º§) e a posição da reitora da Uerj (4º§) reforçam a idéia não favorável ao que propôs o governador. Fica-nos claro o jogo de forças em torno da questão o que torna possível ver a polêmica neste texto.

### 3.3. 5 Análise global de um exemplar dos textos do tipo “nota”

O texto abaixo representa a outra tipologia de texto informativo eleita para análise nesta pesquisa. Além dos aspectos estruturais, pretendemos verificar como o locutor utiliza recursos lingüístico-discursivos para compor sua matéria jornalística de forma rápida, sucinta e precisa tendo em vista o leitor *on-line*, que se satisfaz com notícias com essas características.

#### **T.10/01 “Projeto de lei sobre cotas tramita no Congresso” 23/05/2001 - 14h46 da Folha de S.Paulo**

A discussão sobre a adoção de cotas para alunos da rede pública em universidades públicas ganhou fôlego nos últimos dois anos, quando foram apresentados projetos no Congresso Nacional e em algumas Assembléias Legislativas de Estados.

O projeto federal foi apresentado pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e continua em tramitação no Congresso Nacional. Os grupos que sempre defenderam a idéia passaram a pressionar também as Assembléias para apresentarem projetos nesse sentido.

No Rio, por exemplo, a Assembléia Legislativa aprovou neste ano o projeto de lei que reserva 50% das vagas para alunos da rede pública. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Norte Fluminense terão que adaptar o vestibular à lei. As medidas podem valer já para o concurso deste ano.

O Ministério da Educação não se posicionou oficialmente com relação a decisão da Alerj. Mas o ministro Paulo Renato Souza sempre defendeu que o projeto no Congresso é inconstitucional. Ele argumenta que é o sistema de ensino público que tem que ser capaz de dar condições para todos concorrerem em igualdade a uma vaga *nas universidades*.

Rabaça e Barbosa (1987) definem nota como uma pequena notícia destinada a informação rápida e tendo como característica principal a extrema brevidade e concisão. Elegemos esse texto para análise por se enquadrar nessa categoria textual. Em nível de superestrutura, o texto em voga preenche o esquema textual: título, *lead* e corpo textual.

Macroestruturalmente, seu título *Projeto de lei sobre cotas tramita no Congresso* é uma frase declarativa e, no sintagma verbal, o seu núcleo *tramita* sugere a análise de pontos pró e contra algo. O objeto está em debate no Congresso, ou seja, o projeto de lei sobre cotas é merecedor de reflexão e julgamento do seu teor. Como se vê, o título da matéria traz a polêmica que o assunto suscita. Considerando que o título deva assumir função sintética e anunciativa do fato, este também orienta a compreensão do texto e destaca a relevância da notícia. Vale lembrar que Bahia (1990) ressalta a importância do título como elemento que deve atrair a atenção e dar uma idéia geral dos fatos que precede.

Outro quesito macroestrutural é o *lead*, elemento básico que norteia o fazer jornalístico, principalmente na tessitura de reportagens e notas. Como vimos

no Capítulo II, assim como as reportagens, as notas também apresentam as perguntas básicas a que devem atender os textos informativos. No texto em análise, o *lead* está diluído nos parágrafos. Notamos a utilização, por parte do jornalista, do uso da técnica da pirâmide invertida na construção textual: a nota inicia-se pelo clímax do texto, dando maior relevância ao *porquê*, razão do texto jornalístico, na visão de Bahia (1990). Portanto, o primeiro parágrafo traz o ponto mais alto do texto de forma concisa e breve. Esta forma de escrita da notícia toma corpo principalmente no jornalismo *on-line* tendo em vista a demanda temporal do leitor no mundo moderno. Como já dito, a diluição do *lead* prossegue nos parágrafos seguintes. No segundo parágrafo temos o *o quê?* (o projeto federal foi apresentado pelo senador Antero Paes de Barros – PSDB/MT), o *quem?* (o senador Antero Paes de Barros), e o *onde* (no Congresso Nacional). Já o *como* é exposto no terceiro parágrafo (*No Rio, por exemplo, a Assembléia Legislativa aprovou neste ano o projeto de lei que reserva 50% das vagas para alunos da rede pública [...]*) e, também, no quarto parágrafo (*O Ministério da Educação não se posicionou oficialmente com relação a decisão da Alerj. Mas o ministro Paulo Renato de Souza sempre defendeu que o projeto no Congresso é inconstitucional*).

A relação título x texto é perceptível pela expansão temática por meio da seqüencialidade linear dos parágrafos. A ocorrência do sintagma nominal “projeto” nos quatro parágrafos contribui para a progressão do texto, pois em seu entorno as informações geradoras de sentido vão se constituindo. A distribuição dos parágrafos também nos possibilita verificar a lógica do texto, pois, ao apresentar primeiramente o clímax da notícia, surge a necessidade de o jornalista mencionar os outros elementos informacionais do *lead*, presentes, como mostramos acima, nos demais parágrafos.

Quanto ao aspecto microestrutural, os parágrafos marcam-se pelo caráter narrativo-descritivo das informações. O que perdura é tipo declaração inicial seguido de explanação de informes. Não percebemos a presença determinante de parágrafos caracterizados por enumeração de detalhes, que imprimiria aos parágrafos um aprofundamento das informações, traço típico da reportagem.

Apenas o quarto parágrafo desenvolve-se por contraste. Isso é notório pelo uso do operador argumentativo *mas*, que introduz o ponto de vista do ministro Paulo Renato Souza contrário às cotas, visto que ele defende a idéia de que o *projeto no Congresso é inconstitucional*. Este operador argumentativo, discursivamente, sugere uma polêmica interna no próprio governo, pois, embora o Ministério da Educação não tenha se posicionado oficialmente com relação à decisão da Alerj, o ministro se antecipa alegando a inconstitucionalidade do projeto, declaração que corrobora sua posição pessoal desfavorável ao sistema de cotas.

Quanto ao discurso relatado, encontramos apenas um caso de discurso indireto no quarto parágrafo, com a manifestação do ponto de vista do ministro Paulo Renato de Souza. Vê-se aqui que o jornalista não utilizou as aspas nem os verbos *dicendi* tidos como neutros (dizer e afirmar), mas sim um verbo avaliativo: *argumentar*. A utilização desse verbo deixa claro que o jornalista interpreta a voz do ministro, com o objetivo de apresentar um posicionamento contrário ao que vinha sendo exposto até então. Com o posicionamento de Paulo Renato, a polêmica se manifesta textualmente, pois o texto passa a mostrar as duas posições envolvidas no debate, garantindo a pretendida imparcialidade do jornalista ao apresentar a questão.

A análise dessa nota demonstra, em relação à reportagem, um uso pouco produtivo dos recursos linguístico-discursivos que elegemos como critérios analíticos

no nível microestrutural. No entanto, cabe ressaltar que essa ausência é significativa, tendo em vista a concisão e a rapidez que esta modalidade textual deve apresentar, principalmente na mídia eletrônica.

## CONCLUSÃO

Este trabalho de pesquisa procurou investigar como a polêmica sobre o sistema de cotas nas IES públicas brasileiras foi divulgada no portador *Folha de S.Paulo On-line*, no período de janeiro de 2001 a setembro de 2005. Além disso, objetivamos também verificar como os jornalistas manipularam os recursos lingüístico-discursivos para exporem os posicionamentos contrários e favoráveis a respeito das cotas em um mesmo texto da mídia eletrônica, procurando seguir os princípios da objetividade e imparcialidade propostos pelos manuais de redação jornalística.

Nossa análise da projeção da notícia sobre a implantação do sistema de cotas no ensino superior brasileiro mostrou que o assunto teve um momento inicial com as discussões desenvolvidas no ano de 2001, quando encontramos trinta e cinco textos. Houve um crescendo significativo de notícias nos anos de 2002 (quarenta e sete) e 2003 (sessenta e quatro), atingindo o ápice em 2004, com um total de oitenta e seis textos. A ocorrência de apenas trinta e um textos, no ano de 2005, mostra que o tema entrou em declínio, sendo substituído por outros considerados pela imprensa de maior relevância naquele momento. A somatória do número de textos publicados sobre o tema (duzentos e sessenta e três) é significativa e representa bem a dimensão que o assunto teve no país durante o período em que autoridades governamentais e não governamentais travaram debates sobre a questão das políticas de ação afirmativa com o intuito de reparação às minorias étnico-raciais no Brasil. A partir desses dados, podemos concluir que a notícia sobre a implantação do sistema de cotas nas IES públicas brasileiras teve uma vida útil, atrelada ao interesse que despertou na sociedade, naquele momento.

No período em que o tema da implantação do sistema de cotas esteve em relevância, houve muita polêmica em torno da questão. Essa polêmica presentificou-se na *Folha de S.Paulo On-line*, manifestada nos posicionamentos dos textos veiculados. Dos duzentos e sessenta e três textos que abordaram o tema, no período delimitado para nossa pesquisa, registramos a ocorrência de trinta e sete que apenas mencionam o assunto sem registrar posição contrária ou favorável; cento e cinquenta em que há defesa da implantação do sistema de cotas; quarenta e um em que fica presente a contrariedade às cotas, e trinta e cinco em que aparecem pontos de vista contrários e favoráveis concomitantemente num mesmo texto. Diante dos posicionamentos, vale registrar a presença dos cento e cinquenta textos em que a defesa das cotas é apresentada. Isso demonstra a força da sociedade organizada (Ongs, movimentos sociais) no processo sócio-político nacional. Considerando os dados apresentados, nota-se que a oligarquia *Folha de S.Paulo*, enquanto empresa jornalística, é favorável ao sistema de cotas, visto o predomínio de matérias com esse posicionamento veiculadas em seu jornal *on-line*.

Adentrando aos aspectos de construção e produção dos textos em que a polêmica está manifestada, notamos que o jornalista lança mão de recursos lingüístico-discursivos para expor a temática. Para analisarmos esses recursos, pautamos-nos principalmente nos conceitos de superestrutura, macroestrutura e microestrutura, apresentados por Van Dijk.

Quanto ao aspecto superestrutural, os textos informativos de nosso *corpus* caracterizam-se como reportagens (trinta e uma unidades) e notas (quatro unidades). As reportagens foram mais produtivas quanto a possibilidade de manifestação da polêmica, justamente pelo fato de que nelas há que se ouvir as partes envolvidas num determinada questão.

Já no aspecto macroestrutural, itens como distribuição dos parágrafos, títulos, *lead* constituem uma coerência global. Vimos que nos próprios títulos o jornalista antecipa a polêmica pela utilização de sintagmas verbais, nominais e expressões geradas no predicado. Devido a sua semântica esses sintagmas e expressões produzem efeitos que suscitam posicionamentos divergentes sobre o tema.

Quanto à distribuição dos parágrafos, verificamos que os jornalistas – via de regra – usam o primeiro parágrafo como parte anunciativa do assunto e, em seguida, diluem as informações nos demais parágrafos. Por se tratar de textos *on-line*, os parágrafos são curtos e concisos, pela própria natureza do texto que está sendo construído, isto é, um texto informativo centrado na referencialidade e linguagem denotativa.

No que se refere à construção dos textos de nosso *corpus*, o *lead* é apresentado em sua maioria de forma diluída nos parágrafos. Poucos textos apresentam o *lead* fixo no primeiro parágrafo. Verificamos uma grande ocorrência da técnica da pirâmide invertida, a qual enfatiza o clímax do texto, para depois apresentar os demais elementos constituintes do *lead*. Consideramos que essa é uma característica do texto *on-line*, pois o jornalista leva em conta o seu interlocutor ao produzir o seu texto. Como o leitor dessa mídia procura receber informações no menor espaço de tempo possível, os textos apresentam primeiramente o clímax, centrado no(s) quesito(s) mais relevante(s) do *lead*.

Microestruturalmente, a maioria os parágrafos são construídos por declaração inicial seguida explanação de idéias. Há também ocorrências em menor número de desenvolvimentos centrados em enumeração de detalhes e por

contraste. Estas estratégias de construção em muito contribuem para a exposição da polêmica vertida nos textos.

Outro elemento bastante produtivo na construção da polêmica é o uso dos operadores argumentativos. Em nosso trabalho, os que denotam contraste funcionam como recursos lingüísticos para a elaboração do texto polêmico.

Quanto às questões relacionadas ao discurso relatado, analisamos o discurso direto e o indireto, o uso dos verbos *dicendi* e das aspas. Os discursos direto e indireto são utilizados pelos jornalistas para trazerem os posicionamentos contrários e favoráveis ao sistema de cotas, tentando manter a objetividade e a imparcialidade frente ao exposto. O discurso direto com aspas presta-se mais a esse objetivo, pois supõe, no universo jornalístico, uma tradução exata da fala alheia. O discurso indireto é usado com freqüência nos textos para sintetizar a fala do outro, no entanto, como promove uma acomodação do discurso citado ao discurso citante, não apresenta o mesmo teor de isenção que o discurso direto. Predominam em nosso *corpus* os verbos *dicendi* **dizer** e **afirmar**, tidos como os mais “neutros” em relação ao posicionamento do jornalista frente à fala citada.

A análise de todos os recursos lingüístico-discursivos elencados em nossa pesquisa mostrou-nos que, embora os jornalistas busquem a isenção e a objetividade por meio de tais recursos, a objetividade total não se concretiza nos textos veiculados *on-line*. Ao manipular esses recursos para produzir o texto, levando em conta seus interlocutores, de alguma forma, a subjetividade e a interferência do jornalista já estão presentes no próprio fazer textual.

Lembramos que nosso trabalho não esgota as possibilidades de análise que a temática sobre o sistema de cotas e a construção do texto jornalístico *on-line*

encerram; porém cremos que nossa pesquisa contribui para a reflexão sobre essas questões.

## REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Lingüísticos*, v. 19, 1990, p. 25-42.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail.(VOLOCHÍNOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11 ed. Trad. M. Lahud e Y.E. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. Dialogismo, polifonia e enunciação. In BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BENITES, Sonia. A. L. *Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 4. ed. Campinas, SP: Pontes: UNICAMP, 1991.
- BERNARDINO, Joaze. Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento. P.13-38. In: BERNARDINO, J. e GALDINO, D. *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BOAVENTURA, Edivaldo. [Edivaldo Boaventura – diretor geral de A Tarde]  
Disponível em:  
<[http://www.universia.com.br/noticia/materia\\_clipping\\_imprimir.jsp?not=18484](http://www.universia.com.br/noticia/materia_clipping_imprimir.jsp?not=18484)>  
(25/11/2004). Acesso em: 13 set. 2005.
- BONINI, Adair. Reflexões em torno de um conceito psicolingüístico de tipo de texto. In: *D.E.L.T.A.*, vol. 15, n. 2, p.301-318, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Gêneros textuais e cognição: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos*. Florianópolis-SC: Insular, 2002.
- BRASIL, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.
- CARNEIRO, Agostinho Dias. *Redação em construção: a escritura do texto*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1994.
- COUTINHO, Maria Antónia. *Texto(s) e competência textual*. Distribuição – Dinalivro Fundação Calouste Gubbenkian, 2003.
- DINIZ, Melissa. *Ações afirmativas: debate sobre cotas para negros esclarece pontos polêmicos*. São Paulo: Unifesp/Jornal da paulista/comunicação, São Paulo, ano 16, n. 180 jun. 2003.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas-SP: Contexto, 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Novo Manual da Redação*. São Paulo, 2001

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

FIORIN, José Luiz.; SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1997.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. As novas configurações do jornalismo no suporte *on-line*.: *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. www.eptc.com.br. vol. VI, n. 3, Sep.- Dec. 2004.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. *Vigotsky e Bakhtin- psicologia e educação: um intertexto*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Enfoques* (Revista Eletrônica), Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 93-117, 2002.

GALDINO, Daniela; PEREIRA, Larissa Santos. *Acesso à universidade: condições de produção de um discurso falacioso*. In: BERNADINO, J. & GALDINO, D *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 157-172.

GARCEZ, L.H.C. *A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto*. Brasília, DF: UNB, 1998.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. 15. ed. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1992.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: LOBATO, F. & SANTOS, R.E. (Orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.15-57.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2004.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 5.ed. São Paulo: Atica, 1997.

LAGE, Nilson. *Democracia racial: educação e a política de cotas*. Disponível em: <<http://observtorio.ultimosegundo.ig.com.br/cadernos/cid>> Acesso em: 03 mai. 2005.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

\_\_\_\_\_. *O texto e a construção de sentidos*. São Paulo: Contexto, 1998.

\_\_\_\_\_. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2000.

KOCH, Ingedore G. Villaça.; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

KOCH, Ingedore G. Villaça.; FÁVERO, Leonor Lopes. *Linguística textual: introdução*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Série Gramática portuguesa na pesquisa e no ensino,9).

MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de lingüística para o texto literário*. Trad. Maria Augusta de Matos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Trad. Freda Indursky. Campinas-SP: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba-PR: Criar Edições, 2005.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P.de Souza e Décio Rocha Silva. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MANTA, André. *Guia de jornalismo na internet*. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/manta/Guia/index.html>> Acesso em: 04 out. 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Bomlivro, 1989.

MARQUESI, Sueli Cristina. *A organização do texto descritivo em Língua Portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo*. São Paulo, 1997.

MOEHLECKE, Sabrina. *Propostas de ações afirmativas no Brasil: o acesso da população negra ao ensino superior*. 2000. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

MEURER, José Luiz.; MOTTA-ROTH, Désirée.(Orgs.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (Org.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2003. 270 p.

NUNES, Paulo Rogério. Ações afirmativas na mídia: uma articulação necessária. In: *ÌROHÌN*, Brasília, DF, fev/março/2005. p. 32.

PAIM, Paulo. *Cotas nos meios de comunicação*. Disponível em: <<http://www.mundonegro.com.br/noticias/index.php?noticias>> Acesso em: 03 mai. 2005

PREVIATI, Andréa Regina; ROMUALDO, Edson Carlos. *As imagens da terceirização na Revista Exame*. 2002 Mimeo.

(este artigo é parte da pesquisa intitulada "A técnica da terceirização na imprensa especializada: as imagens construídas pela Revista Exame na década de 90", defendida em 02/10/02, no Curso de especialização em Ciências Sociais (Sociologia), da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação do Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo)

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O negro, seu acesso ao ensino superior e as ações afirmativas no Brasil. In: BERNADINO, J. & GALDINO, D. *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 137-156.

REVISTA ISTO É. São Paulo, n. 1828, p. 48, out. 2004.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANT'ANNA, Wânia. Produção educativa para televisão mobiliza artistas e educadores. In: *ÌROHÌN*, Brasília, DF, out. nov. 2004, p. 29-30.

SARMENTO, Leila Luar. *Oficina de redação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

SILVA, Maria Aparecida da. Ações afirmativas em educação: acesso, permanência e sucesso do povo negro na universidade. *Palmares em ação*, ano I, n. 2, São Paulo, out. dez. 2002.

SILVA, Cidinha da (Org.). *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. São Paulo; Summus, 2003.

SILVINO, Leonardo. *Cotas para negros na mídia?* Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24csilvino.htm>> Acesso em: 05 mai. 2005.

SIQUEIRA, João Hilton Sayeg de. *O texto: movimentos de leitura, táticas e produção, critérios de avaliação*. 1. ed. São Paulo: Selinunte, 1990. (Coleção processos expressivos da linguagem).

SOUZA, Luiz Marques de; CARVALHO, Sérgio Waldeck de. *Compreensão e produção de textos*. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

VAN DIJK, Teum Adrianus. *Cognição, discurso e interação*. Org. e apresentação de Ingedore Villaça Koch – 2. ed., São Paulo: Contexto, 1999.

## **ANEXOS**

**Anexo 1- T.01/01 “Uerj pode reservar vagas para carentes” 14/01/2001 - 09h33 da Folha de S.Paulo**

A adoção do sistema de cotas para beneficiar alunos carentes deverá ser testada na prática em 2002 pela Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), caso não haja decisões da Justiça que considerem a prática inconstitucional.

A origem dessa decisão foi um projeto de lei enviado pelo governador Anthony Garotinho para a Alerj (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) propondo que metade das vagas das universidades estaduais fosse reservada a alunos oriundos da rede de ensino estadual.

O projeto recebeu críticas da comunidade acadêmica das duas universidades estaduais (Uerj e Uenf), mas acabou sendo aprovado na Alerj. A decisão ainda precisa ser publicada no "Diário Oficial" para já constar no edital de vagas das universidades para 2002.

A reitora da Uerj, Nilcéia Freire, afirma que a universidade respeitará a decisão, apesar de ter se posicionado contra o projeto. "A gente não acredita que a reserva de vagas vá solucionar o problema da exclusão. Ela não promove o estudante das camadas menos favorecidas, que continuarão excluídos. Nossa proposta era de encontrar um processo seletivo menos excludente", diz.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u2489.shtml> - acesso:04/10/2005

**Anexo 2 -T.02/01 “Para MEC, adoção de cotas é inconstitucional” 14/01/2001 - 09h28 da Folha de S.Paulo**

No entender do secretário de educação superior do MEC, Antônio Macdowell de Figueiredo, a adoção de uma política de cotas para minorias no Brasil esbarra num problema jurídico. "A Constituição impede qualquer tipo de discriminação, mesmo a chamada discriminação positiva, que beneficia as minorias", diz.

Para ele, com a quase universalização do acesso ao ensino fundamental e a consequente expansão do ensino médio, a tendência normal é que as representações raciais da sociedade brasileira estejam mais equilibradas em relação ao perfil dos universitários. "Isso é uma questão de solução mais estrutural do que de medidas como cotas", diz.

Outro ponto que dificultaria a adoção de cotas no Brasil, segundo Macdowell, é que esse sistema introduziria um parâmetro de entrada na universidade que não seria de mérito. "Isso poderia não trazer os resultados desejados, já que a pessoa que entrou a universidade pelas cotas poderia ser estigmatizada", diz.

O projeto de discussão de cotas em universidades federais que tramita no Congresso Nacional não fala em origem étnica, mas apenas em reserva de

vagas para alunos de escolas públicas. Segundo Macdowell, o MEC ainda não se pronunciou oficialmente sobre o projeto.

Segundo ele, o que o MEC pode fazer no momento é estimular as universidades a adotarem outros parâmetros no acesso ao ensino superior, como a adoção do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), elaborado pelo ministério e que, segundo o secretário, facilita o acesso dos carentes à universidade. Ele afirma que as universidades federais mantêm programas para estudantes carentes, mas sem levar em conta a origem étnica do aluno.

"Há programas de bolsas e de alojamento estudantil para os estudantes mais carentes. Esses programas acabam beneficiando, naturalmente, os negros e pardos. Muitos desses programas são modestos, mas eles existem", afirma o secretário. Ele defende que as políticas de benefício às minorias levem em conta o perfil socioeconômico do estudante, e não a origem étnica.

Com relação aos estudantes de universidades particulares, Macdowell afirma que o MEC tem uma política de benefício, representada pelo programa de financiamento estudantil, o Fies. Esse programa, no entanto, é muito criticado pelas entidades estudantis por exigir do estudante carente fiador e outras garantias na hora de fechar o financiamento, o que acaba excluindo alguns universitários carentes.

## Defesa

Os defensores de políticas afirmativas para minorias afirmam que esse é um método eficaz de atenuar a desigualdade racial em um curto espaço de tempo. A mais conhecida política afirmativa é a adoção de cotas em universidades. O pesquisador do Ipea Sergei Soares, no entanto, lembra que não é a única.

"A distribuição de bolsas nas universidades poderia levar em conta a origem étnica para diminuir a desigualdade na formação de negros e pardos em relação aos brancos."

Outro exemplo de política afirmativa é a concessão de isenções fiscais a empresas que tiverem em seu quadro de funcionários um perfil racial parecido com o da população.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u9272.shl>

acesso: 3/10/2005

Folha Online – Cotidiano – Raul Jungmann diz que Brasil discrimina negros – 01/11/2001

**Anexo 3 -T.03/01 “Raul Jungmann diz que Brasil discrimina negros”  
01/11/2001 - 04h40  
IURI DANTAS da Folha de S.Paulo**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, disse anteontem que o Estado brasileiro é discriminatório. Jungmann, que alegou ser militante da "causa negra", disse que "devemos romper com essa armadilha da falsa cordialidade entre raças".

As declarações foram feitas durante um tribunal simulado, que julgou os projetos de lei que estão atualmente em tramitação na Câmara e no Senado sugerindo a criação de cotas para negros em universidades públicas.

Como exemplo de discriminação, Jungmann afirmou que, em seu ministério, 95% dos cargos comissionados eram ocupados por brancos. Para tentar mudar esse quadro, assinou anteontem portaria acabando com o comissionamento e determinando que todos os cargos sejam ocupados por meio de concurso.

O júri teve o professor Hédio Silva Júnior no papel de advogado de defesa da reserva de vagas e Celso Fontana na acusação. A presidente da Comissão do Negro e Assuntos Antidiscriminatórios da OAB, Maria da Penha Rodrigues, foi a juíza. Mesmo sem acordo prévio sobre os argumentos dos advogados, todos os presentes (jurados e testemunhas) eram a favor da implantação de cotas.

O advogado de acusação Celso Fontana, que milita no movimento negro há mais de 15 anos, utilizou como argumento contra a reserva de vagas o fato de a humanidade ter nascido na África, o que tornaria todos, sem distinção, afro-descendentes.

Já Hédio Silva, advogado de defesa, sugeriu que o campo cútis, do formulário de registro geral, fosse utilizado para definir quem é negro ou não no Brasil. A pessoa que usar qualquer outra definição que não branca, amarela ou indígena no formulário poderá ser contemplada no sistema de cotas.

Durante o julgamento, Celso Fontana chamou os professores João Batista Félix e Hélio Santos e o advogado Sinvaldo José Firmo como testemunhas contra o sistema de cotas. Todos eles possuem história de militância em favor da causa, mas atuaram reproduzindo "preconceitos jurídicos".

Na defesa, Hédio Silva contou com o ministro, a jornalista Míriam Leitão e Roberto Martins, presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

### **Projetos**

O projeto que prevê reserva de um mínimo de 20% das vagas nas universidades públicas para negros, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), se encontra em discussão na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Na Câmara, o Estatuto da Igualdade Racial, do deputado Paulo Paim (PT-RS), destina 20% das vagas para negros em concursos públicos, empresas com mais de 20 empregados e universidades.

<http://www1.Folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u39708.shl->  
25/10/2005

acesso:

#### **Anexo 4 - T.04/01 “Proposta de curso para negros causa divergência no MEC” 28/08/2001 - 13h04 da Folha de S.Paulo**

A proposta de criação de cursos pré-vestibulares para negros em 2002, anunciada no domingo pelo ministro Paulo Renato Souza (Educação), foi criticada por entidades do movimento negro e não é unânime dentro do ministério.

Segundo o ministro, o MEC está negociando com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) um empréstimo de US\$ 10 milhões que serviria para financiar o projeto. "A minha proposta é que os cursos sejam exclusivos para negros, mas isso ainda está em negociação com o BID."

Paulo Renato apresentou essa proposta após reiterar oposição à adoção de cotas para negros em universidades públicas. A defesa das cotas está no documento que a delegação do Brasil levará à Conferência da ONU contra o Racismo, em Durban, na África do Sul, que começa nesta sexta-feira.

A secretária de Educação Superior do MEC, Maria Helena Castro, defende, porém, que os cursos não sejam só para negros.

Segundo Maria Helena, ao ampliar o curso a todos os carentes, o ministério não deixaria de beneficiar negros. "Nós não queremos uma política que crie nova desigualdade. Estamos falando de um plano de equidade para ampliar a igualdade de acesso", disse ela.

Gilberto Sabóia, secretário de Estado de Direitos Humanos e presidente do comitê brasileiro preparatório para a conferência de Durban, criticou a proposta de Paulo Renato. "Não pode ser só isso", afirmou. Sabóia defendeu a adoção de cotas e disse que o debate sobre o assunto é positivo. "Não podemos ficar passivamente esperando que o tempo resolva [a discriminação no Brasil]."

"Podemos debater com grupos de reitores interessados uma experiência por tempo determinado de cotas e outras medidas de ação afirmativa, que, depois, seriam avaliadas", declarou.

Para representantes de entidades do movimento negro, mesmo que a proposta do ministério seja exclusiva para negros, ela não substituiria a política de adoção de cotas como ação afirmativa.

"A proposta parece um show de pirotecnia de quem está acuado politicamente e acaba isentando o Estado de sua responsabilidade, de oferecer um ensino público de qualidade", disse Hédio Silva Júnior, coordenador de projetos do

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade. **(ANTONIO GÓIS E LEILA SUWWAN)**

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u5730.shtml>  
04/10/2005

acesso:

**Anexo 5 - T.05/01 “RJ e RS adotam cotas na universidade para alunos carentes” 29/08/2001 - 20h21 ANTÔNIO GOIS da Folha de S.Paulo, no Rio**

Enquanto a delegação brasileira discute na Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, na África do Sul, a viabilidade de cotas para negros em universidades públicas, dois Estados brasileiros já decidiram reservar vagas para grupos tradicionalmente excluídos do ensino superior.

Os governos dos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul vão adotar cotas para alunos de escolas públicas e carentes.

Amanhã, o governador do Rio, Anthony Garotinho (PSB), assina o projeto final, já regulamentado, da lei que garantirá reserva de 50% das vagas nas universidades estaduais a alunos que fizeram o ensino médio e fundamental, integralmente, em escolas públicas.

No Rio Grande do Sul, a UERGS (Universidade do Estado do Rio Grande do Sul) começará a funcionar no ano que vem já constando em seu estatuto a reserva de 50% das vagas para carentes e de 10% para deficientes. A lei valerá para o ano letivo do ano que vem.

A UERGS ainda não regulamentou como definirá quem é carente, mas, segundo a reitoria, devem ser aproveitados critérios já utilizados por universidades filantrópicas para concessão de bolsas de estudo.

No Rio de Janeiro, a lei só valerá para o processo seletivo de 2002, que oferecerá vagas para o ano letivo de 2003 da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense).

A política de reserva de vagas para carentes ou alunos da rede pública não cita a questão racial, mas, para representantes do movimento negro, pode ser um primeiro passo para que essa população conquiste cotas em instituições públicas.

"As leis que reservam vagas para pobres são um avanço. Nossa estratégia foi lutar pelos carentes porque achamos que é o primeiro passo para conquistar a reserva para negros", afirma o coordenador da Educafro \_entidade que oferece cursos pré-vestibulares para carentes\_, frei Davi Santos.

Nos dois casos, a regra só vale para universidades estaduais. Mas já tramita no Congresso Nacional projeto de lei semelhante ao do Rio de Janeiro, de autoria

do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), reservando 50% das vagas de universidades federais a alunos de escolas públicas.

A reserva de vagas em universidades públicas federais, no entanto, tem enfrentado resistência. O ministro Paulo Renato Souza (Educação) já se declarou publicamente contrário ao projeto.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educaçao/ult305u5759.shtml>

acesso:

04/10/2005

**Anexo 6 - T.06/01 “Governo e delegação do Brasil divergem sobre relatório”  
31/08/2001 - 05h24 LEILA SUWWAN da Folha de S. Paulo, em Brasília**

As políticas oficiais do governo brasileiro para o combate ao racismo e à discriminação racial não coincidem com as propostas que integram o relatório da delegação que será apresentado na conferência de Durban.

Apesar de o governo ter colaborado na elaboração do documento, as propostas não são deliberações oficiais. As diretrizes públicas sobre o racismo foram estabelecidas pelo GTI (Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra), instalado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 96.

As cotas para negros nas universidades -proposta do documento de Durban que foi rejeitada pelo Ministério da Educação- já estão fora da pauta do governo há alguns anos.

Nos discursos que orientaram os trabalhos do GTI, FHC defendeu ações afirmativas no lugar de privilégios reparatórios para os negros. Ao instalar o grupo, o presidente disse que o Estado não toleraria nenhuma forma de racismo, "nem mesmo o racismo para valorizar a raça que está sendo discriminada, porque isso resulta também numa coisa negativa".

"Quando se faz um esforço para melhorar a vida dos mais pobres, em grande medida se está melhorando ou tratando de colocar ênfase na questão das populações negras", disse FHC em 1995, na mesma linha defendida hoje pelo ministro da Educação, Paulo Renato de Souza.

A contraproposta do governo, os cursos pré-vestibulares, também já norteariam os trabalhos do GTI, que os recomendava para os alunos de escolas públicas das camadas mais desfavorecidas, "que incluem, como é sabido, elevada proporção de afro-brasileiros".

O documento de Durban traz várias propostas com relação aos quilombolas, negros remanescentes das comunidades dos quilombos. Entre elas está a ampliação de seus direitos constitucionais, o fornecimento de infra-estrutura, o cadastramento de todas as comunidades e a desocupação de suas terras por grileiros.

As determinações do GTI se limitam ao cumprimento do dispositivo constitucional de reconhecimento da propriedade das terras dos quilombolas, o "resgate da cidadania" e a extensão dos "benefícios da sociedade moderna".

"Por poucos que sejam os hectares de terra, por pouco que sejam esses avanços, são sinais significativos de que o Brasil reconhece os erros do passado", disse FHC em 1997, durante uma cerimônia de entrega de títulos de terras a comunidades remanescentes dos quilombos.

O GTI também difere do documento levado a Durban no que diz respeito às propostas legislativas. O grupo recomenda o "aperfeiçoamento da legislação existente" para permitir a punição penal do crime de racismo, garantido na Constituição de 1988 e que é aplicada de "maneira insuficiente". Já o relatório da conferência pede medidas legislativas, entre as quais a revisão do Código Penal, para considerar a discriminação racial como agravante de crime.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u28011.shl> acesso: 04/10/2005

**Anexo 7 - T.07/01 “Ministério da Educação rejeita cota para negros”  
23/08/2001 - 14h06 FERNANDA DA ESCÓSSIA da Folha de S.Paulo, no Rio**

O representante do Ministério da Educação no comitê preparatório brasileiro para a Conferência da ONU contra o Racismo, Carlos Alberto Xavier, disse que será muito difícil implementar cotas fixas para negros nas universidades públicas. "Acho difícil a separação simplesmente de uma cota para distribuir para uma camada da população, porque não pode conviver com o acesso dos outros, que será pela avaliação do conhecimento."

A oferta de cotas, junto com outras medidas afirmativas, é uma proposta do relatório que a delegação brasileira levará à Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, que acontece de 31 de agosto a 7 de setembro em Durban, na África do Sul.

O Ministério da Educação se mantém contra as cotas porque considera que ela contraria o critério de avaliação escolar. "Como é que pode ter a cota? De 100, separa 43 para a população negra. Isso é irracional, meu Deus do céu. Qualquer fundamento do direito vai dizer que isso é uma medida injusta", afirmou Xavier, que é assessor do gabinete do ministro Paulo Renato de Souza e representante do ministério no grupo interministerial de valorização da população negra.

Xavier afirmou que as políticas universalistas (para o conjunto da população) desenvolvidas pelo Ministério da Educação conseguiram aumentar o acesso e a permanência de crianças negras nas escolas. Para Xavier, o desafio é encontrar critérios capazes de garantir o acesso à universidade de forma justa e equânime, melhorando ainda mais o ensino.

**Questão complexa**

O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem, por meio do seu porta-voz, Georges Lamazière, que é "favorável à ação afirmativa, de modo geral", mas que a fixação de cotas para negros em universidades é uma questão mais

complexa. "No caso da universidade, o presidente observa apenas que é preciso levar em conta vários outros critérios também, porque envolve a questão do conhecimento, da qualificação", disse Lamazière. "O governo não vai decidir sozinho."

Segundo o porta-voz, o presidente citou que o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) destina um "percentual grande" de recursos especificamente para a formação de estudantes negros.

Colaborou a Sucursal de Brasília.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u5660.shtml>  
25/10/2005

-acesso:

### **Anexo 8 - T.08/01 "Propostas do Brasil sobre racismo não devem sair do papel" 29/08/2001 - 10h55 LEILA SUWWAN da Folha de S.Paulo**

Muitas das propostas que o Brasil levará à Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, que começa na sexta-feira (31), em Durban (África do Sul), não devem sair do papel. Para isso, teriam de contar com verbas públicas que não estão disponíveis e obter votos no Congresso em plena campanha eleitoral, período que costuma esvaziar os plenários. Algumas delas não passam de formalidades diplomáticas.

Os projetos de lei mais polêmicos, que dependem de um apoio que lhes tem faltado, são a autorização da união civil entre homossexuais, da ex-deputada Marta Suplicy (PT-SP), e a descriminalização da cirurgia de mudança de sexo, do ex-deputado José Coimbra (PTB-SP). As duas propostas tramitam na Câmara desde 1995.

Pelo menos um dos projetos depende de um apoio ainda maior -três quintos dos votos do Congresso. É o caso da proibição da discriminação por orientação sexual, que será proposta por meio de emenda constitucional.

Parte do relatório levado a Durban é simplesmente inócua. Exemplo: o governo propõe desempatar licitações em favor de empresas que contratem negros, homossexuais e mulheres. Essa modificação na Lei de Licitações não deve passar de uma demonstração de boas intenções: licitações raramente empatam, e as empresas não costumam cobrar informações sobre a orientação sexual ou a raça de seus funcionários, o que, aliás, seria uma medida discriminatória.

#### **Padrões hegemônicos**

A passagem do discurso à prática se mostra difícil em vários outros casos. Com relação aos migrantes internos, o documento sugere o "resgate da auto-estima" de brasileiros vindos de regiões desfavorecidas economicamente -leia-se a discriminação de nordestinos que migraram para o Sul e o Sudeste. A ferramenta recomendada é vaga: "Questionamento de padrões hegemônicos de beleza, sotaque e status".

O documento tem o mérito de reconhecer que várias declarações anteriores não saíram do papel, no trecho em que se compromete a pôr em vigor compromissos assumidos no século passado. As convenções mencionadas foram promulgadas pelo Brasil há mais de três décadas e pedem, desde então, medidas "imediatas", "eficazes" e "positivas".

Do documento de Durban, a proposta de adoção de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras já foi formalmente rejeitada pelo ministro da Educação, Paulo Renato de Souza.

Para o representante do movimento negro na delegação oficial brasileira, Ivanir dos Santos, o governo não está alinhado com suas posições diplomáticas. "Mas agora o movimento tem força internacional para monitorar as ações", afirmou.

Ontem, o senador José Sarney (PMDB-AP) pediu que o Congresso aprove projeto de sua autoria que estabelece uma cota mínima de 20% para negros nas universidades públicas, concursos e contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante Superior. O projeto foi apresentado há dois anos e está na Comissão de Constituição e Justiça.

### **Dinheiro**

Outros compromissos do governo para acabar com o racismo e a discriminação dependem de verbas públicas escassas. Se forem criados, os novos órgãos de proteção dos negros e dos homossexuais devem se alojar no Ministério da Justiça, conhecido pela escassez de verbas. Há duas semanas, o ministro José Gregori reclamou: disse chefiar um ministério que "implora verbas".

Concretamente, o relatório brasileiro propõe um Fundo de Amparo Social para os negros e verbas do Orçamento da União para ações afirmativas para homossexuais.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u27971.shl> acesso: 25/10/2005

### **Anexo 9 - T.09/01 “Determinar quem é negro vira polêmica na lei cotas no Rio”**

**14/11/2001 - 14h31 FERNANDA DA ESCÓSSIA da Folha de S.Paulo, no Rio**

Determinar quem é negro e quem é pardo é a principal dúvida na regulamentação da lei que reserva a esses dois grupos 40% das vagas das universidades públicas estaduais no Rio.

A lei foi sancionada anteontem pelo governador Anthony Garotinho (PSB) e a discussão sobre definição da cor ou raça já está gerando polêmica.

"Minha principal dificuldade é saber o que é negro e pardo no Brasil", afirmou o secretário de Ciência e Tecnologia, Wanderley de Souza, a quem estão subordinadas a Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e a Uenf (Universidade do Norte Fluminense).

Souza disse que criará uma comissão para regulamentar a lei. Para ajudar, chamará especialistas em genética, antropólogos e militantes do movimento negro.

O IBGE, em suas pesquisas, permite que o entrevistado diga sua cor, adequando-a a cinco opções: branca, amarela, indígena, preta ou parda. São pardos, segundo o IBGE, os mestiços \_aí incluídos os que não têm ascendência negra, como os mamelucos, mestiços de brancos e índios.

Souza disse temer que esse critério gere distorções, com pessoas dizendo que são negras só para se beneficiar da cota.

O advogado Hedio Silva Júnior, pesquisador do Centro de Estudos do Trabalho e Relações Raciais e especialista em legislação racial, não aceita o critério genético. Propõe como alternativa a utilização dos dados de cor contidos na ficha de identificação civil \_feita junto com a identidade.

A psicóloga Edna Roland, presidente da organização Fala, Preta!, defende como única possibilidade a autotransclassificação \_o mesmo critério do IBGE.

"Acho absurdo consultar especialistas em biologia ou genética. É autoritário transferir ao Estado o direito de definir minha identidade étnica", afirma Edna, relatora da Conferência contra o Racismo realizada na África do Sul.

Edna disse não temer que a autotransclassificação gere um "enegrecimento" dos vestibulandos \_ "a negrofobia é tão intensa que duvido que isso aconteça".

O presidente da OAB-RJ (Ordem dos Advogados do Brasil), Octavio Gomes, disse ser contra a lei, que considera discriminatória. Ele afirmou que a OAB vai analisar a constitucionalidade da medida e decidir se pedirá que ela seja decretada inconstitucional.

A cota para negros e pardos terá de ser equilibrada com outra lei aprovada no Rio, a que reserva 50% das vagas das universidades estaduais para alunos vindos de escola pública.

Na interpretação de Souza, a solução é a seguinte (tomando um exemplo com cem alunos): verificar, de 50 alunos da escola pública, quantos são negros e pardos. Se, entre esses, houver 30 negros e pardos, a cota de 40% será completada com mais dez alunos vindos da escola privada.

Esse exemplo vincularia a cotas 60% das vagas das universidades estaduais do Rio.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u6933.shtml> - acesso: 04/10/2005

**Anexo 10 - T.10/01 “Projeto de lei sobre cotas tramita no Congresso”  
23/05/2001 - 14h46 da Folha de S.Paulo**

A discussão sobre a adoção de cotas para alunos da rede pública em universidades públicas ganhou fôlego nos últimos dois anos, quando foram apresentados projetos no Congresso Nacional e em algumas Assembléias Legislativas de Estados.

O projeto federal foi apresentado pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e continua em tramitação no Congresso Nacional.

Os grupos que sempre defenderam a idéia passaram a pressionar também as Assembléias para apresentarem projetos nesse sentido.

No Rio, por exemplo, a Assembléia Legislativa aprovou neste ano o projeto de lei que reserva 50% das vagas para alunos da rede pública.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Norte Fluminense terão que adaptar o vestibular à lei. As medidas podem valer já para o concurso deste ano.

O Ministério da Educação não se posicionou oficialmente com relação a decisão da Alerj. Mas o ministro Paulo Renato Souza sempre defendeu que o projeto no Congresso é inconstitucional. Ele argumenta que é o sistema de ensino público que tem que ser capaz de dar condições para todos concorrerem em igualdade a uma vaga nas universidades.

<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/ult305u4278.shtml> - acesso: 04/10/2005

**Anexo 11 - T.01/02 “Cota para minorias não resolve desigualdade, diz especialista” 24/01/2002 - 09h07 da Folha de S.Paulo**

Especialistas em desigualdade social são unânimes em afirmar que certas "fórmulas milagrosas" -como a definição de cotas de participação das minorias em universidades e empresas- são só ações paliativas para reduzir o abismo econômico entre as raças.

Isso não resolve o problema, principalmente se a ação não for seguida de políticas sociais que ampliem o acesso de negros ao mercado de trabalho, dizem eles.

Alguns países, como EUA e Malásia, determinaram cotas de participação de até 100% em faculdades públicas. Com isso, as escolas seriam obrigadas a reservar um certo número de vagas para serem preenchidas apenas por negros. O mesmo ocorreu em companhias de grande porte. Algumas determinaram que, em futuras contratações, uma parcela de vagas deveria ser destinada para negros.

"A questão é saber se essa ação é algo eficaz ou não", diz Sergei Soares, pesquisador do Ipea. "Isso pode funcionar se a ação for seguida de políticas públicas de apoio às minorias", diz.

"Somos a favor dessas cotas. É uma atitude drástica, mas elas funcionaram em todos os países em que foram utilizadas", afirma Oded Grajew, diretor do Instituto Ethos.  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u40290.shl> - acesso: 04/10/2005

### **Anexo 12 - T.02/02 “Projeto de cotas para negros segue agora para a Câmara” 18/04/2002 - 12h15 da Folha de S.Paulo**

O Senado aprovou ontem projeto de lei que reserva 20% das vagas de concursos públicos e vestibulares de universidades privadas e públicas, além de contratos de crédito educativo do Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior), para afro-descendentes, por um prazo de 50 anos. O projeto segue para a Câmara.

De acordo com o projeto, as pessoas deverão se declarar negras ou pardas no ato da inscrição para serem incluídas na cota, já que não há documento oficial que indique a cor da pessoa.

O relator do projeto, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), disse que pretende regulamentar posteriormente o critério para definir a questão. A sugestão dele é que o país passe a ter documentos que atestem a etnia da pessoa e que seja obrigatório o registro da cor na certidão de nascimento.

Na avaliação do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a introdução das cotas não é a melhor solução.

Segundo ele, é mais coerente criar cursinhos para alunos carentes, para que possam disputar vagas em igualdade.  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u8893.shtml> -  
acesso:25/10/2005

### **Anexo 13 - T.03/02 “Cota para negros em universidades gera polêmica na Bienal do Livro” 01/05/2002 - 21h30 CARLA NASCIMENTO da Folha Online**

A discussão sobre a política de cotas nas universidades para negros, realizado hoje na arena de debates montada no estande das editoras universitárias, transpôs para a Bienal do Livro um tema que tem gerado muita polêmica: esta política acirra o preconceito contra os negros ou ajuda a reparar uma dívida da sociedade brasileira com relação a esta população?

Assim como em diversos fóruns de discussão que têm se formado para discutir a questão - desde que instituições como as universidades estaduais do Rio de Janeiro, alguns órgãos do Governo Federal e prefeituras adotaram o sistema -, as opiniões estiveram divididas entre os palestrantes e o público que participou do debate.

Para a professora Yvonne Maggie, diretora da editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora do livro "Raça como Retórica", a principal preocupação em se adotar o sistema de cotas está no fato de se "ênfatizar a

desigualdade no lugar da igualdade". Para Maggie, deve-se pensar duas vezes antes de aprovar este tipo de política.

"Esta é a primeira vez na história que o Brasil estabelece uma política onde se coloca claramente uma divisão entre negros, brancos e pardos. Não sabemos onde o efeito das cotas nos levará", disse a professora que chegou a citar a construção do nazismo em sua explanação.

Maggie também falou de sua preocupação com a "marca que o sistema de cotas oferecerá aos estudantes negros" e disse que o Brasil não deve tomar como exemplo os sistemas adotados nos EUA e na África do Sul.

A professora apontou como ideal que o número de vagas fosse ampliado, contemplando a negros e não negros, e que o país adotasse políticas públicas que não fossem racilmente neutras, ou seja, que também levassem em conta o problema racial.

Na outra ponta da discussão se posicionou o professor Marco Frenetti. Para ele, o sistema de cotas não é a solução ideal, mas é a única forma de atacar o problema no Brasil.

Frenetti alertou para o fato de o sistema não ter resolvido o problema nos EUA, mas disse que, em decorrência, foi formada uma classe média que traz benefícios para a população negra de uma forma geral.

O professor disse não acreditar que uma solução espontânea, sem a imposição de leis, seja possível e que a população negra no Brasil já vem esperando por muito tempo por políticas públicas que a levem em consideração.

Entre os benefícios apontados pelos palestrantes para adoção do sistema, Maggie disse que a "vantagem foi trazer o tema para discussão". Para Frenetti é a "visibilidade" que o negro passará a ter na sociedade.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u23524.shl> - acesso: 03/10/2005

**Anexo 14 - T.04/02 “Na educação, presidenciaíveis têm proposta contrária à política de FHC” 31/08/2002 - 09h40 ANTÔNIO GOIS da Folha de S.Paulo, no Rio**

O futuro do ensino superior opõe as propostas dos quatro principais candidatos a presidente e o atual governo.

Todos eles prometem aumentar o número de matrículas sem cobrar mensalidades em universidades públicas. As projeções de aumento significativo de vagas no ensino superior sem cobrar mensalidade vão na direção contrária à apontada pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Em entrevista à **Folha** no ano passado, no período de greve das universidades federais, o ministro previu o esgotamento em "cinco ou seis anos" do modelo de

financiamento do ensino superior público atual, que não prevê a cobrança de mensalidade.

Além disso, o eleitor já pode anotar também: o futuro presidente prometeu dar mais recursos federais para aumentar as vagas na educação infantil, no ensino médio e no ensino superior.

As promessas são pontos comuns nas propostas de todos os principais candidatos. O desafio para todos também é comum: de onde tirar recursos para realizar todas as promessas.

Para cumprir metas ousadas como a universalização da pré-escola (Lula, do PT), a ampliação em 50% do número de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio (José Serra, do PSDB), a duplicação das matrículas no ensino médio (Anthony Garotinho, do PSB) ou a criação de 260 mil novas vagas no ensino superior (Ciro Gomes, da Frente Trabalhista), os candidatos contam com a retomada do crescimento econômico em patamares superiores aos atuais e com a otimização dos gastos.

Os candidatos também concordam ao prometer universalizar (ou chegar bem perto disso) o acesso das crianças de 4 a 6 anos à pré-escola. Para isso, falam na ampliação do Fundef (fundo criado em 1997 e que garantiu recursos ao ensino fundamental) para a educação infantil.

Outro ponto em comum entre todos é a substituição do vestibular por um modelo que leve em conta o desempenho do estudante durante todo o ensino médio. Carlos Maldonado (assessor de Ciro para a educação), Rose Neubauer (Serra) e Wanderley de Souza (Garotinho) citam o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) como possível instrumento que pode ser utilizado para essa finalidade.

Newton Lima (Lula) afirma que o PT também é contrário, a princípio, ao vestibular tradicional, mas propõe uma mudança gradual no sistema. "A progressão para um novo modelo deve ser feita de forma planejada e acompanhada da melhoria da qualidade do ensino médio. O fim intempestivo do atual sistema poderia causar uma ainda maior elitização do ensino superior", afirma.

Nesse ponto, a dificuldade que os candidatos enfrentarão será convencer as universidades públicas a aderirem ao novo modelo. As instituições gozam de autonomia didática garantida pela Constituição.

Apesar de a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), aprovada em 1996, ter flexibilizado a forma de acesso ao ensino superior, poucas universidades públicas adotaram o Enem ou substituíram o modelo de um vestibular com prova única.

Quanto às divergências entre os candidatos, um dos principais pontos é com relação às cotas nas universidades públicas. O programa de Lula defende as cotas para negros, enquanto o de Garotinho fala de reserva de vagas nas novas vagas criadas.

"Fomos pioneiros na implementação de reserva de 50% das vagas para alunos provenientes da escola pública no Rio. Nosso projeto prevê a sua aplicação para as novas vagas a serem criadas no ensino superior público", afirma Wanderley de Souza, assessor de Garotinho.

No caso de Serra e de Ciro, há mais cautela ou resistência quanto à adoção do sistema. "A questão das cotas deverá ser ainda objeto de discussão com a sociedade, pois parece não existir consenso a este respeito", afirma Rose Neubauer, assessora de Serra.

Carlos Maldonado, assessor de Ciro, afirma que a discussão sobre as cotas é polêmica até mesmo dentro da frente de partidos que apóiam o candidato.

"O programa de educação de Ciro ainda não está finalizado. Num primeiro momento, fomos contrários às cotas, mas essa é uma discussão que será feita internamente e com a sociedade."

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u36970.shtml> - acesso: 03/10/2005

**Anexo 15 - T.05/02 "Governo financiará bolsas de estudo para índios, negros e pobres" 28/08/2002 - 03h55 da Folha de S.Paulo, em Brasília**

O governo editou ontem uma MP (Medida Provisória) no "Diário Oficial" da União criando o programa Diversidade na Universidade, que transferirá recursos financeiros da União para entidades que atuem na área de educação, como escolas e universidades, e implementem cursos pré-vestibulares ou dêem bolsas de estudo para pobres, negros e índios.

O Ministério da Educação obteve verba de US\$ 10 milhões para custear o programa por meio de empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O programa foi a forma encontrada pelo MEC para desenvolver políticas de inserção social e estratégias de promoção ao ensino superior para grupos socialmente desfavorecidos, afrodescendentes e indígenas sem ter de implementar cotas para negros.

O ministro Paulo Renato Souza (Educação) é contra as cotas. Ele escreveu, em artigo na Folha, em 2001, que espera que o Brasil não precise chegar à instituição de cotas raciais na universidade e que acredita na capacidade de desempenho do estudante brasileiro de qualquer origem social ou racial, quando estimulado e apoiado.

O ministro afirmou que, se isso não for suficiente, ele será o primeiro a defender as cotas, porém ressaltou que não há por que imaginar que alunos pobres, negros ou pardos não entrem na universidade por seus próprios méritos.

O MEC considera que a adoção das cotas não é ideal, pois criaria novas desigualdades. Para o órgão, ao ampliar os cursinhos para a população carente, os negros não deixariam de ser atendidos.

Para Ivair dos Santos, assessor da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e ligado ao movimento negro, a medida é tão afirmativa quanto as cotas e significa um avanço. Santos disse que é importante ver Paulo Renato implementar um mecanismo de afirmação -como são chamadas as políticas compensatórias para reduzir as desigualdades raciais e sociais. Mas ele ainda insiste na necessidade de fixar cotas.

A MP autoriza a concessão de bolsas e de prêmios, em dinheiro, aos alunos das entidades que promoverem os cursinhos. Poderão participar entidades de direito público ou privado, sem fins lucrativos. A transferência para entidades privadas será feita por meio de convênio ou outro instrumento autorizado por lei. Os critérios e as condições para a manutenção de bolsas e prêmios serão estabelecidos por decretos.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u10422.shtml> - acesso: 04/10/2005

**Anexo 16 - T.06/02 “Cota para negro em universidades volta polêmica e indefinida” 03/11/2002 - 04h57 ANTÔNIO GOIS - SÉRGIO DURAN - IURI DANTAS da Folha de S.Paulo**

Dificuldades de ordem técnica e política estão no caminho do futuro ministro da Educação do governo Lula para implantar uma das medidas mais polêmicas do programa petista -o estabelecimento de cotas para negros e egressos de escolas públicas nas universidades.

O ocupante da pasta terá de se equilibrar entre as cobranças do movimento negro do partido e a oposição de reitores à adoção da medida, manifestada em repetidas ocasiões. "O PT sempre se posicionou à favor da questão, por isso temos muita esperança de avançar", diz Clóvis Carvalho, 31, do movimento petista Voz da Resistência, de São Paulo.

Além disso, o novo ministro terá de buscar uma forma para estabelecer as cotas e até mesmo para definir quem é ou não é negro.

A política de cotas consiste em garantir parte das vagas disponíveis nas universidades para negros e egressos de escolas públicas, mesmo que esses não estejam entre os melhores colocados.

Os opositores à idéia, entre os quais o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, alegam que a medida é drástica e em parte racista, por supor a incapacidade de negros e egressos da escola pública de passar no vestibular. Para eles, as cotas também não promoveriam a melhora do ensino público e poderiam comprometer a qualidade do ensino superior.

Há um ano, o governo brasileiro assumiu o compromisso de estabelecer cotas para negros, na conferência sobre racismo realizada em Durban, África do Sul.

O compromisso, porém, não mudou a política. Segundo Maria Helena de Castro, secretária-executiva do MEC, isso depende das universidades, que têm autonomia, segundo a Constituição.

Maria Helena defende manter o exame de acesso sem alteração. "As instituições de ensino superior são eminentemente meritocráticas, até pela natureza jurídico-legal. O mérito acadêmico é importante no processo de seleção para determinadas áreas", afirma. Recentemente, a Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) evitou tomar posição sobre o tema. Há 15 dias, os 42 reitores que integram a associação se reuniram para debater as cotas e descobriram, segundo Gustavo Balduino, secretário-executivo da entidade, "que a questão era mais complexa".

"Ao participar [do debate], vamos levar as questões de gênero, dos pobres, de egressos de escola pública, de índios, as diferenças regionais. Queremos democratizar o acesso para diversos segmentos da sociedade", disse. Para que o PT aplique a política de cotas, há dois caminhos: discutir com as instituições universitárias ou enviar ao Congresso um projeto de lei que as obrigue a adotá-la. O Senado já aprovou um projeto que prevê as cotas.

Segundo Newton Lima Neto, 49, prefeito de São Carlos (interior de São Paulo) e coordenador do programa de governo do PT na área da educação, haverá uma mistura dos dois caminhos. Conforme debates com a sociedade organizada demonstrarem um mínimo de consenso, a matéria será encaminhada ao Congresso.

Até ser implementado, o sistema de cotas terá de vencer uma de suas maiores dificuldades: estabelecer quem é negro. De acordo com o IBGE, os brasileiros que declaram ter cor negra representam 5,6% da população.

Parte do movimento negro, no entanto, considera os que se declaram da cor parda, de acordo com a classificação do IBGE, também negros. Os pardos representam 40,4% da população. Negros e pardos, juntos, somam 46%.

"A prática das cotas forçará um refinamento dessa seleção", afirma o educador Mário Sérgio Cortella, ex-secretário da Educação da cidade de São Paulo na primeira gestão petista (Luiza Erundina, 1989-92) e colaborador do programa de governo de Lula. Cortella diz ainda ter aceitado a idéia recentemente. "Tenho clareza da sua necessidade, mas não tenho dúvida de que não é o suficiente."

Para ter uma idéia de quão longe o país está de ter uma representação equilibrada da população nas universidades, o dado oficial que chega mais próximo disso é o do questionário socioeconômico do provão, que avaliou, em 2001, os formandos de 20 cursos.

Segundo o provão, apenas 2,6% dos formandos eram negros e 15,9%, pardos. Essa porcentagem varia conforme o curso.

Em Odontologia, os negros são apenas 0,6% e os pardos, 8,2%. Em cursos menos concorridos, a porcentagem aumenta, mas ainda fica distante da proporção da população. Em matemática, por exemplo, os negros são 4,4% e os pardos, 25,2%.

Segundo o coordenador do programa petista, os critérios para definir quem é negro serão definidos através do debate. "O que queremos é levantar a discussão." <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u11272.shtml>-  
acesso: 04/10/2005

### **Anexo 17 - T.07 "EUA vão reexaminar processo de admissão em universidades" 03/12/2002 - 05h03 da Folha de S.Paulo**

A Suprema Corte dos EUA anunciou ontem que determinará se as universidades públicas poderão continuar a levar em conta a raça dos estudantes ao analisar os pedidos de admissão. O tema é delicado e tem repercussão nacional, afetando a educação superior e as políticas de ação afirmativa -que favorecem as minorias.

A mais elevada instância da Justiça americana concordou em reexaminar casos que envolvem a faculdade de direito da Universidade de Michigan e seu sistema de admissão de alunos. Esses casos têm um valor político muito elevado e foram estudados pela última vez há 24 anos, quando uma decisão histórica foi tomada.

Negros e representantes de outras minorias étnicas defendem a ação afirmativa e argumentam que se trata de um modo de diminuir o fosso existente entre os brancos e as outras raças e de diversificar o corpo estudantil.

Os críticos da ação afirmativa sustentam que ela é uma forma inconstitucional de "discriminação ao contrário".

Em 1978, numa decisão histórica, uma Suprema Corte bastante dividida determinou que cotas raciais não poderiam ser aplicadas aos processos de seleção de estudantes, mas permitiu que a raça dos candidatos fosse levada em consideração pelas universidades.

Desta vez, os juízes decidirão se questões raciais ainda podem ser utilizadas pelas universidades ou se elas violam as garantias de igualdade previstas tanto na Constituição dos EUA quanto nas leis federais sobre os direitos civis.

As universidades afirmam que a diversidade cultural entre os estudantes contribui para elevar o nível educacional e que o número de estudantes pertencentes a minorias étnicas cairá se a lei for alterada. Segundo os advogados da Universidade de Michigan, a raça dos candidatos é apenas um dos fatores levados em consideração durante o processo de seleção.

Em casos similares recentes, a Suprema Corte, que é dominada pelos conservadores, decidiu restringir o uso de verbas públicas em programas que favorecem as minorias étnicas.

Os nove juízes da Suprema Corte estudarão os casos nos próximos meses e só deverão anunciar uma decisão em junho do ano que vem.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u48590.shtml>

- acesso:

25/10/2005

**Anexo 18 - T.01/03 “Powell e Bush discordam sobre cotas raciais em universidades” 19/01/2003 - 18h16** da France Presse, em Washington

O secretário de Estado Colin Powell discordou este domingo da decisão do presidente George W. Bush de se opor ao sistema de admissão universitária que leva em consideração a raça dos candidatos para garantir uma presença racial eqüitativa nos cursos.

"Acredito com convicção na ação afirmativa", disse Powell a rede CBS de televisão.

Os comentários de Powell certamente irritarão os conservadores da administração Bush, que pressionaram o presidente a solicitar à Suprema Corte de Justiça que decida a favor dos estudantes que protestaram contra este sistema de admissão na Universidade de Michigan.

Powell, um liberal que é o primeiro secretário de Estado negro da história norte-americana, disse que acredita que Bush é favorável à diversidade e eqüidade entre as raças.

Powell destacou ainda a necessidade de continuidade deste sistema de admissão, chamado de "ação afirmativa".

"Gostaria que fosse possível ser racialmente neutro em tudo neste país, mas temo que ainda não somos racialmente neutros", declarou mais tarde à CNN.

"Acredito que a raça deve ser um fator entre muitos outros para determinar a composição do corpo de estudantes nas universidades", afirmou.

Ao adotar uma posição contra as normas favoráveis às minorias na Universidade de Chicago, que são objeto de uma ação na Suprema Corte, o presidente George W. Bush relançou o debate nacional sobre estas políticas instauradas na década de 60.

"Apóio firmemente a diversidade étnica, especialmente no ensino superior. Porém, os métodos utilizados pela Universidade de Michigan para alcançar este importante objetivo estão fundamentalmente desviados", afirmou o presidente durante um discurso lido na Casa Branca.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u50550.shtml>

- acesso:

04/10/2005

**Anexo 19 - T.02/03 “Justiça concede nova liminar contra reserva de vagas na Uerj” 21/02/2003 - 00h22 LÍVIA MARRA Folha Online**

A Justiça concedeu nesta quinta-feira nova liminar contra o sistema de reserva de vagas para negros e alunos da rede pública na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). É a terceira liminar em três dias.

A juíza Márcia Santos Capanema de Souza, da 5ª Vara de Fazenda Pública, determinou que a universidade matricule o candidato Alexandre Luiz Moraes do Rego Monteiro no curso de direito.

Sua nota final no vestibular foi 82,5. O candidato reclama que não se classificou por causa do sistema de reserva de vagas.

Em sua decisão, a juíza afirma que a lei que estabeleceu o sistema de cotas para o preenchimento de vagas nas universidades estaduais com negros e pardos viola os princípios da isonomia e da razoabilidade e a Constituição Federal, segundo o TJ (Tribunal de Justiça) do Estado.

"Não deve ser esquecido que a administração deve dispensar igual tratamento aos que se encontrem em idêntica situação jurídica, vedando-se que sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros e prejudicados alguns para favorecimento de outros", diz a juíza.

Os outros dois beneficiados por decisões da Justiça são um candidato ao curso de direito e outro ao curso de medicina.

As duas liminares foram concedidas pelo juiz Renato Rocha Braga, da 3ª Vara da Fazenda Pública.

**Outro lado**

Em nota divulgada nesta quarta-feira, a Uerj afirma que "não é a autora da legislação sobre as cotas, porém é obrigada a implementá-las".

"A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) reconhece o direito de qualquer cidadão ou instituição da sociedade civil organizada de recorrer à Justiça, bem como é legítimo que a universidade apresente sua defesa dentro dos prazos legais estabelecidos - e assim o fará", diz a Uerj.

A universidade afirma ainda que os questionamentos jurídicos sobre a aplicação das cotas no vestibular "já poderiam ter ocorrido no momento da criação da reserva de vagas, em 2001, e posteriormente, durante sua regulamentação".

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u12556.shtml> -

acesso:04/10/2005

**Anexo 20 - T.03/03 Verbete: Ação Afirmativa, reação polêmica – 27/05/2003 – 03h24** ANTÔNIO GOIS da Folha de S.Paulo, no Rio

A adoção, neste ano, do sistema de cotas na Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) para negros, pardos e alunos da rede pública intensificou no Brasil a polêmica sobre o que se convencionou chamar de ações afirmativas. Reservar vagas para determinadas minorias em universidades ou no mercado de trabalho é apenas uma das maneiras —talvez a mais polêmica— de colocar em prática esse tipo de ação.

Em geral, o que se pretende com as ações afirmativas é reconhecer que a igualdade de oportunidade entre os cidadãos —base de quase todas as democracias modernas— não é alcançada na prática se o Estado e a sociedade não passarem a tratar de forma diferenciada, pelo menos temporariamente, aqueles que se encontram nos estratos menos favorecidos da população.

O debate sobre as ações afirmativas —e a polêmica que sempre acompanha o assunto— não é privilégio brasileiro. Estados Unidos, Malásia, Noruega, Dinamarca, Irlanda, Itália e Argentina, entre outros países, vêm adotando, nos últimos 30 anos, políticas públicas com o objetivo de diminuir as desigualdades de gênero ou entre grupos étnicos.

São exemplos de ações afirmativas leis que exigem um mínimo de mulheres como candidatas a cargos públicos, cotas para deficientes físicos em empresas com mais de cem trabalhadores e cursos de preparação para concursos voltados apenas para a população negra ou de baixa renda.

Essas ações já existem no Brasil. Nenhuma delas, no entanto, causou tanta polêmica quanto as cotas na Uerj. A reserva de vagas para negros, pardos e alunos da rede pública no vestibular da universidade provocou uma onda de ações na Justiça que já chegou ao Supremo Tribunal Federal.

Parte da polêmica, no caso da cota racial, é explicada pela dificuldade em se definir quem é negro ou pardo. Como não há critério científico para definir cor ou raça, a Uerj optou pelo critério de autodeclaração, o mesmo recomendado pela ONU. O problema é que esse critério não impede a fraude, já que é o próprio candidato que afirma se tem ou não direito à cota.

A legalidade desse sistema —que o governo federal estuda implementar nas universidades federais— será julgada, em julho, pelo STF, que terá de decidir qual é o significado da igualdade citada na Constituição brasileira.

De um lado, há quem interprete que o princípio da isonomia impede que alguns grupos, mesmo que desfavorecidos, sejam privilegiados. De outro, há o argumento de que, para garantir essa igualdade, é preciso tratar de forma desigual os que são socialmente desiguais, legitimando, assim, políticas como as cotas. Em São Paulo, há dois projetos, de autoria de dois deputados de partidos diferentes, tramitando na Assembléia: um contra (PTB) e outro a favor (PT) da implantação do sistema de cotas nas universidades paulistas (USP, Unesp e Unicamp).

Nos Estados Unidos —modelo mais citado nas discussões no Brasil— as políticas de ações afirmativas já existem há mais de 30 anos, mas ainda não pararam de gerar polêmica. Em 1978, uma decisão daquele país julgou (por 5 votos a 4) que o sistema de cotas praticado então pela Universidade da Califórnia era ilegal.

A decisão, no entanto, foi dúbia e deu brechas para que as universidades continuassem adotando políticas de ações afirmativas. Hoje, apesar de não haver cotas predeterminadas, estudantes negros, hispânicos ou de outras minorias podem ter, em algumas universidades, pontos a mais no processo seletivo apenas pelo fato de serem dessas minorias.

Apesar de já ser prática na maioria das universidades mais concorridas dos Estados Unidos, esse sistema voltou a ser contestado na Suprema Corte em uma ação envolvendo a Universidade de Michigan. O julgamento está previsto para o mês que vem e pode obrigar todas as universidades do país a rever seus critérios de admissão de minorias.

O julgamento reacendeu a polêmica sobre as ações afirmativas na sociedade americana. O presidente George W. Bush, por exemplo, se declarou contrário ao sistema adotado pela Universidade de Michigan. Já o secretário de Estado dos EUA, Colin Powell, primeiro negro a ocupar o cargo, discordou de Bush e defendeu a universidade.

No Brasil, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar do mundo, a aceitação de políticas de ações afirmativas por parte da sociedade é um reconhecimento de que há uma dívida social a ser paga. No caso brasileiro, essa dívida é evidente nas estatísticas oficiais. Por mais que o país tenha melhorado seus indicadores sociais, a desigualdade entre raças não diminuiu. Segundo o Censo 2000, a média de anos de estudo entre os negros passou de 3,4 em 1991 para 4,6 em 2000. Como os brancos também progrediram (de 5,6 para 6,6), a distância entre os dois grupos permaneceu quase inalterada.

Na educação, um estudo divulgado neste ano por pesquisadores da PUC do Rio mostra o quanto é difícil diminuir a desigualdade. A partir de dados do Saeb (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), a pesquisa mostrou que os estudantes negros tinham, em média, um desempenho inferior em 9,3 pontos em relação aos brancos, mesmo quando comparados alunos da mesma classe social que estudam na mesma escola.

Para os pesquisadores, o resultado sugere que possa haver racismo na sala de aula quando o professor dá mais atenção ao aluno branco do que ao negro. Outro fator que explica essa diferença é a herança entre gerações: os pais e avós de negros têm, em média, nível de escolaridade menor do que os parentes dos brancos. Como a escolaridade dos pais e avós influi no rendimento do aluno, essa herança acaba pesando contra o aluno negro, mesmo que eles estudem nas mesmas condições.

Em outras palavras, o que os defensores das ações afirmativas argumentam é que a universalização do ensino não é capaz de reduzir, sozinha, desigualdades construídas ao longo de séculos.

Como afirmou o historiador Luiz Felipe de Alencastro, ao comentar o fato de apenas 1,3% dos estudantes da USP serem negros, "o que não dá mais é continuar no Brasil com a política grotesca do deixar como está para ver como é que fica".

**Antônio Gois**, 28, é jornalista especializado em educação. Apesar de ter um bisavô negro, acredita que nenhuma universidade o aceitaria pelo critério de cotas.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult106u434.shtml> - acesso: 03/10/2005

### **Anexo 21 - T.04/03 Veja as propostas do governo e o que pensam os especialistas - 10/07/2003 - 13h01 Publicidade da Folha de S.Paulo**

#### **Especialistas consultados**

- Dulce Andreatta Whitaker, 68, especializada em sociologia da educação, pesquisadora do CNPq e professora aposentada da pós-graduação da Unesp (Universidade Estadual Paulista);
- Eunice Ribeiro Durham, ex-secretária de Educação Superior do MEC e pesquisadora do Nupes (Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior) da USP (Universidade de São Paulo);
- Fernando José de Almeida, 59, ex-secretário municipal de Educação de São Paulo e professor da pós-graduação em educação da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo);
- Mario Sergio Cortella, 49, colunista a **Folha**, doutor em educação e professor da pós-graduação em educação (currículo) da PUC-SP
- Nelio Bizzo, 43, vice-presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

#### **PAS (Programa de Avaliação Continuada)**

O ministro pode estender para todo o país o PAS, sistema que já é usado na UnB desde 96 em substituição ao vestibular. Ele é diferente do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que realiza uma única prova no final do ensino médio. Na avaliação seriada, os estudantes fazem uma prova no fim de cada ano do ensino médio, somando o resultado das três quando concluem o curso. Há benefício na mudança desse modelo de avaliação?

- Cortella: Afirma o processo seletivo --o vestibular-- e o sistema de avaliação do ensino médio --o Enem ou o PAS-- devem ter uma clara distinção entre eles, pois os objetivos são diferentes. Para ele, o sistema de avaliação continuada é uma proposta mais adequada, pois oferece uma visão mais completa sobre o

desenvolvimento estudantil no ensino médio. O sistema pode ser usado como parte do vestibular.

- Whitaker: Afirma que o projeto é interessante desde que se abolisse o vestibular. Segundo ela, as provas do PAS somente associariam períodos estresse aos alunos. Atualmente, existem dois períodos agressivos para o estudante: o Enem e o Vestibular. Ela diz, que para esse período de vida do jovem, os exames deveriam ser substituídos por mecanismos de avaliação do desenvolvimento de capacidade e de habilidades.

## **Cotas**

Cristovam afirmou que as cotas para negros nas universidades não resolvem a desigualdade social no país. Pessoalmente se diz favorável à implementação do sistema. Mas, como ministro, quer esperar os resultados das experiências atuais e as conseqüências perante a opinião pública. Qual a sua opinião sobre o sistema de cotas?

- Durham: Acredita que o sistema de cotas é errada. As ações, segundo ela, devem começar antes do ingresso nas universidades, como a criação de cursos pré-vestibulares gratuitos. O atual sistema permite a entrada de pessoas com deficiências de formação, o que pode acarretar na reprovação em massa desses estudantes, na perda de qualidade dos cursos e, até mesmo, o mercado considerar que o aluno é menos capaz.

- Cortella: "As cotas são um primeiro passo significativo para tornar visível o tema da discriminação social. Elas criam também a possibilidade de os afrodescendentes assumirem uma representatividade maior nas camadas gestoras da sociedade. (...) Quando se usa o argumento de que o negro deve enfrentar o vestibular e ingressar na universidade por uma questão de mérito, é desconhecer as condições anteriores a essa entrada no ensino superior."

## **PAE (Programa de Assistência Estudantil)**

O governo federal quer conceder 30 mil bolsas integrais para estudantes de nível superior que estejam envolvidos em programas sociais de alfabetização de jovens e de adultos. Esse contrato social é uma solução adequada para o financiamento estudantil?

- Almeida: "É uma das soluções para o financiamento estudantil e, uma das soluções para o enfrentamento do analfabetismo. Mas não resolve nenhum dos dois." Segundo ele, devem ser feitas essas experiências para serem encontradas as respostas adequadas para os problemas. E adverte: "Se for concedida uma bolsa e os estudantes não tiverem uma boa educação, eles também serão mal alfabetizados. É um problema atrás do outro."

- Cortella: "O projeto é essencial para um país como o nosso, onde é preciso ter um retorno para o conjunto da sociedade do que é apropriado particularmente. Ou seja, todo o cidadão que se beneficia de recurso público deve devolvê-lo para a sociedade de algum modo", afirma Cortella. Assim, o estudante que recebe financiamento público pode retornar esse benefício envolvendo-se em programas de alfabetização.

## **Fies (Financiamento Estudantil)**

O concurso para as bolsas do Fies possui novas regras. Tem pontos a mais na seleção os alunos matriculados em cursos de licenciatura em matemática, física, química, biologia, ciências, história, letras e educação física. Também são valorizados os estudantes vindos de escolas públicas e outros que já trabalham como professores de escolas de educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio --esses critérios são para desempate. Qual deve ser a função do financiamento estudantil?

- Bizzo: "Essa inovação é importante, como parte de uma política educacional mais abrangente, que possa integrar a educação básica à superior. Como instrumento de política, o Fies pode incentivar certas carreiras e garantir a formação de profissionais considerados de importância estratégica para o país, como os professores dos quais a educação básica hoje carece", afirma.

- Whitaker: Segundo ela, suas pesquisas apontam que as áreas priorizadas pelo ministério também são os campos que têm maior procura de estudantes de baixa renda. Assim, afirma Whitaker, a proposta tem coerência por beneficiar essa população. Mas, a pesquisadora sustenta que, em vez desse processo, deveriam ser criadas mais vagas na rede pública de ensino e compor uma forma alternativa de ingresso na universidade.

## **Diplomas**

O MEC suspendeu a portaria que autorizava a emissão de diplomas de cursos que não estivessem em dia com o processo de reconhecimento do curso. Pelo menos 600 cursos superiores terão de passar pela ACE (Avaliação das Condições de Ensino) para que os formados possam receberem os seus diplomas no fim deste ano. Essa medida está correta? Por quê?

- Durham: "Os cursos têm que ser reconhecidos, mas é uma situação complicada negar o diploma ao aluno. O que tem que ser feito é o seguinte: dar o certificado aos estudantes que estão se formando e suspender o vestibular enquanto o curso não for reconhecido. Penaliza a instituição e não o aluno. De fato, a sociedade estará dando um diploma à jovens mal formados, porém, nesse caso, isso é um prejuízo social menor."

- Bizzo: "As precariedades da tramitação das questões das instituições privadas no MEC sempre foi alvo de muitas críticas. Mas as falhas eventualmente cometidas pelo MEC não podem ter como solução a simples emissão de diplomas que coloquem médicos, professores, engenheiros, químicos etc. sem formação adequada trabalhando normalmente no mercado."

## **Provão**

O ministro defende mudanças para o provão. Para isso, foi montada uma comissão que deve compor até agosto uma proposta de alterações no sistema de avaliação do ensino superior. O que pode ser mudado no atual sistema de avaliação do ensino superior?

- Cortella: "O sistema vem se constituindo em algo que avalia apenas o estudante que está saindo da universidade, o que não altera formação dele. Eu costumo usar o exemplo: a avaliação deve ser diferente de uma necropsia, que estuda a causa de morte, e similar a uma biópsia, que analisa o organismo ainda vivo." Assim, afirma, para beneficiar quem está entrando e quem já está na universidade, é necessário criar um sistema de avaliação processual.

- Durham: "A melhor forma para dizer que um processo não está bom é mostrar que ele não está dando resultado", afirma Durham. Segundo ela, o provão é o único instrumento homogêneo para a avaliação dos cursos superiores. "A análise da ACE [Avaliação das Condições de Ensino], por exemplo, varia conforme a comissão que visita a instituição de ensino. Ela é uma complementação ao provão, mas não o substitui."

### **Universidade alternativa**

Cristovam disse que a universidade deve ter uma proposta alternativa, ligada por exemplo às necessidades sociais do país. No mês de junho, ele afirmou que será criada um curso de medicina na UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), que terá ênfase em saúde pública. Qual a função social da universidade? Deve haver políticas para a criação de cursos?

- Almeida: O ex-secretário diz que a falta de planejamento da educação gera dois tipos de problemas. O primeiro está relacionado à proliferação de cursos voltados para segmentos de mercado atraentes, o que pode gerar o desemprego de centenas de estudantes formados nesses cursos, pois as vagas esgotam-se. Em seguida, a falta de planejamento estatal não capacita pessoas habilitadas a resolver problemas nacionais, como as questões de saúde pública.

- Bizzo: "A oferta de vagas no ensino superior está concentrada e desordenada, sem sintonia obrigatória com as necessidades sociais, apenas acompanha o chamado 'mercado'." As mudanças, afirma, poderiam traçar diretrizes para contribuir nos desenvolvimentos regionais.

### **Ensino Médio**

Foi apresentada uma proposta de ampliação do ensino médio para quatro anos. O quarto ano seria opcional, e os estudantes poderiam prestar vestibular após concluírem o terceiro. O sr. concorda com essa proposta?

- Whitaker: A pesquisadora afirma que uma grande parcela dos jovens formados no ensino médio atual nem passam no vestibular, nem conseguem entrar no mercado de trabalho. "Ele fica perdido em uma espécie de limbo social. Assim, acrescentar o quarto ano, desde que não seja obrigatório, pode contribuir reparar essa situação, pois não há vagas na universidade para todos e não há vagas no mercado de trabalho também."

- Durham: Atualmente, diz ela, não existe uma estrutura e um pessoal adequado para atender a demanda que seria criada por essa alteração no sistema de

ensino. Segundo ela, o ministério deveria preocupar-se com a qualificar professores e melhorar o sistema que existe hoje. Como políticas alternativas, poderiam ser criados cursos pré-vestibulares gratuitos para negros ou criar cursos de profissionalização.

### **Vestibular**

Cristovam disse que irá sugerir aos reitores que as instituições de ensino superior realizem os vestibulares com apenas duas provas: uma de português e uma de matemática. Essas duas provas seriam suficientes para medir a capacidade de um aluno cursar o ensino superior? E os processos seletivos atuais são eficientes?

- Bizzo: "O vestibular trouxe especialização em diversas instituições, que sabem hoje dizer quais candidatos têm condição de acompanhar os cursos superiores. As duas provas (português e matemática) podem ser indicadores para definir se um grupo de estudantes tem formação média adequada, mas não 'pde dizer se José está apto para o curso de filosofia e Maria está apta para o curso de medicina."

Almeida - "O ensino médio tem hoje um caráter fortemente ligado à entrada na universidade e à formação geral do jovem. Será onde os estudantes começarão a pensar em suas profissões, e se elas estarão ligados à história, à biologia e à arte, entre outras áreas. Eles terão a chance de pensar quimicamente e de aprender a olhar pelo ponto de vista da física. Portanto, é um momento de abrir perspectivas e de não fechar."

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u13221.shtml> - acesso: 05/10/2005

### **Anexo 22 - T.05/03 "Reitor quer política de inclusão sem cotas" 06/12/2003 - 03h42 Publicidade CLÁUDIA COLLUCCI da Folha de S.Paulo**

Reitores das universidades estaduais de São Paulo (USP, Unicamp e Unesp) encaminharam ao governo do Estado um projeto de lei com propostas de políticas de inclusão social e ações afirmativas --conjunto de ações que visam, entre outras coisas, facilitar o acesso às minorias às universidades e ao mercado de trabalho. No texto, não há menção para a reserva de vagas para os negros.

Entre as propostas estão uma série de ações e atividades que visam melhorar a qualidade do ensino médio. Uma delas seria um projeto de reforço educacional para estudantes de baixa renda no último ano do ensino médio, uma espécie de cursinho com objetivo de prepará-lo para o vestibular.

Também constam do projeto propostas de criação de novos cursos noturnos, a unificação dos vestibulares das universidades públicas do Estado, a isenção das taxas do concurso e a criação de um sistema de bolsas de estudo para evitar a evasão escolar dos alunos carentes.

O projeto --ainda passível de mudanças-- foi apresentado pelo reitor da USP, Adolpho José Melfi, durante debate sobre políticas de cotas para minorias nas universidades realizado no auditório da Folha na última quinta-feira.

Também participaram do evento a ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, a professora de psicologia social da PUC Fúlvia Rosemberg, a diretora do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes, Rosana Heringer, e Demétrio Magnoli, pesquisador e editor do jornal "Mundo - Geografia e Política Internacional".

Na avaliação de Melfi, antes de se pensar em adoção de cotas para as minorias, "é preciso fazer um levantamento de todos aspectos sociais e econômicos para que não se faça injustiças com certas ações afirmativas".

O reitor foi vaiado por estudantes que estavam na platéia, que, entre outras coisas, criticaram o valor da taxa (R\$ 83,00) e o conteúdo do vestibular da Fuvest.

"É mais de 1/3 do salário mínimo, um absurdo. Eu mesmo não tive grana para prestar", disse o estudante Fernando Moraes, 19. "Eu pedi dinheiro emprestado para a taxa, mas me arrependi. Fui mal nas provas porque a maioria das questões, especialmente as de exatas, nunca havia aprendido", completou Cristina de Sousa, aluna de escola pública.

Para o deputado federal Sebastião Arcanjo (PT), o projeto dos reitores é antidemocrático porque não foi discutido pelos conselhos universitários. Na opinião de Rosana Heringer, são necessárias medidas imediatas para a inclusão dos afrodescendentes no ensino superior. "Não dá para ficar esperando a concretização de políticas a médio prazo", afirma.

Segundo a pesquisadora, a iniciativa de algumas universidades de fixar reserva de vagas para os negros é uma "conquista que deve ser aperfeiçoada". Heringer considera de fundamental importância que o atual modelo de vestibular seja revisto e defende a criação de políticas que possibilitem a permanência do aluno carente nas universidades públicas.

A professora Fúlvia Rosemberg avalia que os negros enfrentam hoje uma imensa barreira desde a pré-escola, mas persistem na luta para complementar a sua escolaridade. Para ela, isso é herança do passado escravista que impedia o acesso dos negros à escola.

Rosemberg afirma que persiste na academia uma ideologia racista. "Não são mostrados modelos negros de sucesso. Na hierarquia universitária só há brancos", diz.

A professora acredita ser necessário expandir as ações afirmativas para o corpo docente e para o currículo universitário. "É preciso dar um tratamento preferencial aqueles que historicamente foram discriminados para que ultrapassem as barreiras que o sistema vem impondo. Eles precisam ter condições de competição similares às dos brancos", diz.

Já o pesquisador Demétrio Magnoli pediu cautela para que o debate sobre as ações afirmativas não seja simplificado. "São necessárias mudanças estruturais profundas no sistema. Pensar simplesmente em política de cotas é falsear o debate e desviar o foco do que realmente está em jogo."

Engana-se, avalia Magnoli, quem pensa que a proposta de reserva de vagas para o negro é reflexo de uma política de esquerda. "É uma política compensatória de extrema direita que dá a falsa idéia de igualdade de direitos entre os cidadãos", diz, fazendo um paralelo com as políticas de ações afirmativas realizadas nos EUA na década de 60.

O pesquisador acredita que a reserva de cotas surgiu nos EUA como uma forma de apaziguar um movimento político de "desracialização". Ao mesmo tempo em que o Estado americano implantou a política de cotas, diz Magnoli, começou a desmantelar o conjunto de serviços públicos, aumentando a desigualdade social.

"Não é curioso que a direita brasileira apoie o sistema de cotas. O interessante é que a esquerda também o defenda", diz.

A ministra Matilde Ribeiro discordou do pesquisador, defendendo que o governo petista também está atento às necessidades de "mudanças estruturais profundas". Para ela, o Brasil tem uma profunda dívida com a população negra e indígena. "É preciso reconhecer o imenso fosso de desigualdades sociais e o quanto essa mudança é necessária", diz.

Para Ribeiro, "o problema das desigualdades sociais não é apenas dos negros, mas sim um problema de toda a nação brasileira". A ministra diz que a população negra vive altamente excluída e medidas urgentes, como o sistema de cotas, são necessárias. "Do contrário, vamos continuar perpetuando a universidade branca."  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u14501.shtml> - acesso: 04/10/2005

**Anexo 23 - T.01/04 “Ministro da Educação volta a defender cotas e afirma que lei será para todos” 19/08/2004 - 07h24 Publicidade da Folha de S.Paulo, no Rio**

O ministro da Educação, Tarso Genro, disse ontem no Rio que respeita a posição da Faculdade de Medicina da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), mas que todas as universidades públicas terão que adotar o sistema de cotas caso seja aprovado o projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados.

Genro se referia à manifestação da congregação da faculdade --formada por professores, chefes de departamento, alunos e funcionários-- contra a reserva de vagas no curso de medicina, por entender que a qualidade do ensino seria afetada.

"A universidade não está isenta do cumprimento das leis", disse o ministro, para quem "a política de cotas é importante" como fator de "coesão social para uma sociedade radicalmente dividida".

"A política de cotas é de transição. Ela não será necessária daqui a 10, 15 anos, quando tivermos uma educação fundamental e básica de qualidade", disse o ministro, que participou de seminário na Associação Comercial do Rio.

Presente ao seminário, o reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, voltou a dizer que é contra as cotas.

"A política de cotas teve impacto importante em países como os EUA, cuja realidade social, econômica e do sistema de educação é muito diferente da nossa. A cota não resolve porque não vai ao ponto central do nosso problema: apenas 9% dos jovens de 18 a 24 anos estão na universidade, menos de 2% nas públicas. Nos EUA, 60% dos jovens estão na universidade", disse ele, para quem a posição da Faculdade de Medicina é equivocada, pois "não haverá perda da qualidade de ensino".

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u15959.shtml>  
acesso:04/10/2005

#### **Anexo 24 - T.02/04 “Diversidade além das cotas” 28/09/2004 - 02h58 Tatiana Lima free-lance para a Folha de S.Paulo**

Conta Nelson Rodrigues em "O Óbvio Ululante" (Companhia das Letras) que, em 1960, o filósofo francês Jean-Paul Sartre estranhou o público de uma conferência no Brasil: "E os negros? Onde estão os negros?". Após quase 40 anos, em 1998, um executivo negro do BankBoston fez as mesmas perguntas numa filial brasileira. Em resposta, ouviu que eles não trabalhavam ali, porque não tinham as qualificações necessárias —nem sequer concorriam às vagas abertas.

Esse foi o estopim para a criação do projeto Geração XXI, uma das diversas iniciativas de ação afirmativa que, de alguns anos para cá, vêm se espalhando pelo país, com o objetivo de fornecer meios para que jovens negros ou pobres consigam vagas em universidades e condições de assumir posições de destaque na sociedade. São ações dos mais diferentes tipos, desde cursinhos pré-vestibulares comunitários até universidade com foco na questão racial, passando pelas polêmicas cotas e por pontuação extra em vestibulares.

Idealizado pela Fundação BankBoston e administrado pelo Instituto Geledés, o Geração XXI começou no início de 1999, quando 21 estudantes negros de idade entre 13 e 15 anos passaram a estudar em escolas particulares e a receber acompanhamento pedagógico, vale-alimentação de meio salário mínimo, vale-refeição, bolsa mensal e assistência médica e odontológica. Ainda hoje os estudantes continuam assistidos pelo programa —apenas um não entrou na universidade.

Gustavo Martins da Silva, 20, aluno de tecnologia e mídias digitais na PUC-SP, diz que, se não fosse o programa, provavelmente, estaria fazendo um curso

técnico e trabalhando. "Sempre tive vontade de fazer faculdade, mas era algo distante. O projeto foi um caminho mais rápido para alcançar esse desejo", afirma ele, filho de um soldador aposentado e de uma empregada doméstica.

Richele Manuel, 19, cursa jornalismo na Universidade São Marcos. Ela aponta outro mérito do projeto: muitas mães de beneficiados voltaram a estudar. "As oportunidades de ascensão social foram acontecendo." Seu pai é professor de geografia, e sua mãe, enfermeira.

Mas há iniciativas um pouco mais radicais. A Faculdade Zumbi dos Palmares, concebida pela ONG Afrobras, destina 50% das vagas a negros e é centrada na discussão da questão racial. José Vicente, presidente da entidade e reitor da faculdade, diz que faltava uma instituição em que os negros fossem protagonistas. A faculdade, em que quase dois terços (65%) dos 200 alunos são negros, começou suas atividades neste ano, por enquanto apenas com o curso de administração de empresas. "A escolha desse curso pretende criar lideranças empresariais negras ou que tenham em mente a questão racial", diz Vicente.

A quantidade de negros na Zumbi é exceção entre as universidades brasileiras. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE) de 2002, pretos e pardos correspondem a cerca de 45% da população. Os dados do questionário socioeconômico do Exame Nacional de Cursos (Provão), porém, mostram que eram pretos ou pardos 24% dos estudantes dos 26 cursos analisados em 2003.

Uma das estratégias para amenizar essa desigualdade tem sido os cursos pré-vestibulares comunitários. Um dos mais antigos é mantido pela ONG Educafro. Ele começou em 1993, por iniciativa da Pastoral do Negro da Igreja Católica, e tem hoje 250 núcleos, cada um com cerca de 50 alunos (pobres, mas não necessariamente negros), dez professores e seis coordenadores. O cursinho também tem parceria com universidades particulares, como a PUC-RJ, que concedem bolsas aos aprovados.

Bruna Aparecida da Silva Oliveira, 19, frequentou um cursinho comunitário mantido pela FIA (Fundação Instituto de Administração), em São Paulo. Atualmente, faz geociências e educação ambiental na USP. Também passou em engenharia agrícola na Unicamp e agronomia na Unesp. Ela é a primeira pessoa de sua família a ingressar na faculdade —seu pai é motorista desempregado, e sua mãe, empregada doméstica. "Quando tive a chance de me preparar para o vestibular, a agarrei com unhas e dentes."

Mesmo com exemplos bem-sucedidos, os cursinhos comunitários são insuficientes para garantir o acesso de negros e pobres à universidade. David dos Santos, coordenador da Educafro, usa a própria instituição para justificar: nunca conseguiu aprovar um de seus alunos em um curso de medicina numa universidade pública paulista. Sem cotas, acredita ele, o ensino superior permanecerá excludente.

As cotas, todavia, ainda são controversas. Mesmo quem defende ações afirmativas, como Derek Bok, 74, ex-reitor e ex-diretor da Faculdade de Direito de

Harvard e co-autor do livro "O Curso do Rio" (Garamond), em que analisa políticas para acesso à universidade, vê com ressalva esse programa. Para ele, esse mecanismo tende a causar ressentimento e pode resultar na aprovação de alunos mal qualificados. Se isso acontecer, segundo Bok, ou esses alunos abandonarão os cursos ou a faculdade diminuirá o padrão de ensino para que eles se graduem.

Vice-reitora de graduação da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que adotou o sistema de cotas em 2003), Raquel Villardi contesta Bok e não vê sentido num programa no Brasil com base na experiência americana. "Nos Estados Unidos, 80% dos alunos entram na universidade. No Rio, apenas 5% dos que terminam o ensino médio entram em um curso superior público. Ou seja, lá o aluno que não entrou teve oportunidades e não conseguiu. Aqui, era um aluno com boa qualificação, mas que ficou de fora por falta de vagas", diz Raquel.

As universidades estaduais paulistas não adotaram cotas, mas há três projetos na Assembléia Legislativa. Seus autores (os deputados Tiãozinho, Vicente Cândido e Cândido Vacarezza, todos do PT) tentam uni-los e pôr em votação neste ano. O novo projeto destinaria 50% das vagas a alunos de escolas públicas (30% para negros de escolas públicas).

A Unicamp antecipou-se e instituiu um mecanismo que, segundo o coordenador-executivo do vestibular, Leandro Tessler, é mais justo. A partir do próximo exame, 30 pontos extras serão dados a alunos vindos de escolas públicas. Os que também forem negros ganham outros 10 pontos. "As cotas violam o princípio do mérito. Nosso projeto, não. Os pontos só serão dados na nota final e só farão diferença aos que já tiveram um bom desempenho", diz Tessler. Segundo a comissão de vestibulares da universidade, os alunos fazem em média 550 pontos.

Mensurar os resultados de todos esses programas ainda não é possível. Para a pró-reitora de graduação da USP, Sônia Teresinha Sousa Penin, ações afirmativas são parte, mas não toda a solução do problema. "O mais importante é dar a todos as mesmas oportunidades. Para isso é preciso melhorar a escola pública, da pré-escola ao ensino médio."

Segundo o relatório de Desenvolvimento Humano da ONU de 2004, nos países em que essas políticas têm sido eficazmente executadas, as desigualdades entre grupos diminuíram. Mas as desigualdades entre pessoas se mantiveram estáveis ou aumentaram: nos EUA, ações afirmativas fizeram crescer a elite negra, mas não equilibrou os índices econômicos e de desenvolvimento dessa população em relação aos dos brancos. O relatório mostra ainda que ações inicialmente temporárias tornaram-se depois permanentes. Na Índia, a intenção era pôr fim a essas políticas assim que os grupos beneficiados melhorassem suas condições. Mas elas se tornaram autopetruadoras.

Por fim, resta a questão mais difícil: manter nas universidades os alunos beneficiados. Isso demanda políticas como concessão de bolsas e fornecimento de material didático e computadores. Na Uerj, por exemplo, cotistas tendem a

abandonar a universidade por falta de dinheiro, apesar da boa condição acadêmica. "Não dar condições para permanência é mais cruel do que não dar acesso", afirma Raquel Villardi.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u923.shtml>

- acesso:

04/10/2005

**Anexo 25 - T.03/04 “Veto a cotas em universidade do Paraná é suspenso”  
14/12/2004 - 10h30 Publicidade LÉO GERCHMANN da Agência Folha, em  
Porto Alegre**

O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, desembargador federal Vladimir Passos de Freitas, suspendeu na segunda-feira a liminar que impedia a Universidade Federal do Paraná (UFPR) de reservar 20% das vagas oferecidas em seu vestibular para estudantes negros e outros 20% a egressos da escola pública. Com isso, fica permitida a reserva de cotas na universidade.

De acordo com Freitas, a liminar deve ser suspensa por manifesto interesse público. A decisão faz o processo seletivo da universidade prosseguir na forma prevista no edital.

A liminar havia sido concedida pela 7ª Vara Federal de Curitiba no último dia 6, atendendo a pedido do Ministério Público Federal. O órgão, autor da ação civil pública, também havia conseguido a liminar para o processo de seleção de alunos para a escola técnica da universidade.

O juiz federal substituto Mauro Spalding, ao determinar o fim das cotas, entendeu que a reserva afrontava o princípio constitucional da isonomia, além de reforçar práticas sociais discriminatórias.

### **Contestação**

A UFPR contestou a decisão no TRF, por meio de uma suspensão de execução de liminar, argumentando que os candidatos que participam das provas ficariam submetidos a uma profunda insegurança jurídica.

Outra alegação apresentada foi a de que, como não existe legislação sobre o assunto, a universidade teria agido nos limites de sua autonomia.

O presidente do TRF considerou que a instituição, valendo-se da autonomia administrativa estabelecida no artigo 207 da Constituição Federal, "agiu acertadamente ao expedir o edital 01/04-NC, referente ao exame vestibular de seus cursos para 2005".

De acordo com Freitas, a liminar teve como base a ofensa ao princípio da isonomia e o argumento de que a decisão administrativa da UFPR tratava desigualmente negros e brancos.

O argumento do desembargador para suspender a liminar é de que a Constituição "persegue a redução das desigualdades sociais e a igualdade de condições para acesso e permanência na escola".

"Uma das maiores aspirações da sociedade brasileira atualmente é a da igualdade de oportunidade a todos", afirmou ele, que ponderou também não ser tarefa da Justiça definir política de educação superior.

"O ensino público básico é ineficiente e, por isso, os que buscam as universidades públicas e têm sucesso, na maioria dos casos, são egressos de escolas particulares e, conseqüentemente, de classe social mais alta", disse.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u16705.shtml>-

acesso:03/10/2005

#### **Anexo 26 - T.04/04 "Tarso quer cotas também em universidades particulares" – 03/04/2004 -14h11 FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online**

O ministro Tarso Genro afirmou neste sábado (3) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva analisa um projeto feito pelo Ministério da Educação (MEC) que obriga as universidades públicas e privadas a reservarem 20% das vagas a estudantes de baixa renda, principalmente aos negros, ainda neste ano.

A declaração foi dada durante o Fórum Mundial de Educação São Paulo, após protestos e reivindicações de representantes de alunos de universidades públicas (como USP, Unesp, Unicamp e UERJ, entre outras), do MSU (Movimento dos Sem Universidade) e da Educafro (ONG que trabalha com a educação de negros).

Desde que assumiu o ministério, em janeiro, Tarso Genro se mostrou favorável à política de cotas, mas é a primeira vez que anuncia publicamente que a idéia deve se estender às particulares.

"Será uma política obrigatória, mas que respeitará a autonomia de cada universidade", afirmou o ministro, explicando que as instituições deverão estabelecer os próprios critérios, como a forma de seleção.

"A nossa idéia é que seja [entre em vigor] já para o próximo semestre", disse o ministro. "Espero que nos próximos dez dias essa medida esteja assinada."

De acordo com Tarso, o próprio MEC irá fazer a fiscalização das vagas reservadas, mas não especificou como isso será feito.

Durante a conferência, 70 negros entraram acorrentados no auditório no Anhembi para pedir reserva de vagas, a exemplo que fizeram no primeiro dia de aula na USP, no mês passado.

#### **Filantrópicas**

O ministro voltou a dizer que as instituições filantrópicas deverão destinar 20% da receita bruta em vagas. Atualmente, essas escolas têm isenção de impostos federais e, em contrapartida, aplicam 20% da receita bruta em gratuidade. No caso das instituições exclusivamente de ensino, essa gratuidade normalmente é concedida em forma de bolsas (integral ou parcial).

Também há entidades de assistência social que oferecem cursos superiores. Parte delas contabiliza outros tipos de serviço, como atendimento odontológico feito por alunos e assistência jurídica em escritórios das universidades, como contrapartida.

Segundo Tarso Genro, o atual modelo "é impossível de se fiscalizar". A mudança deve entrar em vigor junto com o programa Universidade para Todos, que visa criar de 70 a 80 mil vagas públicas em instituições privadas.

### **Estudantes divergem**

O presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Gustavo Petta, que foi o coordenador da conferência, aprovou a intenção de Tarso Genro sobre a reserva de vagas. "A idéia é boa, mas é preciso manter o foco em aumentar o número de vagas nas instituições públicas."

Já o representante dos alunos das instituições públicas, Maurício Costa, que discursou por cerca de cinco minutos, não ficou entusiasmado com a idéia de cotas. "É um arremedo. É preciso abrir vagas a alunos de baixa renda nas universidades públicas, onde está o ensino de qualidade."

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao> - acesso : 03/10/2005

### **Anexo 27 - T.05/04 "Porcentagem para cotas obrigatórias deverá ser variável" 06/04/2004 - 12h57 Publicidade FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online**

O Ministério da Educação quer que a porcentagem obrigatória destinada à política de cotas nas universidades seja variável, de acordo com as necessidades de cada região.

Quando fez o anúncio, no sábado, o ministro Tarso Genro afirmou que as instituições de ensino superior, privadas ou públicas, serão obrigadas a destinar 20% das vagas a estudantes negros, caso o projeto seja aprovado. Ele não deu mais detalhes sobre o número.

Na segunda-feira (5), a assessoria de imprensa do ministério informou que os 20% serão uma média; a taxa deverá variar entre os Estados.

O projeto foi encaminhado para a análise do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A intenção é que entre em vigor já no segundo semestre deste ano.

De acordo com o ministro, as instituições deverão estabelecer critérios próprios, como a forma de seleção. Como a porcentagem deverá ser variável, não há estimativa de quantas vagas seriam destinadas ao programa.

Se aprovado, o projeto tornará obrigatório medidas tomadas isoladamente por algumas universidades. A UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) foi a primeira instituição de grande porte a destinar vagas a alunos negros e do ensino médio público.

Recentemente, a UnB (Universidade de Brasília) anunciou que também vai destinar 20% das vagas aos estudantes afrodescendentes. O candidato será fotografado no ato da inscrição e seu pedido será analisado por uma comissão, formada por membros de movimentos ligados à questão da igualdade racial e especialistas no tema.

### **Divergências**

O presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, Édson Franco, não gostou do projeto. "É uma quebra de autonomia", afirmou. "Todos estão com vontade de fazer inclusão social, mas quando há imposição não dá certo."

Para Franco, as instituições teriam aumento de gastos. "A maioria desses alunos não vão ter o mesmo conhecimento dos outros. As universidades teriam de gastar mais para tentar nivelar."

O reitor da Unip (Universidade Paulista), João Carlos Di Genio, concorda que haverá aumento nos gastos, mas isso será "insignificante". A Unip é a universidade com o maior número de alunos matriculados no país (cerca de 90 mil).

Di Genio disse ter gostado da proposta. A preocupação dele é como ficaria a forma de avaliação das universidades. "O ministério teria de levar em conta o valor agregado do ensino. Se a escola pega um aluno 'E' e transforma em 'B', tem o mesmo valor de quem pega um 'A' e mantém como 'A.'"

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u15334.shtml>-acesso: 24/10/2005

### **Anexo 28 - T.06/04 “MEC diz que aceita mudança em projetos de reserva de vagas” – 19/05/2004 - 10h57 Publicidade da Folha Online**

O ministro Tarso Genro afirmou na terça-feira (18) que o Ministério da Educação (MEC) aceita discutir alguns pontos do programa Universidade para Todos (Prouni) e o de reservas de vagas nas universidades federais a alunos do ensino médio público.

Sobre o Prouni, Tarso afirmou que só não aceita "negociar a essência do projeto, que é a garantia de vagas nas universidades particulares para quem não tem condições de pagar".

Outro ponto que não estará aberto a mudanças, segundo o ministro, é o número de ingresso: de 70 mil a 80 mil estudantes já no primeiro semestre de execução do projeto e de 350 mil em cinco anos.

Tarso disse que poderá haver alteração no prazo estabelecido para que as entidades filantrópicas comprovem o cumprimento do programa.

De acordo com o projeto, as universidades privadas que aderirem deverão destinar, no mínimo, 10% do total de vagas a alunos sem diploma de curso superior e que tenham renda familiar inferior a um salário mínimo (que deve ficar em R\$ 260). A seleção seria feita por meio dos resultados e perfis socioeconômico do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio)

Em troca, essas instituições ganharão isenção do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social.

Já as filantrópicas serão obrigadas a destinar 20% das vagas aos alunos de baixa renda --elas teria de destinar esse percentual já no primeiro processo seletivo posterior à publicação da lei. O projeto deve ser encaminhado ao Congresso nos próximos dias.

### **Cotas**

Tarso classificou de "pensamento elitista" e de "arroubos intelectuais" as críticas ao projeto do governo de reserva de 50% das vagas em instituições federais de ensino superior para alunos da rede pública.

Afirmou que trabalhará para o percentual não ser modificado nas discussões dos parlamentares. "Mas, se a maioria chegar a 45%, por exemplo, não somos militantes do 'não'", disse Tarso.

"Há um pensamento elitista, classificado de esquerda, que vê a universidade pública como um núcleo intocável. Esse pensamento casa com a visão elitista de que a pública também deveria ser paga por uma parcela de alunos." Proposta a ser enviada pelo governo federal ao Congresso prevê cotas de, pelo menos, metade das vagas nas federais para alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Entre essas vagas estão cotas para negros e índios.

O projeto foi recebido com ressalvas por reitores. Ana Lúcia Gazzola, presidente da Andifes (associação de reitores de universidades federais), não é favorável à idéia de o governo determinar o número de vagas das cotas.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u15521.shtml>-acesso:

24/10/2005

**Anexo 29 -T.07/04 “Projeto de cota não garante acesso democrático” – 29/05/2004 – 07h34 29/05/2004 - 07h34 Publicidade CLÁUDIA COLLUCCI-FERNANDA MENA DA REPORTAGEM LOCAL**

A fixação de cotas no total de vagas do vestibular, e não em cada curso, e a ausência de um programa de assistência que garanta a permanência do aluno carente nos bancos universitários podem comprometer a democratização do acesso do ensino superior pretendida pela proposta do governo que reserva 50% das vagas das universidades federais a alunos egressos do ensino público.

Essa é a avaliação de educadores que participaram de debate realizado pela **Folha**, no dia 21, sobre as cotas sociais nas universidades federais e sobre o Programa Universidade para Todos, cujos projetos de lei estão no Congresso.

Apenas 9% dos brasileiros de 18 a 24 anos estão hoje na educação superior pública ou privada, um dos menores índices da América Latina --atrás do Paraguai e da Bolívia. O Plano Nacional de Educação estabeleceu que, até 2011, 30% dos jovens nessa faixa etária devam estar no ensino superior.

O debate, mediado pelo jornalista Vinícius Torres Freire, secretário de Redação da Folha, reuniu o secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, Paulo Corbucci, técnico de pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Ana Lúcia Gazzola, presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), e Eunice Durham, coordenadora do Conselho Consultivo do Nupes/USP.

"Quando se fala que o modelo de cotas é por concurso de instituição, e não por curso, estamos mascarando o verdadeiro problema da falta de oportunidades iguais, porque há cursos mais competitivos [que continuariam a ser preenchidos por candidatos com notas mais altas]", explica Gazzola. "Aí, é claro que a instituição poderá construir o seu modelo e atingir rapidamente os 50%."

Para ela, um projeto que define percentuais iguais para um sistema heterogêneo está contra a autonomia universitária. "Não dá para reservar vaga de forma a não dar conta da qualidade. Tem que entrar alunos da rede pública, mas tem que entrar os melhores."

Hoje, 42% dos alunos das federais são oriundos do ensino médio público. Mas é grande o fosso entre os que concluem o nível médio e os que ingressam no ensino superior: são 2,4 milhões de egressos do ensino médio e só metade entra no nível superior.

O próprio Haddad reconhece que há uma pressão social grande para que as instituições públicas tenham metas estabelecidas por curso e renda, mas que o MEC considerou "temerário e prematuro" incluir essas questões no projeto de lei sem conhecer o funcionamento das instituições sob o regime das cotas.

Ele diz que as questões das cotas por curso e por renda podem ser tratadas no projeto desde que sejam "expedientes autorizativos, ou seja, a instituição fica autorizada a adotar o corte por renda ou o modelo de cotas por curso".

## **Escolas públicas**

Para Paulo Corbucci, do Ipea, a medida do governo, no entanto, pode provocar um outro fenômeno: a migração de alunos das escolas privadas para as públicas a fim de aumentarem suas chances no vestibular das federais.

"Se o princípio orientador das cotas é fortalecer a escola pública, ótimo. Isso certamente vai levar boa parte da nossa classe média de volta à rede pública", afirma. Mas, avalia o pesquisador, "se o princípio orientador das cotas é o de ser uma ação compensatória para aqueles que, em termos socioeconômicos, não teriam condições de ingressar na universidade, o projeto é pouco eficaz".

Segundo ele, nessas circunstâncias, a tendência é de outra camada da população ocupar essas vagas. "A medida vai levar aqueles com menores condições a continuar com menores condições."

Na avaliação de Haddad, seria oportuna a migração da classe média para a rede pública: a escola pública ideal seria justamente a que satisfizesse os filhos da classe média que estão hoje nas instituições privadas. "Essa migração exerceria uma pressão muito importante pela qualidade."

## **Permanência**

Para os educadores, é fundamental a criação de programas de apoio acadêmico e de assistência que visem garantir a permanência dos alunos carentes no curso superior. Tanto a presidente da Andifes como Eunice Durham defendem que a adoção de um modelo de auxílio baseado na experiência da UFMG, que existe desde 1931 e é gerenciado por alunos e professores. Ou seja, cobrar taxas de matrículas de estudantes mais ricos para financiar bolsas de estudantes pobres.

Na opinião de Gazzola, o projeto peca por não tratar de expansão do setor público. Há quase um ano, diz ela, a Andifes encaminhou um projeto ao MEC propondo a duplicação das vagas nas federais, passando de 530 mil na graduação para 1,1 milhão. O projeto previa a criação de 25 mil vagas nos cursos noturnos. "Ainda não tivemos resposta", diz.

Na avaliação de Durham, o grande fator de democratização no sistema público é o curso noturno. "Os pobres não entram na escola pública federal, entram na USP, que tem curso noturno desde 1952. A grande parte deles financia seu próprio estudo."

## **Cotas**

Para Paulo Corbucci, políticas compensatórias, como as cotas sociais, são necessárias. "As desigualdades sociais reproduzem as desigualdades educacionais. (...) O círculo não é quebrado se não houver decisão política."

Mas ele alerta que a exclusão não começa na universidade. Um terço dos ingressos no ensino fundamental, por exemplo, não consegue concluí-lo. Menos de 41% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos estão cursando o ensino médio.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u15570.shtml> - acesso: 06/10/2005

**Anexo 30 - T.08/04 “Deputados querem cotas na USP, Unicamp e Unesp” – 11/08/2004 – 19h46 FÁBIO TAKAHASHI da Folha Online**

A bancada estadual do PT preparou um projeto de lei para implementar política de cotas nas universidades estaduais paulistas --USP (Universidade de São Paulo), Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e Unesp (Universidade Estadual Paulista).

O projeto, apresentado nesta quarta-feira (11), deverá ser protocolado na próxima terça-feira (17). Este é o primeiro passo na tramitação na Assembléia Legislativa. De acordo com o líder do PT, Cândido Vaccarezza, um dos autores, a votação deverá acontecer após as eleições municipais deste ano.

Segundo o projeto, as instituições deverão reservar, no mínimo, 50% das vagas a alunos do ensino médio público. Além disso, as universidades destinarão 30% das vagas aos que se autodeclararem afrodescendentes. O parlamentar afirma que o dispositivo para chegar a esses 30% pode sofrer alterações.

A implementação, segundo o texto, será gradativa. No primeiro ano, serão beneficiados os estudantes que tenham cursado o último ano em escola pública; no ano seguinte, os alunos que fizeram a 2ª e a 3ª série no ensino médio público e assim sucessivamente, até que os beneficiados tenham feito desde a 5ª série do ensino fundamental na rede pública. O projeto teria efeito por dez anos. Após esse período, seria revisto.

Na opinião de Vaccarezza, a idéia é aumentar o número de alunos na rede pública de ensino básico. Para ele, isso forçaria uma melhoria na rede. O deputado afirma ter o apoio de deputados do PC do B, PMDB e PSB.

O ministro da Educação, Tarso Genro, aprovou a idéia. Ele esteve nesta quarta na Assembléia Legislativa, para falar sobre a reforma universitária.

"A cota não resolve o problema, mas é necessária neste momento", disse o ministro. Na ocasião, ele afirmou também que sua pasta estuda com a Caixa Econômica Federal a criação de uma loteria que gerasse verba para entre 70 mil e 80 mil bolsas de auxílios aos alunos de baixa renda, no valor de um salário mínimo.

### **Oposição**

O deputado afirmou que já espera uma oposição dos reitores das universidades estaduais. "Quando junta a reserva para escola pública com negros e afrodescendentes, eles são mais contra ainda."

As instituições defendem que as ações afirmativas não podem ferir a questão do mérito, por isso são contra que um aluno com nota menor no vestibular seja aprovado.

A USP, por exemplo, preferiu oferecer um cursinho a 5.000 alunos da rede pública, para que eles pudessem se preparar melhor para o processo seletivo.

A Unicamp, por sua vez, adotou um sistema em que os estudantes do ensino médio público e negros ganhem pontos na nota final.

### **Cotas nas federais**

O Ministério da Educação, em sua proposta de reforma universitária, quer implementar as cotas nas universidades federais. A proposta deve ser encaminhada ao Congresso em novembro.

Entretanto, a medida não tem efeito nas instituições estaduais paulistas, que têm regras próprias.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u15923.shtml>

acesso:04/10/2005

### **Anexo 31 - T.01/05 “Estudantes pedem reserva de vagas nas universidades federais” 18/03/2005 - 10h25 Publicidade da Folha Online**

Mais de dois mil estudantes, segundo estimativas da polícia, participaram ontem na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, de um protesto que pediu a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 2.637, que reserva 50% das vagas nas universidades federais para estudantes oriundos das escolas públicas.

Após a marcha, uma comissão da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) entregou ao ministro da Educação, Tarso Genro, propostas com o objetivo de aperfeiçoar o texto da reforma do ensino superior.

A passeata terminou em frente ao Congresso Nacional, onde os secundaristas gritaram palavras de ordem em defesa da democratização do acesso às universidades públicas. Uma comissão com 11 representantes de movimentos estudantis municipais e estaduais liderados pelo presidente da Ubes, Marcelo Gavião, foi recebida na Câmara dos Deputados pelo presidente da Casa, Severino Cavalcanti.

A comissão pediu ao deputado rapidez na votação da matéria que tramita, em regime de urgência, na Câmara, e que reserva vagas em universidades para estudantes de escolas públicas. Gavião disse a Severino que a aprovação do projeto será a maior vitória conquistada pelos estudantes na história brasileira.

O presidente da Câmara garantiu apoio à aprovação do projeto de lei e prometeu que o texto será votado na terça-feira (22), mas com restrição às cotas para

negros e índios. Para Severino Cavalcanti, as cotas respaldam uma discriminação que ele diz não tolerar de forma alguma.

### **Documento**

Na reunião com representantes do MEC, o presidente da Ubes entregou ao ministro Tarso Genro um documento para o aperfeiçoamento do projeto da reforma do ensino superior com propostas de garantia de acesso e manutenção dos estudantes nas universidades federais, o que ocorreria por meio de uma política nacional de assistência estudantil, além de isenção da taxa do vestibular para estudantes egressos de escolas públicas.

O ministro disse que as propostas serão avaliadas pela Comissão Executiva do MEC que trata da reforma. Tarso Genro disse, ainda, que caso as vagas destinadas aos afrodescendentes e indígenas sejam retiradas do projeto que será votado no dia 22, o Executivo continuará a luta para que as cotas sejam garantidas na reforma universitária.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17183.shtml>-  
acesso:03/10/2005

### **Anexo 32 - T.02/05 “Protesto marca abertura da USP Leste” 28/02/2005 – 10h07 - Publicidade ROBERTO DE OLIVEIRA da Revista da Folha**

A abertura ontem do novo campus da USP na zona leste da capital paulista, com as presenças do governador Geraldo Alckmin e do prefeito José Serra, foi marcada por um protesto de cerca de cem pessoas. Com faixas e cartazes, eles pediram cotas para estudantes da região, além de asfalto e regularização de terrenos.

"Um, dois, três, quatro, cinco seis, se a USP é do povo por que só tem burguês?", gritavam, abafando o discurso de abertura feito por João Carlos de Souza Meirelles, secretário estadual de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

"Saúdam o povo, não os políticos", diziam os estudantes ligados à ONG Educafro, que organiza cursos pré-vestibulares comunitários e reivindica cotas nas universidades estaduais paulistas. "Queremos medicina, direito, engenharia", disse Narciso Portela, 24, coordenador da Educafro Leste-Penha. O estatuto da USP proíbe que uma mesma cidade tenha dois cursos iguais.

"Se escolheram a zona leste para desmistificar uma universidade tida como elitista, por que não reservaram no mínimo 80% das vagas para os seus moradores?", perguntava Greici Kelly Maia, 17. Segundo a PM, cerca de mil pessoas participaram do evento.

"Se Mário Covas estivesse aqui, iria falar dos espíritos de porco que estão sempre presentes em todas as inaugurações", criticou Serra. Acabou aplaudido.

A poeira baixou no discurso de Alckmin. "Homenageando Milton Nascimento, a universidade deve ir aonde o povo está. Aqui vivem 4,5 milhões de pessoas."

Dos 1.020 alunos aprovados para os cursos da nova unidade, 39% possuem renda familiar abaixo de R\$ 1.500; 47% cursaram o ensino médio em escola pública, 21% são negros e 31% moram na zona leste, segundo Alckmin.

Ele prometeu reforçar a segurança do local, além de fazer uma parceria com a prefeitura para melhorar as condições de acesso.

A USP Leste abrigará a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), com dez novos cursos: gestão ambiental, sistemas de informação, gestão de políticas públicas, marketing, licenciatura em ciências da natureza, lazer e turismo, tecnologia têxtil e da indumentária, ciências da atividade física, gerontologia e obstetrícia.

Adolpho José Melfi, reitor da USP, disse que os "cursos são inovadores e com grande oportunidade de trabalho". Quanto à principal queixa dos manifestantes, foi enfático: "o importante é ampliar vagas, mas o critério continuará sendo o do mérito".

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17075.shtml>-acesso: 03/10/2005

**Anexo 33 - T.03/05 “Juiz questiona política de cotas em universidade do Paraná” 15/02/2005 - 10h20 Publicidade MARI TORTATO da Agência Folha, em Curitiba**

Um candidato ao curso de medicina da UFPR (Universidade Federal do Paraná) reprovado no vestibular ganhou na Justiça o direito de se matricular no lugar de um candidato aprovado para o curso no sistema de cotas.

O juiz federal Mauro Spalding, substituto na 7ª Vara de Curitiba, considerou a política que reserva 40% das 4.160 vagas da instituição a afrodescendentes e estudantes da escola pública como afronta ao princípio da isonomia e, na semana passada, concedeu liminar a um mandado de segurança interposto pelo estudante eliminado.

A decisão de Spalding se choca com a do colega Fabiano Bley Franco, da 4ª Vara Federal. No final de janeiro, Franco negou liminar a uma candidata também ao curso de medicina que moveu ação pelo mesmo motivo.

Um terceiro juiz negou liminar a um pretendente ao curso de história, e outros três pediram à UFPR explicações sobre a lista de classificados nos cursos de direito, psicologia e zootecnia.

No caso de medicina, a UFPR ofertou 176 vagas ao curso neste ano e, seguindo as regras da política de cotas, reservou 35 vagas a afrodescendentes e 35 a egressos da escola pública. O candidato que conseguiu liminar disse à Justiça

ter obtido a 126ª posição e que estaria entre os calouros não fossem as cotas. No caso em que houve negativa, a estudante teria obtido a 120ª melhor nota.

A polêmica vai seguir para os tribunais superiores. A universidade informou ontem que recorrerá da decisão de Spalding no TRF (Tribunal Regional Federal) da 4ª Região --o mesmo tribunal derrubou uma primeira liminar do juiz que tentou anular o sistema de cotas antes do vestibular.

Para Spalding, aceitar a política adotada pela UFPR "seria admitir como constitucional, por exemplo, que se destinem assentos em transportes coletivos aos negros ou a criação de vagas em estacionamentos diferenciadas para amarelos".

Já o juiz Franco, ao sair em defesa da inclusão dos negros e mais pobres à universidade gratuita pela via das cotas, diz que o sistema educacional do Brasil "é perverso" por "retirar dos carentes a possibilidade de cursar o nível superior gratuitamente" quando confere a frequência, em instituições públicas, "a quem tem condições financeiras de pagar por curso privado".

Para ele, a reserva de vagas "abre oportunidade aos excluídos de galgar degraus na pirâmide social e escapar da miséria e da marginalidade".

No primeiro vestibular em que adotou o sistema de cotas, em 2002, a Uerj (Universidade do Estado do Rio) sofreu uma série de processos de alunos que não haviam sido aceitos, apesar de terem recebido nota suficiente para a aprovação em seus cursos.

Foram concedidas cerca de 200 liminares que garantiam a entrada de estudantes na universidade. Após recursos da Uerj, no entanto, todas acabaram derrubadas.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17024.shtml> - acesso: 05/10/2005

#### **Anexo 34 - T.04/05 “Faculdades devem ajudar aluno cotista, diz Tarso Genro” 26/04/2005 - 09h28 Publicidade FÁBIO TAKAHASHI da Folha de S. Paulo**

O papel de diminuir as eventuais defasagens acadêmicas de alunos cotistas será das universidades, caso a reserva de vagas seja aprovada na reforma universitária. Essa é a posição do ministro da Educação, Tarso Genro.

"A universidade tem de saber aproveitar os alunos da escola pública. Tem de criar mecanismos para educação compensatória, se for o caso, para que isso [a diferença] seja superado", afirmou ontem o ministro à **Folha**, após fazer a conferência inaugural do seminário internacional sobre reforma e avaliação da educação superior, promovido pelo Ministério da Educação. As palestras vão até amanhã, em São Paulo.

A primeira versão do projeto de reforma estipula que metade das vagas do ensino superior federal seja destinada a estudantes oriundos do ensino médio público.

Segundo o Censo da Educação Superior, as universidades federais ofereceram 122 mil das 2 milhões de vagas nos processos seletivos de 2003 (último ano com os números fechados).

O MEC pretende finalizar em junho o projeto de reforma universitária, que depois segue para o Congresso. Antes, outro documento será feito, com base nas sugestões à primeira versão. Um dos pontos atacados foi a cota de 50%.

Para o coordenador de ações afirmativas da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), Marcos Ferraz, a porcentagem foi estipulada com base em "achismo". A Unifesp, segundo ele, estudou por três anos os dados do seu vestibular para estipular em 10% o número de vagas para estudantes do ensino médio público afrodescententes e índios. A diferença entre a nota do último matriculado não-cotista e o último cotista foi de 10% em medicina, o curso mais concorrido.

Segundo Ferraz, o desempenho dos dois perfis de aluno são parecidos, o que indica que foram beneficiados alunos da rede pública com bom preparo acadêmico.

A presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Ana Lúcia Gazzola, afirma a cota fixa não é o melhor caminho de ação afirmativa. "O ideal seria que o Congresso estabelecesse uma meta de inclusão, e as universidades buscassem meios para atingir isso." Para ela, há outras opções para incluir mais alunos da rede pública, como a expansão de vagas noturnas.

Gazzola avalia que, em cursos concorridos, como medicina, pode haver diferença entre cotistas e não-cotistas, mas afirma que "é papel da universidade trabalhar esse aluno" e que os alunos da rede pública tendem a igualar o desempenho com o passar do curso.

Tarso afirma que os 50% são "um bom indicativo", mas que o número pode mudar se houver consenso. Segundo o ministro, as cotas serão desnecessárias com um ensino médio público de bom nível, o que ele espera acontecerá com o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) --a proposta deve chegar ao Congresso no mês que vem e pode entrar em vigor em 2006.

### **Troca da dívida**

Tarso disse ontem que até novembro deverá estar finalizado o projeto que propõe que parte do pagamento da dívida externa seja destinada à educação. Hoje, ele vai convidar o ministro da Educação do Uruguai, Jorge Brovetto, a participar da negociação. Já estão estudando o assunto, além do Brasil, Argentina e Espanha.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17395.shtml> - acesso: 03/10/2005

**Anexo 35 - T.05/05 “Projeto de cotas nas federais aguarda regime de urgência na Câmara” 01/04/2005 - 11h34 Publicidade da Folha Online**

O projeto que prevê cotas para estudantes das universidades federais oriundos das escolas públicas espera votação na Câmara dos Deputados para entrar em regime de urgência. O requerimento que pede prioridade na votação do Projeto de Lei nº 2.637, que reserva 50% dessas vagas nas universidades federais, está na mesa da presidência da Câmara há mais de 15 dias.

No último dia 17, uma comissão da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) pediu ao presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP/PE) rapidez na votação da matéria. O presidente da Câmara garantiu apoio à aprovação do projeto.

Segundo a assessoria parlamentar do Ministério da Educação, o projeto ainda aguarda a votação do requerimento da presidência da Casa. Durante o encontro com a comissão da Ubes, Severino disse que é contrário à reserva de cotas para alunos afrodescendentes.

### **Luta**

O ministro Tarso Genro disse que caso as vagas destinadas aos afrodescendentes e indígenas sejam retiradas do projeto, o Executivo continuará a luta para que as cotas sejam garantidas na reforma universitária.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u17264.shtml>

Acesso:03/10/2005